

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Secretaria de Política Econômica - SPE
MINISTÉRIO DA FAZENDA**



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Política Econômica – SPE

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício 2012 apresentado aos órgãos do controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Secretaria está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e da Portaria CGU nº 133/2013.

Brasília – 2013

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	12
1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SPE.....	13
1.1. – Identificação.....	13
1.2. – Finalidade e Competências Institucionais	14
1.3. – Organograma Funcional	16
1.4. – Macroprocessos Finalísticos.....	16
1.4.1 – À Secretaria Adjunta de Políticas Microeconômicas compete:.....	17
1.4.2 – À Secretaria Adjunta de Políticas Macroeconômicas compete:	17
1.4.3 – Secretaria Adjunta de Política Agrícola, Meio Ambiente e Inclusão Produtiva compete:	17
1.4.4 – Secretaria Adjunta de Política Fiscal e Tributária compete:	18
1.5. – Macroprocesso de Apoio.....	19
1.5.1 – Ao Gabinete compete:	20
1.5.2 – À Assessoria Técnica compete:	20
1.5.3 – À Coordenação de Gestão Corporativa compete:.....	20
1.6. – Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da SPE	21
II – DESENVOLVIMENTO.....	22
2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES DA SPE.....	22
2.1 – Planejamento Estratégico	22
2.2 – Plano de Metas e de Ações.....	23
2.2.1– Elaboração de diagnóstico sobre as transformações ocorridas recentemente no mercado de trabalho.....	23
2.2.2 – Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária, incluindo a difusão de estimativas trimestrais para o indicador e líquidas de transferências de renda.....	24
2.2.3 – Elaboração de estudos sobre os impactos da reforma tributária no federalismo fiscal	24
2.2.4 – Formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de juros de um dia na economia e ampliar a geração de financiamento de logo prazo	25
2.2.5 – Difusão de indicador de superávit primário estrutural, ciclicamente ajustado	26
2.2.6 – Elaboração de Diagnóstico das Cadeias Produtivas do Arroz, Milho e Trigo e de Estudo Prospectivo dos Instrumentos de Política Agrícola.....	27
3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	28
3.1 – Sistema de Controles Internos	28

3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos	28
4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA.....	30
4.1 – Programas do PPA sob Responsabilidade da SPE	30
4.2 – Ações da Lei Orçamentária Anual sob Responsabilidade da SPE	30
4.3 – Desempenho Orçamentário e Financeiro	30
4.3.1 – Índice de execução orçamentário financeiro	31
4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	31
5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	34
5.1 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	34
5.2 – Suprimento de Fundos.....	34
6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	35
6.1 – Estrutura de Pessoal.....	35
7. – GESTÃO PATRIMONIAL DA SPE	39
7.1 – Gestão Patrimonial da SPE.....	39
8 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	40
8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da SPE	40
8.2 – Infraestrutura Tecnológica	45
8.3 – Gestão Documental e Protocolo da SPE	47
9 – Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativos	48
9.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	48
10 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	51
10.1 – Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10	51
10.2 – Declaração do Contador	54
10.3 – Entrega de Declaração de bens e rendas.....	55
III – RESULTADOS E CONCLUSÕES	56
11 – SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MICROECONÔMICAS	56
11.1 – Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS)	56
11.2 – Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSPC).....	65
11.3 – Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros (COGSF).....	71
12 – SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	78
12.1 – Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME).....	78
12.2 – Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM).....	84
12.3 – Coordenação-Geral De Políticas Sociais (COGPS)	93
13 – SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA	102

13.1 – Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT).....	102
13.2 – Coordenação-Geral de Políticas Públicas - COGPP.....	115
14 – SECRETARIA ADJUNTA DE MICROCRÉDITO E POLÍTICA AGRÍCOLA	123
14.1 – Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COCRN)	123
14.2 – Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA)	128
14.3 – Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC)	130
15 – CONCLUSÕES.....	170

QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Identificação da SPE – Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro 2 – PECs da SPE.....	22
Quadro 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da SPE.....	27
Quadro 4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ....	29
Quadro 5 – Percentual da execução orçamentária no ano de 2012.....	30
Quadro 6 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	30
Quadro 7 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	31
Quadro 8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos em movimentação.....	32
Quadro 9 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	33
Quadro 10 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	34
Quadro 11 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12.....	35
Quadro 12 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	36
Quadro 13 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	36
Quadro 14 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	37
Quadro 15 – Variação Patrimonial da SPE.....	38
Quadro 16 – serviços executados no âmbito da TIC e vulnerabilidade da Secretaria.....	39
Quadro 17 – Diagnóstico de Necessidades TIC.....	41
Quadro 18 – Demandas de TI não atendidas.....	42
Quadro 19 – Quesitos de TI a serem avaliados.....	42
Quadro 20 – Microcomputador.....	44
Quadro 21 – Notebook.....	44
Quadro 22 – Scanner.....	44
Quadro 23 – HD externo.....	44
Quadro 24 – Impressoras (locadas).....	45
Quadro 25 – Serviços de informação + Custos de TI.....	45
Quadro 26 – Fluxo de Documentos na SPE 2011/2012.....	46
Quadro 27 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	47
Quadro 28 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	48
Quadro 29 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	49
Quadro 30 – Informativos mensais do Acompanhamento de indicadores econômicos da COGAS.....	56
Quadro 31 – Informativos semanais do Acompanhamento de indicadores econômicos da COGAS.....	57
Quadro 32 – Relatório de acompanhamento dos setores industriais do Acompanhamento de indicadores econômicos na COGAS.....	57
Quadro 33 – Colaboração no Caderno “Economia brasileira em perspectiva” do Acompanhamento de indicadores econômicos na COGAS.....	57
Quadro 34 – Resultados alcançados por Medidas de incentivo à economia na COGAS.....	58
Quadro 35 – Participação da equipe da COGAS em seminários, exposições, visitas, conferências.....	61
Quadro 36 – Pareceres elaborados pela equipe da COGAS.....	61
Quadro 37 – Notas técnicas elaboradas pela equipe da COGAS.....	63

Quadro 38 – Produtos da COGSPC.....	65
Quadro 39 – Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar publicadas em 2012.....	68
Quadro 40 – Resultados alcançados pelo Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Títulos Privados da COGSF.....	69
Quadro 41 – Resultados alcançados pelo aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário da COGSF.....	71
Quadro 42 – Resultados alcançados pelas Medidas de expansão do crédito, de redução do spread e de incentivo à concorrência bancária da COGSF.....	73
Quadro 43 – Resultados alcançados pelo Fortalecimento do Ambiente de Negócios da COGSF.....	74
Quadro 44 – Resultados alcançados pelas Medidas Prudenciais Associadas ao Ingresso de Capitais da COGSF.....	75
Quadro 45 – Resultados alcançados pela Elaboração da Grade de Parâmetros da COGME.....	76
Quadro 46 – Resultados alcançados pela Elaboração da Informativo de Contas Nacionais da COGME.....	76
Quadro 47 – Resultados alcançados pela Elaboração do Informativo “Índice de Atividade Econômica da SPE (IAE-SPE)” da COGME.....	77
Quadro 48 – Resultados alcançados pela Elaboração do Informativo de projeção da Produção Industrial (PIM) da COGME.....	77
Quadro 49 – Resultados alcançados pela Elaboração do Informativo mensal de Formação bruta de Capital Fixo (FBCF) da COGME.....	78
Quadro 50 – Resultados alcançados pela Produção de Estudos Macroeconômicos da COGME.....	79
Quadro 51 – Resultados alcançados pela participação na produção do Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva” na COGME.....	80
Quadro 52 – Resultados alcançados pelas viagens para participação em reuniões e eventos da Coordenação-Geral de Modelagem Econômica.....	81
Quadro 53 – Resultados alcançados pela disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico da COGAM.....	82
Quadro 54 – Resultados alcançados pela produção de estudos macroeconômicos na COGAM.....	84
Quadro 55 – Resultados alcançados pela produção de cenários macroeconômicos da COGAM.....	85
Quadro 56 – Resultados alcançados pelo aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise de Dados Econômicos da COGAM.....	86
Quadro 57 – Resultados alcançados pela Assessoria à Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN-MF) em temas econômicos pela COGAM.....	86
Quadro 58 – Resultados alcançados pela participação da COGAM na produção do caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”.....	87
Quadro 59 – Resultados alcançados pelas viagens para participação em reuniões e eventos pela COGAM.....	88
Quadro 60 – Resultados alcançados pela participação da COGAM em Reuniões de Conjuntura.....	89
Quadro 61 – Resultados alcançados pelo Boletim Diário “Começando o Dia SPE” da COGAM.....	90
Quadro 62 – Resultados alcançados pela Elaboração da Agenda Semanal da COGAM.....	90
Quadro 63 – Resultados alcançados pela elaboração de estudos diversos na COGPS.....	93
Quadro 64 – Elaboração de Pareceres Diversos e Notas Técnicas pela COGPS...	94

Quadro 65 – Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável da COGPS.....	96
Quadro 66 – Participação da COGPS na elaboração e revisão de publicações de organismos internacionais e de outros órgãos governamentais federais.....	98
Quadro 67 – Participação da COGPS em discussões sobre elaboração, acompanhamento e redesenho de políticas públicas.....	99
Quadro 68 – Participação da COGPFT em reuniões de conjuntura da SPE.....	100
Quadro 69 – Resultados do Convênio SPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV) no âmbito da COGPFT.....	100
Quadro 70 – Produção, pela COGPFT, de textos, tabelas, gráficos e apresentações para os Balanços do PAC divulgados à sociedade pela Casa Civil da Presidência da República.....	101
Quadro 71 – Assessoria da COGPFT na elaboração de textos, gráficos e tabelas para Apresentações diversas do Ministério da Fazenda.....	102
Quadro 72 – Elaboração da publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda pela COGPFT.....	103
Quadro 73 – Resultados alcançados pela Avaliação de novos indicadores de política fiscal na COGPFT.....	103
Quadro 74 – Elaboração de Notas Técnicas diversas pela COGPFT.....	104
Quadro 75 – Resultados alcançados pela Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária na COGPFT.....	104
Quadro 76 – Elaboração de pareceres técnicos diversos pela COGPFT.....	105
Quadro 77 – Representação da SPE pela COGPFT no Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC.....	106
Quadro 78 – Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União pela COGPFT.....	107
Quadro 79 – Resultados da Representação do Ministério da Fazenda, pela COGPF, no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	108
Quadro 80 – Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais pela COGPFT.....	108
Quadro 81 – Capacitação do corpo técnico da COGPFT.....	109
Quadro 82 – Resultados da avaliação e discussão da implantação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP.....	110
Quadro 83 – Resultados alcançados com o Desenvolvimento de um sistema de coleta de dados e consulta de informações; estruturação e consolidação de um banco de dados na COGPFT.....	111
Quadro 84 – Resultados do Mapeamento da Gestão Documental da COGPFT....	111
Quadro 85 – Resultados do Decreto para Cobertura do Déficit do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na COGPFT.....	112
Quadro 86 – Proposições analisadas no âmbito da COGPP/SPE.....	116
Quadro 87 – Notas Técnicas elaboradas pela COGPP/SPE.....	120
Quadro 88 – Resultados alcançados pela Política de Crédito Rural da COCRN...	121
Quadro 89 – Resultados alcançados pelo acompanhamento da produção agropecuária da COAPA.....	126
Quadro 90 – Resultados alcançados pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) da COMAC.....	128
Quadro 91 – Resultados da atuação da COMAC na frente de Meio Ambiente.....	132
Quadro 92 – Resultados da atuação da COMAC na frente de Inclusão Produtiva	134
Quadro 93 – Pareceres da SAMPÁ.....	135
Quadro 94 – Notas Técnicas da SAMPÁ.....	139
Quadro 95 – Representações – câmaras, comissões, conselhos e grupos – da SAMPÁ.....	146

Quadro 96 – Decretos, Projetos de Lei e Medidas Provisórias relacionados à SAMPA.....	153
Quadro 97 – Portarias da SAMPA.....	155
Quadro 98 – Votos e Resoluções do Conselho Monetário Nacional na SAMPA..	157
Quadro 99 – Ofícios da SAMPA.....	163
Quadro 100 – Resumo das atividades da SAMPA em 2012.....	166
Figura 1 – Organograma de Macroprocessos Finalísticos.....	15
Figura 2 – Organograma do Macroprocesso de Apoio.....	18
Figura 3 – Gráfico representativo do fluxo de documentos.....	46
Figura 4 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	50
Figura 5 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	51
Figura 6 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	52
Figura 7 – Declaração do Contador.....	53

LISTA DE SIGLAS

AAP/GMF - Assessoria de Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Fazenda
BACEN - Banco Central do Brasil
BB - Banco do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CC/PR - Casa Civil da Presidência da República
CEF - Caixa Econômica Federal
CF/88 - Constituição Federal de 1988
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPA - Conselho Nacional de Política Agrícola
CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COAPA/SPE - Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária
COCRN/SPE - Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas
COGAM/SPE - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica
COGAS/SPE - Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial
COGES/SPE - Coordenação de Gestão Corporativa
COGME/SPE - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica
COGPFT/SPE - Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária
COGPP/SPE - Coordenação-Geral de Políticas Públicas
COGPS/SPE - Coordenação-Geral de Políticas Sociais
COGSF/SPE - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros
COGSPC/SPE - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar
COMAC/SPE - Coordenação-Geral de Meio-Ambiente e Mudanças Climáticas
COMPROT - Sistema de Comunicação e Protocolo
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CTN - Código Tributário Nacional
DF - Distrito Federal
DOU - Diário Oficial da União
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAF - Escola de Administração Fazendária
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNPRESP - Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
GAT/CI-CP - Grupo de Apoio Técnico da Comissão Interministerial de Compras Públicas
GEX - Grupo Executivo
GM-MF - Gabinete do Ministro do Ministério da Fazenda
GTA - Grupo Técnico de Assessoramento
GTEC/COFIEIX - Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos
GTI - Grupos de Trabalho Interministerial
GT-MF - Grupo de Trabalho Interno ao Ministério da Fazenda
IAE-SPE - Índice de Atividade Econômica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MF - Ministério da Fazenda
MINC - Ministério da Cultura
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS - Ministério da Previdência Social
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NT - Nota Técnica
ONGs - Organizações não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PL - Projeto de Lei
PMIMF - Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda
PPA - Plano Plurianual
RFB - Receita Federal do Brasil
RH - Recursos Humanos
SAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais
SAMF - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda
SAMPA - Secretaria Adjunta de Microcrédito e Política Agrícola
SE - Secretaria Executiva
SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SOF - Secretaria do Orçamento Federal
SPE - Secretaria de Política Econômica
SPOA - Sub-Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRF - Secretaria da Receita Federal
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UJ - Unidade Jurisdicionada



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Política Econômica - SPE

I – INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012 e na Portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, que especificam a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação e dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão, esta Secretaria de Política Econômica (SPE) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2012.

O Relatório identificará, inicialmente, a SPE, sua finalidade e competências institucionais, seu organograma, as atribuições de suas diferentes áreas e seus principais macroprocessos finalísticos e de apoio. Em seguida, analisará o Planejamento Estratégico e o Plano de Metas e de Ações executados pela Secretaria, seus processos de controle interno, seu desempenho orçamentário-financeiro, os dados situacionais dos seus recursos humanos e tecnológicos e os indicadores de gestão que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua ação administrativa. Por fim, trará os resultados alcançados pela SPE em 2012.

Não se aplicam ao presente Relatório de Gestão, pela natureza jurídica da SPE e pelas características de sua atuação, os seguintes itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119: 3.3, 3.4, 3.5, 5.1, 5.3, 5.5, 5.6, 7.2, 9.1, 9.2, 10.2, 10.4, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6.

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SPE

1.1. – Identificação

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 1929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Política Econômica			
Denominação Abreviada: SPE			
Código SIORG: 1987	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 170250/00001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460.0343-99	
Principal Atividade: Atividade meio, no âmbito da administração pública federal. Atividades finalísticas da SPE: formulação, coordenação, acompanhamento e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial, política tarifária, observando os macro-objetivos do governo.		Código CNAE: 8413-29	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-2321	(061) 3412-2322	(061) 3412-1793
Endereço Eletrônico: institucional.df.spe@fazenda.gov.br/spe			
Página na Internet: http://www.fazenda.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco P – sala 324 CEP: 70.048-902 Brasília – DF - Brasil			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U., de 17 de maio de 2011. Alterado pelo Decreto nº 7.696 de 06 de março de 2012, publicado no D.O.U., de 07 de março de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, Portaria MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no D.O.U, de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela Portaria MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
170006/0001		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MF	
170009/0001		Escola de Administração Fazendária – MF	
170017/0001		Centro Regional de Treinamento da ESAF/MF	
170531/0001		Superintendência de Administração do MF/DF	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
170006/0001		Gestão Tesouro Nacional	
170009/0001		Gestão Tesouro Nacional	
170017/0001		Gestão Tesouro Nacional	
170531/0001		Gestão Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170250		0001	

1.2. – Finalidade e Competências Institucionais

À SPE são conferidas atribuições institucionais, conforme disposto no Decreto de Estrutura Regimental nº 7.482, de 16 de maio de 2011, alterado pelo Decreto nº 7.696, de 06 de março de 2012, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências:

Art. 28 À Secretaria de Política Econômica compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;
- II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazo para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;
- III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica, o crescimento da economia, o desenvolvimento de longo prazo, o emprego, a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda;
- IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;
- V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;
- VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;
- VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;
- VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;
- IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;
- X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;
- XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;
- XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da

produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;

XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;

XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;

XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPC);

XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional;

XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;

XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;

XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XXI - acompanhar e analisar o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e formular diretrizes voltadas à alocação equitativa do gasto público, à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;

XXII - desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e

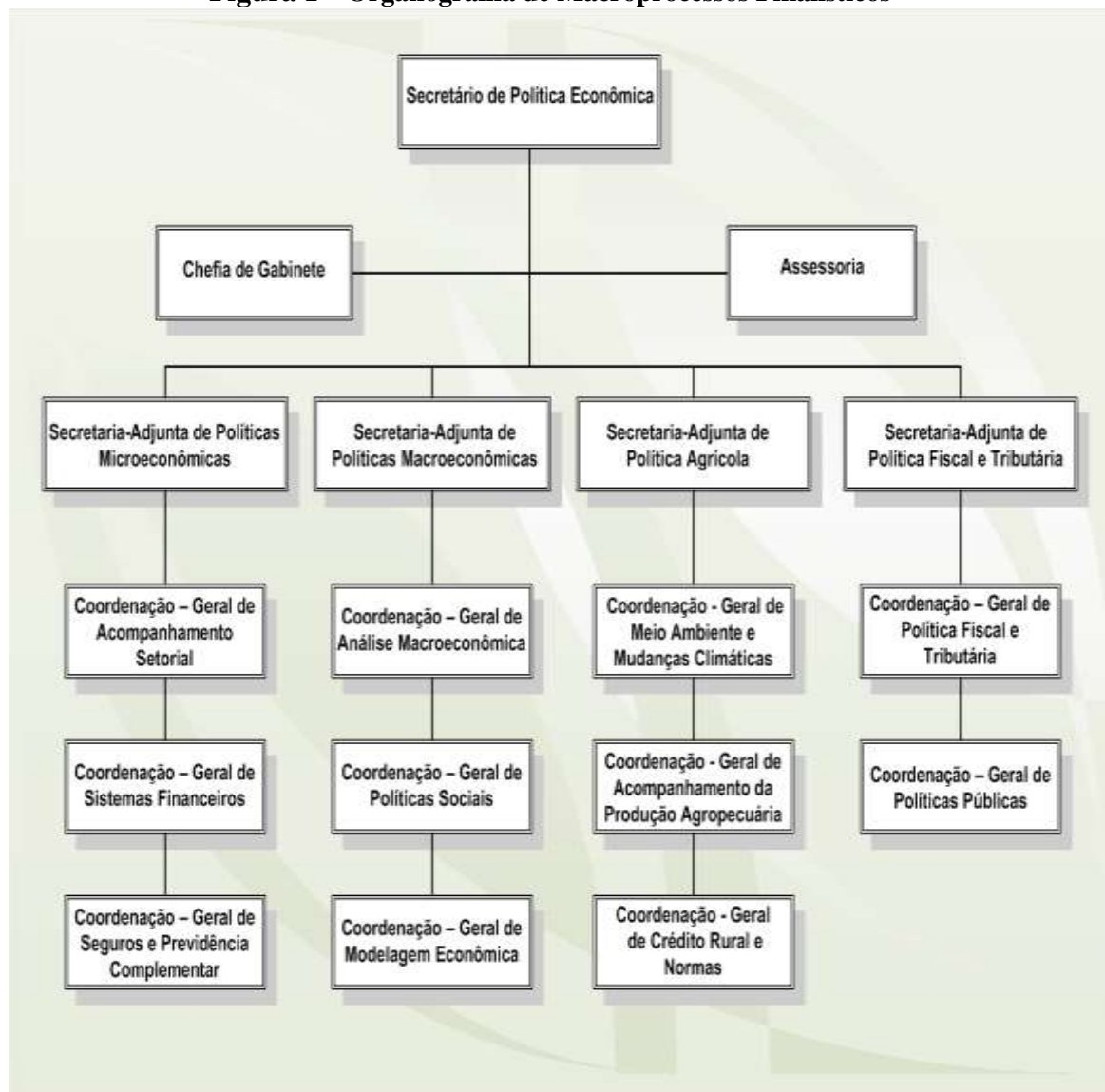
XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.

1.3. – Organograma Funcional

A Secretaria de Política Econômica está organizada em macroprocessos finalísticos de Política Macroeconômica, Política Microeconômica, Política Agrícola e Meio Ambiente, e Política Fiscal e Tributária, assim como conta com macroprocesso de apoio de Gestão Corporativa. Os macroprocessos finalísticos estão vinculados a Secretarias-Adjuntas estruturadas com as respectivas coordenações gerais, coordenações e, algumas, com divisões, de acordo com a necessidade, capilaridade e criticidade da política econômica a ser monitorada. Já o macroprocesso de apoio está vinculado à Chefia de Gabinete e a Coordenação de Gestão Corporativa.

1.4. – Macroprocessos Finalísticos

Figura 1 – Organograma de Macroprocessos Finalísticos



1.4.1 – À Secretaria Adjunta de Políticas Microeconômicas compete:

I – auxiliar o Secretário de Política Econômica no que tange às demandas relacionadas às políticas microeconômicas;

II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;

III – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos às políticas microeconômicas;

IV – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes às políticas microeconômicas;

V – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;

VI – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.4.2 – À Secretaria Adjunta de Políticas Macroeconômicas compete:

I – auxiliar o Secretário de Política Econômica no que tange às demandas relacionadas às políticas macroeconômicas;

II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;

III – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos às políticas macroeconômicas;

IV – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes às políticas macroeconômicas;

V – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;

VI – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.4.3 - Secretaria Adjunta de Política Agrícola, Meio Ambiente e Inclusão Produtiva compete:

I – auxiliar o Secretário de Política Econômica na proposição, avaliação e acompanhamento da formulação e implementação de atos normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, de microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado de produtos

agropecuários;

II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;

III – orientar as respostas do Ministério da Fazenda aos diversos órgãos governamentais e entidades públicas e privadas envolvidas com a definição das políticas direcionadas ao setor rural;

IV – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês e grupos de trabalho afetos ao setor rural, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

V – analisar e elaborar votos e resoluções ao Conselho Monetário Nacional nos assuntos concernentes à política agrícola e ao crédito rural;

VI – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes ao setor agropecuário, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

VII – participar de eventos nacionais e internacionais sobre assuntos relacionados ao setor agropecuário, à inclusão produtiva, ao meio ambiente e às mudanças climáticas;

VIII – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;

IX – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.4.4 - Secretaria Adjunta de Política Fiscal e Tributária compete:

I – auxiliar o Secretário de Política Econômica no que tange às demandas relacionadas às políticas fiscal e tributária;

II – planejar, acompanhar e supervisionar as atividades das Coordenações-Gerais sob sua responsabilidade;

III – representar a Secretaria de Política Econômica ou o Ministério da Fazenda em câmaras, conselhos, comitês, juntas e grupos de trabalho afetos às políticas fiscal e tributária;

IV – Formular, em articulação com as demais instituições responsáveis pelo macroprocesso fiscal e orçamentário, diretrizes de política fiscal e tributária que contribuam para aperfeiçoar o regime fiscal e para ampliar a eficiência do sistema tributário em vigor;

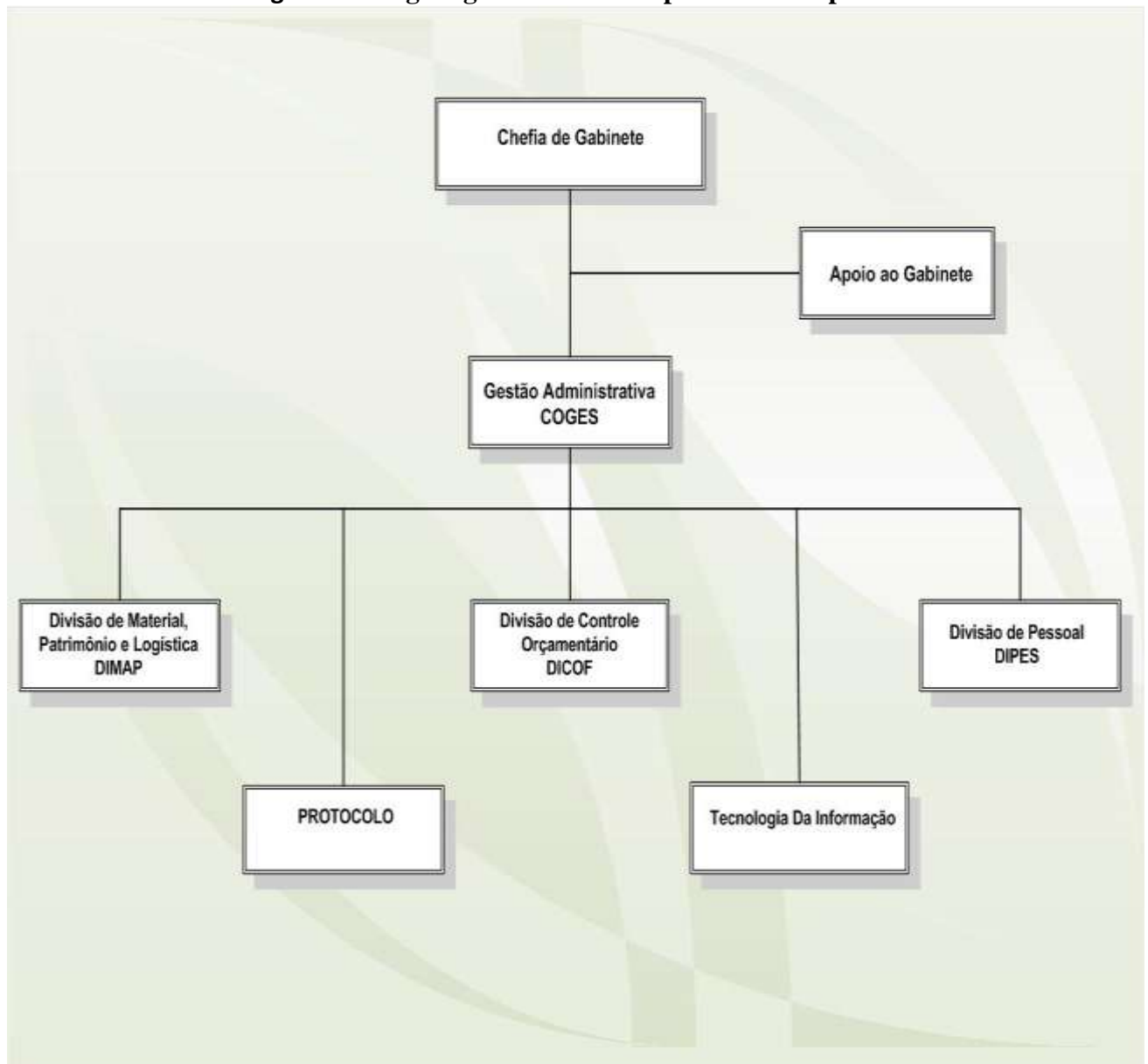
V – analisar projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros normativos que envolvam assuntos pertinentes às políticas fiscal e tributária;

VI – assistir e auxiliar o Secretário-Adjunto nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;

VII – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.5. – Macroprocesso de Apoio

Figura 2 – Organograma do Macroprocesso de Apoio



1.5.1 – Ao Gabinete compete:

- I – planejar, coordenar, supervisionar, orientar as atividades técnicas e administrativas e as ações de representação político-social;
- II – coordenar as atividades concernentes a relações públicas, à elaboração e ao despacho de expediente do Secretário e dos Secretários-Adjuntos;
- III – coordenar as atividades de apoio técnico e de gestão administrativa da Secretaria;
- IV – transmitir, às diferentes unidades, instruções e orientações do Secretário, tanto técnicas quanto administrativas;
- V – coordenar junto à Assessoria de Comunicação Social e à Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda as ações e demandas provenientes do Congresso Nacional no âmbito da Secretaria;
- VI – acompanhar a tramitação de documentos e processos, pleitos e requerimentos de informação de interesse da Secretaria, bem como promover a articulação com os demais órgãos da Administração Pública e público externo, inclusive a distribuição e coordenação das respostas às solicitações típicas de Ouvidoria;
- VII - assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VIII – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.5.2 - À Assessoria Técnica compete:

- I – prestar assessoramento técnico e especializado diretamente ao Secretário de Política Econômica em assuntos de natureza econômica;
- II – elaborar estudos, apresentações, pareceres e notas técnicas sobre temas econômicos solicitados pelo Secretário de Política Econômica;
- III – assistir e auxiliar o Secretário de Política Econômica nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- IV – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário de Política Econômica.

1.5.3 - À Coordenação de Gestão Corporativa compete:

- I – propor, planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas concernentes às gestões de recursos humanos, de orçamento e finanças, de tecnologia da informação, de material e patrimônio, de serviços logísticos e de protocolo, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações da SubSecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, no âmbito desta Secretaria e das orientações dos órgãos de controle interno e externo;

- II – executar as atividades pertinentes à comunicação administrativa, tramitação de documentos, arquivamento e registro de expediente;
- III – planejar, orientar e supervisionar as atividades de informática voltadas para o atendimento das atividades finalísticas e administrativas da Secretaria;
- IV – coordenar as atividades relacionadas com a administração e controle de material e patrimônio, manter sob guarda os Termos de Responsabilidade de todos os bens móveis da Secretaria e acompanhar a conferência periódica do patrimônio da Secretaria;
- V – fornecer apoio logístico à Secretaria concernente a serviços de telefonia, reprografia, recepção, copeiragem, limpeza, manutenção predial, reparo de equipamentos e de transporte oficial a serviço;
- VI – assistir e auxiliar a Chefia de Gabinete nos assuntos de sua respectiva área, bem como praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições regimentais;
- VII – desenvolver outras atividades inerentes às atribuições da SPE que lhe forem conferidas pelo Secretário ou pela Chefia de Gabinete.

1.6. – Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da SPE

A Secretaria de Política Econômica interage com vários atores no contexto da Administração Pública Federal, em especial com os Ministérios que integram o Poder Executivo Federal, a Casa Civil da Presidência da República, o BACEN, bem como as Secretarias integrantes do próprio Ministério da Fazenda, com destaque para as seguintes: Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Acompanhamento Econômico, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria Executiva, Secretaria de Gestão Estratégica e Gabinete do Ministro da Fazenda. Cabe destacar que, em situações esporádicas, a SPE interage com órgãos do Legislativo (Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União), bem como órgãos da estrutura do Poder Judiciário.

II – DESENVOLVIMENTO

2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES DA SPE

2.1 – Planejamento Estratégico

A Secretaria de Política Econômica - SPE planejou sua atuação no ano de 2012 utilizando-se de ferramenta de planejamento estratégico disponibilizada pelo Ministério da Fazenda por meio do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMIMF.

O PMIMF consiste em um conjunto de ações voltadas à construção de soluções coletivas e respostas aos desafios gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do Ministério, à modernização da gestão e à busca por maior eficiência e eficácia das ações do Ministério da Fazenda no exercício de suas funções regimentais.

As ações do PMIMF alcançam a Secretaria Executiva, o Gabinete do Ministro, 7 órgãos específicos singulares (STN, RFB, **SPE**, SEAE, SAIN, ESAF, PGFN) e 3 órgãos colegiados (CARF, COAF e CONFAZ) integrantes da estrutura do Ministério.

Os trabalhos estão organizados em quatro frentes simultâneas de trabalho, quais sejam: Planejamento Estratégico, Gestão de Pessoas, Tecnologia e Rede de Inovação (escritórios de processos e projetos).

São premissas do PMIMF: modelo de gestão descentralizado; estrutura de governança baseada em instâncias colegiadas e estruturação de redes; processo de construção coletiva; transparência nas ações e feedback; padronização de conceitos para facilitar a comunicação; disseminação de melhores práticas de gestão; respeito à cultura dos diversos órgãos integrantes da estrutura do MF; definição de diretrizes para alinhamento estratégico das políticas de gestão do MF; fortalecimento da estrutura central do MF no exercício das funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle; e foco em resultados.

Do trabalho de Planejamento Estratégico coordenado pelo MF resultou um portfólio de 39 Projetos Estratégicos Corporativos (PECs). A SPE ficou responsável pela condução de seis PECs no âmbito do Ministério da Fazenda.

2.2 – Plano de Metas e de Ações

A SPE ficou responsável pela condução dos seguintes Programas Estratégicos Corporativos no âmbito do Ministério da Fazenda:

Quadro 2 - PECs - SPE

Projeto Estratégico Corporativo PEC	Assunto
PEC201232	Elaboração de diagnóstico sobre as transformações ocorridas recentemente no mercado de trabalho.
PEC201233	Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária, incluindo a difusão de estimativas trimestrais para o indicador e líquidas de transferências de renda.
PEC201234	Elaboração de estudos sobre os impactos da reforma tributária no federalismo fiscal.
PEC201235	Formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de juros de um dia na economia e ampliar a geração de financiamento de logo prazo.
PEC201236	Difusão de indicador de superávit primário estrutural, ciclicamente ajustado.
PEC201237	Elaboração de diagnóstico das cadeias produtivas do arroz, milho e trigo e de estudo prospectivo dos instrumentos de política agrícola.

2.2.1- Elaboração de diagnóstico sobre as transformações ocorridas recentemente no mercado de trabalho

O Projeto Estratégico Corporativo 201232, cujo tema é a elaboração de diagnóstico sobre as transformações ocorridas recentemente no mercado de trabalho, tem como principal diretriz elaborar políticas econômicas que promovam crescimento com responsabilidade fiscal.

O objetivo desse projeto é formular um diagnóstico detalhado, o qual facilitará a elaboração de políticas econômicas que promovam crescimento com responsabilidade fiscal em cerca de 50%.

O produto deste PEC, isto é, o diagnóstico detalhado, abrange principalmente a análise dos novos postos de trabalho criados, com vistas a definir um perfil da demanda por esses novos empregos, e os novos empregados para definir um perfil da oferta desses novos empregos. O fenômeno da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, a evolução da produtividade e do empreendedorismo, bem como de transições e de mobilidades também são contemplados nesse diagnóstico.

Tendo em vista que, nos últimos anos, o mercado de trabalho sofreu diversas transformações (houve queda significativa na taxa de desemprego, com elevação na taxa de formalização e nos rendimentos auferidos pelos trabalhadores) e que poucas pesquisas e estudos técnicos sobre a qualidade desses novos postos de trabalho, sobre sua sustentabilidade no tempo e tendências, bem como sobre as relações entre estes novos postos de trabalho e a qualificação do trabalhador, a qualidade do emprego, rendimentos, setores de atividade, bem como políticas públicas associadas a

esse “novo emprego” têm sido realizados, esse projeto justifica-se pelo fato de que esse diagnóstico servirá de base para a elaboração de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com relação à qualificação profissional, à proteção social (seguro desemprego, no abono salarial e na Previdência Social, por exemplo), e à inclusão produtiva, como políticas de crédito, incluindo a de microcrédito, apoio à comercialização, dentre outras. Além disso, esse diagnóstico também auxiliará na projeção de cenários para as principais variáveis do mercado de trabalho, destacando o potencial de expansão do mercado de trabalho nos próximos anos, considerando os polos de investimentos e também os gargalos existentes.

2.2.2 - Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária, incluindo a difusão de estimativas trimestrais para o indicador e líquidas de transferências de renda

O Projeto Estratégico Corporativo 201233, cujo tema é a uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária, incluindo a difusão de estimativas trimestrais para o indicador e líquidas de transferências de renda, tem como principal diretriz aperfeiçoar o processo de avaliação de políticas econômicas.

Atualmente existem duas estimativas paralelas e oficiais de carga tributária sendo divulgadas no Brasil: uma da Receita Federal do Brasil e outra do IBGE, esta última seguindo padrões internacionais do Sistema de Contas Nacionais. Além de diferentes metodologicamente, tais estimativas são divulgadas apenas em frequência anual e em termos brutos, o que limita as possibilidades de avaliação de seus impactos macroeconômicos. Sendo assim, a Secretaria de Política Econômica já iniciou esforços no sentido de coordenar um grupo com participação da RFB, do IBGE, da Secretaria do Tesouro Nacional e do IPEA, com o objetivo de reduzir e explicitar as diferenças metodológicas, melhorar a qualidade das estimativas e construir indicadores mais apropriados para a avaliação de impactos da carga tributária sobre a economia.

O indicador de carga tributária, sua uniformização, aperfeiçoamento e trimestralização incrementarão a qualidade das avaliações da política tributária e fiscal em 30%. Sendo assim, esse projeto reúne condições para promover uma convergência metodológica e de fontes de informações, de suma importância para aprimorar o indicador de carga tributária nacional. Nesse sentido, espera-se que uma maior uniformização dos procedimentos metodológicos traga contribuições positivas em termos da confiabilidade do indicador, que compõe o rol de variáveis consideradas no processo de decisão de investimentos e, ainda, avaliações do país no cenário internacional.

2.2.3 - Elaboração de estudos sobre os impactos da reforma tributária no federalismo fiscal

O Projeto Estratégico Corporativo 201234, cujo tema é a elaboração de estudo sobre os impactos da Reforma Tributária no Federalismo Fiscal, tem como principal diretriz intensificar as iniciativas para subsidiar a reforma tributária.

Tendo em vista as modificações tributárias propostas, que estabelecem novos parâmetros para pautar o fluxo de receitas dos estados, e as demais questões federativas em discussão (FPE, Royalties, entre outros), o objetivo desse projeto é a construção de uma matriz de receitas e

transferências intergovernamentais para avaliar os impactos federativos das mudanças delineadas e, assim, subsidiar estudos e análises do impacto combinado das várias medidas de reforma tributária ou federativas em discussão.

A reforma tributária impõe-se como forma de aperfeiçoar as relações entre os agentes econômicos e o Estado e, assim, propiciar recursos para a adequada provisão de bens e serviços públicos demandados pela sociedade. Além da relevância da análise dos impactos econômicos e de eficiência derivados da reforma tributária, outra dimensão relevante do assunto refere-se à denominada “disputa federativa”. Torna-se necessário, portanto, a elaboração de instrumental analítico para avaliar os impactos federativos das modificações propostas, que contemple, de forma integrada, outros elementos exógenos, porém interligados aos temas da reforma.

Assim sendo, com o estudo desse projeto, espera-se obter a avaliação dos impactos federativos de propostas de reforma tributária, a dimensão da carga tributária líquida e sua distribuição entre os entes federados e a avaliação dos impactos de outras mudanças no sistema de partilha e transferência de receitas na federação.

2.2.4 - Formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de juros de um dia na economia e ampliar a geração de financiamento de logo prazo

O Projeto Estratégico Corporativo 201235, feito juntamente à Secretaria do Tesouro Nacional, cujo tema é a formulação de medidas para reduzir a participação dos instrumentos financeiros remunerados por taxas de juros de um dia na economia e ampliar a geração de financiamento de logo prazo, tem como principais diretrizes fomentar investimentos produtivos voltados à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento sustentável e aprimorar o processo de financiamento público federal.

Esse projeto tem como objetivo criar um ambiente propício ao financiamento produtivo de longo prazo, via emissão de dívida privada não indexada à taxa de juros de um dia, bem como a melhora do perfil da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, aumentando o prazo médio de vencimento dos títulos e tornando-a menos dependente da emissão de títulos públicos indexados à taxa de juros de um dia. Preliminarmente, propõe-se a realização de amplo diagnóstico do mercado de renda fixa no Brasil, com o intuito de consolidar a percepção comum em relação aos efeitos nocivos dos títulos indexados à taxa de juros de um dia na economia.

A partir de um diagnóstico, propõe-se a formulação de diretrizes para aperfeiçoar o arcabouço normativo pertinente aos seguintes eventos: (i) à aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos dos fundos de pensão, das sociedades seguradoras, resseguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (ii) tributação aplicável aos resgates ou benefícios dos planos de previdência complementar e de seguros de vida com cláusula de sobrevivência; e (iii) metodologia de cômputo do prazo médio das carteiras dos fundos mútuos de investimento. Adicionalmente, deve-se definir e implementar eventual estratégia de atuação junto aos agentes acima mencionados no sentido de estimular a disponibilização de recursos para financiamentos de longo prazo.

O cenário econômico mostra que atualmente, a ampla indexação à taxa de juros de um dia dos instrumentos financeiros acarreta várias anomalias à economia brasileira: i) perda de eficiência da política monetária; ii) imprevisibilidade do custo associado à emissão de títulos públicos (indexados à SELIC - LFT) e privados (indexados ao DI); iii) baixa participação de instrumentos financeiros de longo prazo, o que dificulta o financiamento de investimentos produtivos de longa

maturação via mercado, tornando-os dependentes do financiamento por bancos públicos e em especial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); iv) baixo nível de financiamento imobiliário via mercado; e v) descasamento elevado quanto a prazo e indexador entre ativos e passivos dos bancos, fundos de pensão, entidades abertas de previdência complementar, empresas seguradoras, resseguradoras e de capitalização. Sendo assim, é esperado que a “desindexação” dos instrumentos financeiros gere os seguintes resultados: i) aumento da eficácia da política monetária; ii) previsibilidade do custo associado a emissão de títulos públicos e privados, possibilitando uma melhor gestão do fluxo de caixa das entidades emissoras, principalmente no tempo; iii) desenvolvimento do mercado de capitais, especialmente no que diz respeito a instrumentos de captação de longo prazo; e iv) maior casamento de ativos e passivos no âmbito dos bancos, fundos de pensão, das entidades abertas de previdência complementar, empresas seguradoras, resseguradoras e de capitalização.

2.2.5 - Difusão de indicador de superávit primário estrutural, ciclicamente ajustado

O Projeto Estratégico Corporativo 201236, cujo tema é a difusão de indicador de superávit primário estrutural, ciclicamente ajustado, tem como principal diretriz aperfeiçoar o processo de avaliação de políticas econômicas.

Esse projeto vai analisar, aprovar e aplicar uma metodologia de estimação do balanço fiscal estrutural do Brasil, bem como a utilização dos resultados obtidos na elaboração de um documento analítico da política fiscal. A proposta envolve a criação de um grupo inter-Secretarias, coordenado pela SPE, com o intuito de elaborar documento analítico que poderá conter recomendações quanto ao aperfeiçoamento do regime de metas fiscais.

Os objetivos do projeto são: definir, em comum acordo com as várias instâncias do Ministério da Fazenda (MF), metodologia(s) que permita(m) um monitoramento dos indicadores de resultado primário estrutural, uniformizar os entendimentos acerca das metodologias possíveis para o cálculo do resultado primário estrutural, desenvolver e definir de maneira consensual no âmbito do Ministério da Fazenda as maneiras mais adequadas para apurar o cálculo deste indicador e elaborar um documento analítico da política fiscal, focando o resultado estrutural, indicando sua funcionalidade, estimativas e trajetória recente.

A importância desse projeto se baseia no fato de que o indicador mais adequado para avaliar a política fiscal e potencializar ações anticíclicas é o chamado balanço fiscal estrutural, que reflete o balanço fiscal livre dos efeitos do ciclo econômico e de eventos não-recorrentes. Anualmente o FMI e outros organismos internacionais têm divulgado suas estimativas de balanço estrutural de diversos países, inclusive para o Brasil, e seria oportuno que o governo brasileiro passasse a produzir suas próprias estimativas, como outros países já o fazem. Por isso, a SPE vem empreendendo esforços no sentido de integrar outros órgãos do Ministério da Fazenda (STN, RFB) para desenvolver e padronizar metodologias de cálculo.

A concretização deste projeto pode contribuir para o monitoramento das mudanças discricionárias na política fiscal, permitindo uma avaliação mais completa dos efeitos de suas inter-relações com a economia em seu conjunto, inclusive possibilitando aprimoramentos na estrutura fiscal e tributária. Além disso, a adoção do indicador de superávit primário estrutural pode ampliar as possibilidades de avaliação da política econômica em, pelo menos, 50%.

2.2.6 - Elaboração de Diagnóstico das Cadeias Produtivas do Arroz, Milho e Trigo e de Estudo Prospectivo dos Instrumentos de Política Agrícola

O Projeto Estratégico Corporativo 201237, cujo tema é a elaboração de diagnóstico das cadeias produtivas do arroz, milho e trigo e de estudo prospectivo dos instrumentos de política agrícola, tem como principais diretrizes aperfeiçoar o processo de avaliação de políticas econômicas (que tem como indicador o índice de correlação entre o resultado das políticas e o objetivo inicial declarado) e melhorar a eficiência alocativa dos recursos públicos para a qual será desenvolvido indicador específico.

O objetivo principal da presente proposta é fornecer subsídios para o trabalho de avaliação dos instrumentos de política agrícola existentes, e apoiar a elaboração de uma proposta contendo novos instrumentos considerados mais eficazes para apoiar o setor do Agronegócio, em geral, as cadeias produtivas do arroz, milho e trigo, em particular. Para isso será realizado um diagnóstico das cadeias produtivas do arroz, milho e trigo, apontando as características dos players mais importantes de cada cadeia, o relacionamento comercial entre eles e sua contribuição para a economia brasileira como um todo e também uma avaliação dos atuais instrumentos de política agrícola e seus respectivos impactos sobre a renda, nível de emprego, balança de pagamentos e receita tributária do país, acompanhada de um conjunto de recomendações de ajustes nesses instrumentos e/ou elaboração de novos instrumentos, com base no diagnóstico das cadeias produtivas e na avaliação do impacto dos instrumentos hoje utilizados.

Espera-se com o esse trabalho caracterizar com detalhe suficiente a cadeia de comercialização dos produtos milho, trigo e arroz e identificar as principais ameaças e oportunidades acerca da competitividade do produto nacional em relação ao mercado interno, intrabloco (Mercosul) e externo, considerando os impactos socioeconômicos da política agrícola nos diversos agentes.

A justificativa para a realização desse projeto encontra-se no fato que compete à Secretaria de Política Econômica - SPE, apoiada pela Secretaria-Adjunta de Política Agrícola, propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de atos normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, de microcrédito e cooperativas, principalmente no que tange ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado.

Nesse contexto, a Secretaria Adjunta de Microcrédito e Política Agrícola – SAMPA desempenha um papel fundamental, qual seja: participar da definição das condições, critérios e parâmetros da política. Diante disso, é de extrema importância que a SAMPA detenha todas as informações relevantes para o correto e eficiente desenho dos instrumentos de intervenção governamental nos mercados agropecuários, sendo que, para isso, faz-se necessário o conhecimento pormenorizado das cadeias produtivas que sofram influências dessas políticas estatais.

3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – Sistema de Controles Internos

A Secretaria de Política Econômica – SPE não possui uma estrutura orgânica de Controle Interno. Para suprir tal ausência, conta com o apoio e assessoramento da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda, cujas atribuições estão contidas no Decreto no 3.591, de 6 de setembro 2000, especificamente nos inciso II, V e VI do Art. 13, que está incumbida de: 1) orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; 2) acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União; e 3) coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão.

3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Quadro 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA

4.1 – Programas do PPA sob Responsabilidade da SPE

A Secretaria de Política Econômica não apresentará o quadro 4.1.1 do Relatório de Gestão por orientação da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, que atende à determinação da Controladoria Geral União/PR.

4.2 – Ações da Lei Orçamentária Anual sob Responsabilidade da SPE

Quadro 4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2066				
Descrição		Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas				
Iniciativa		03N6 – Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas.				
Unidade Responsável		Secretaria de Política Econômica				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.366.031	1.366.031	1.264.230	989.635	-	274.595	989.635
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Nota emitida	Unidade	200	200	2.951.386	1.264.230

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3 – Desempenho Orçamentário e Financeiro

O recurso vinculado ao Programa 2039 “Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional” (constituído pela Ação: 2066 - Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas) foi de R\$ 2.951.386 (dois milhões novecentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais), na fonte de recurso Tesouro – 0100, conforme consta na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 1.388.608,00 (um milhão trezentos e oitenta e oito mil e seiscentos e oito reais), conforme o Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012 informando a redistribuição dos valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamento a serem utilizados no exercício de 2012.

4.3.1 – Índice de execução orçamentário financeiro

O objetivo deste índice é demonstrar o percentual da execução orçamentária no ano de 2012.

Quadro 5 – Percentual da execução orçamentária no ano de 2012

Meta Financeira		
Prevista	R\$ 2.951.386,00	
Autorizada	R\$ 1.388.608,00	100%
Realizada	R\$ 1.264.230,46	91%

O total da despesa fixada na LOA foi de R\$ 2.951.386,00. Entretanto, com o contingenciamento determinado no Decreto de Programação Financeira, a SPE recebeu autorização para executar o montante de R\$ 1.388.608,00. O corte mencionado representou uma redução de 53% do orçamento autorizado pelo Congresso Nacional.

4.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 6 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	170013	170250	04123203920660001			1.315.681
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	170013	170250	04123203920660001	50.000		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 7 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	444.726	361.903	444.726	361.903
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	444.726	361.903	444.726	361.903
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	403.275	539.425	403.275	539.425
g) Dispensa	93.505	155.447	93.505	155.447
h) Inexigibilidade	309.770	383.978	309.770	383.978
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos*				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	56.329	52.445	56.329	52.445
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	56.329	52.445	56.329	52.445
5. Outros	41.883	38.532	41.883	38.532
6. Total (1+2+3+4+5)	946.213	992.305	946.213	992.305

Fonte: SIAFI Gerencial

* A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

Quadro 8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos em movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	910.942	849.983	910.942	849.983	274595	55.210	665.847	794.773
2º elemento de despesa	117.651	77.583	117.651	77.583			96.444	77.583
3º elemento de despesa	96.444	60.752	96.444	60.752			88.151	60.752
Demais elementos do grupo	123.110	90.354	123.110	90.354			123.110	90.354
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	16.083	27.769	16.083	27.769	-	-	16.083	27.769
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A Inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2010 e 2011 ficaram a cargo da Unidade Gestora 170531 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF/DF, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise.

Valores em R\$
1,00

Quadro 9 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	55.210,15	-34.379,99	20.830,16	00,0
2010				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011				
2010				
...				

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2 – Suprimento de Fundos

A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A Secretaria de Política Econômica não conta com quadro próprio de pessoal, sendo seu corpo funcional formado por servidores integrantes de diversas carreiras da Administração Pública Federal. Tal cenário apresenta um conjunto de fatores positivos e alguns aspectos negativos. A diversidade de carreiras na SPE proporciona uma constante renovação de idéias e reflexão, fator que amplia a qualidade dos debates, com impactos diretos sobre os produtos gerados pela Secretaria.

No entanto, a diversidade de carreiras na organização traz algumas conseqüências negativas para organização, a saber: inexistência de uma cultura organizacional forte, fator preponderante para o sucesso organizacional; diversidade de legislações de pessoal para serem acompanhadas e atendidas; elevada rotatividade de pessoal, em função das regras de movimentação e distribuição desses diversos colaboradores da Administração Pública Federal, bem como perda considerável dos conhecimentos organizacionais, que por vezes são levados pelos servidores que deixam o órgão.

6.1 – Estrutura de Pessoal

Quadro 10 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício	
	Autorizada	Efetiva			
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	0	23	13	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	23	13	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão			5	8	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado			1	2	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	17	3	
2. Servidores com Contratos Temporários	0	13	0	0	
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	3	4	
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	13	26	17	
Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	43.423,03
1.1 Área Fim	6				
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	6	6	6	6	43.423,03

Quadro 11 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: GEPES/COGES/SPE

Quadro 12 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	2	0	10	21	15	24	10
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	0	10	21	15	24	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	2	0	6	7	5	16	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	7	5	15	7
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	0	0	0	0	1	0
3. Totais (1+2)	0	0	4	0	16	28	20	40	17
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: GEPES/COGES/SPE

Quadro 13 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	9	8
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	9	8
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão			4	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	2	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	3	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	2	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	2	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	0	11	11
Fonte: GEPES/COGES/SPE				

Quadro 14 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	9	30	32	15	7
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	30	32	15	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	16	15	6	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	15	14	5	2
2.3. Funções Gratificadas	1	1	1	1	3
3. Totais (1+2)	11	46	47	21	12

Fonte: GEPES/COGES/SPE

7. GESTÃO PATRIMONIAL DA SPE

7.1 - Gestão Patrimonial da SPE

A Secretaria de Política Econômica – SPE conta com uma Gerência de Logística - GELOG responsável pela gestão patrimonial dos bens da organização, bem como a gestão dos serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço.

A GELOG no ano de 2012 contou com apenas um servidor do quadro permanente e dois terceirizados para fazer frente a todas as tarefas da área de logística da SPE.

Em dezembro de 2012, foi realizado o Inventário Anual dos Bens Móveis, extraído do Balancete Contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o Relatório de Bens Móveis – RMB no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, que evidenciaram a conformidade contábil.

Variação Patrimonial da SPE

Quadro 15 – Variação Patrimonial da SPE

	2010	2011	2012
Quantidade de bens	619	712	818
Valor Total	R\$ 1.220.890,63	R\$ 1.202.812,05	R\$ 1.250.070,62

Ao longo dos últimos três exercícios, a SPE teve um acréscimo do número de bens a serem controlados da ordem de 25%, no entanto, a área continua enfrentando problemas ligados à escassez de servidores efetivos na área. Por ser uma área que trata da gestão e controle de bens, é interessante contar com servidores efetivos para condução dos trabalhos de rotina, bem como conduzir os inventários anuais.

8 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da SPE

A despeito do serviço de suporte técnico operacional de tecnologia da informação ser essencial ao funcionamento da Secretaria de Política Econômica, a Secretaria não conta com quadro próprio de servidores na área. O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO limita-se à parte de infraestrutura e suporte técnico dos sistemas por ele fornecidos e disponibiliza poucos servidores para todo o edifício sede do Ministério da Fazenda (precário para o pronto atendimento).

Para melhor compreensão dos serviços executados no âmbito da TIC e da vulnerabilidade em que a Secretaria está exposta pela falta de servidor efetivo na área, apresentamos o quadro a seguir:

Quadro 16 - serviços executados no âmbito da TIC e vulnerabilidade da Secretaria

Serviço	Contextualização	Consequências da Ausência do Serviço
Gestão de Recursos de TIC	A SPE trabalha com grandes limitações de recursos, sobretudo na área de TI e, para prover uma melhor infraestrutura física e de serviços para os servidores busca uma constante adequação da estrutura tecnológica.	a) falta de mensuração das necessidades tecnológicas; b) racionalização do recurso público; c) sucateamento da estrutura tecnológica.
Elaboração e implementação das estratégias e diretrizes de TIC	A área finalística da SPE, para cumprir suas atribuições regimentais, necessita de meios tecnológicos para que os técnicos possam se dedicar ao processo de formulação e análise de políticas econômicas.	a) fracasso na execução de projetos de sistemas estratégicos; b) risco de uso de sistemas inadequados ou defasados;
Apoio na Elaboração do Plano de Ação e Proposta de Programação Anual de Recursos	Os órgãos de controle (CGU e TCU) exigem que a atuação do MF, no campo de tecnologia da informação e comunicação, seja planejada e documentada em um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC	a) falta de contemplação da SPE no diagnóstico de TI do MF; b) fragilidade no planejamento.
Articulação com as demais unidades de TIC do MF	É característica do MF a diversidade dos órgãos e, conseqüentemente, as configurações tecnológicas existentes e, por isso, é cultura do órgão a troca de experiências e seu compartilhamento.	a) falta de participação da SPE nos fóruns internos sobre TIC;
Prospecção Tecnológica	A Secretaria iniciou, em 2012, uma fase de melhoria organizacional e, no tocante ao planejamento de serviços de TI, vários problemas foram diagnosticados. Diversas ações serão empreendidas para solução destes problemas.	a) falta de recursos humanos para empreender soluções tecnológicas; b) perda do conhecimento técnico sobre as soluções traçadas; c) risco de permanência de um ambiente já diagnosticado como precário.

Execução de serviços de suporte técnico	O serviço de suporte técnico da SPE é responsabilidade do SERPRO. Porém, o usuário da Secretaria necessita de solução imediata para os problemas que, na maioria das vezes, o SERPRO solicita um prazo maior do que o alcançado internamente.	a) indisponibilidade de estações de trabalho; b) queda do nível de serviço; c) aumento do tempo de espera do usuário para a solução de problemas.
Implantação/instalação e manutenção de sistemas de informação	Na área de TIC da Secretaria também são executadas atividades operacionais e de grande relevância, como a instalação e configuração de estações de trabalho e disponibilização de softwares homologados.	a) impacto no desenvolvimento de trabalho finalístico; b) falta de atualização de serviços;
Acompanhamento da política de segurança da rede de comunicação do MF	Muitos trabalhos da SPE possuem o caráter sigiloso e demanda uma política de segurança da rede que é feito pelo controle de acessos empreendido pela área de TIC.	a) falta de controle dos acessos; b) risco de exposição de informações sigilosas.
Manutenção dos cadastros de recursos de TIC e usuários atualizados	A Secretaria conta com diferentes recursos de TIC: hardwares, softwares, serviços de agências de notícias, serviços de telefonia móvel, sistemas corporativos. Estes recursos são distribuídos de acordo com a demanda da atividade a ser desenvolvida por, aproximadamente, 100 usuários.	a) a falta de controle das ferramentas de TIC implica no desperdício de recurso público; b) risco de direcionamento inadequado das ferramentas de TIC.
Implantação, homologação, atualização de conteúdo e manutenção do sítio.	O sítio da SPE é tratado como ponto estratégico e de grande relevância para o cidadão e, atualmente, está em fase de reformulação que depende dos funcionários terceirizados.	a) conteúdo do site sem atualizações periódicas; b) suspensão do canal de comunicação com o cidadão; c) descontinuidade do processo de reformulação do site da SPE; d) risco do projeto da nova página da SPE ficar mais oneroso.
Implantação, homologação, atualização de conteúdo e manutenção da intranet.	A intranet da SPE é a melhor forma de instituir uma dinâmica de comunicação entre as áreas e outras unidades do MF, facilitando a disseminação dos trabalhos realizados nas áreas e as diretrizes da alta gerência. Em fase de reformulação na SPE	a) conteúdo do site sem atualizações periódicas; b) suspensão do canal de comunicação interna; c) descontinuidade do processo de reformulação; d) risco do projeto de reformulação ficar mais oneroso.

Tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas, foi apresentado, em maio do exercício de 2011, o seguinte diagnóstico à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – COGTI/SPOA/MF:

Quadro 17 – Diagnóstico de Necessidades TIC

Diagnóstico de Necessidades TIC		
Necessidade		
Solução Atual	Situação Desejada	Criticidade
Aumento no parque tecnológico - desktops		
Hoje, temos usuários utilizando notebooks por falta de máquinas desktops.	Adequação de todos os servidores com máquina desktop.	5
Continuidade do projeto SINAPSE		
O projeto SINAPSE foi descontinuado em virtude dos resultados pouco satisfatórios, com base na Nota Técnica nº 18/SPE-MF, de 9 de março de 2012.	Continuidade do projeto para atender as necessidades da área técnica.	5
Substituição de impressoras obsoletas		
As impressoras todas estão com algum defeito. Todas obsoletas e em más condições de uso.	Troca por impressoras mais modernas, que atendam às necessidades da Secretaria.	4
Desenvolvimento de um novo sítio de intranet		
A intranet tem um layout desatualizado e uma plataforma ultrapassada de desenvolvimento.	Novo sítio de intranet para substituir o obsoleto que está em produção hoje.	4
Desenvolvimento de um novo sítio de internet		
Site da internet hoje tem um layout fora dos padrões do governo, além de não ter uma plataforma de desenvolvimento que auxilie na publicação do material produzido.	Novo sítio de internet para substituir o obsoleto que está em produção hoje.	4
Aumento no parque tecnológico - notebooks		
Hoje, temos notebooks que estão com defeito e obsoletos. A SPE não tem nenhum notebook que pudesse atender uma demanda do gabinete, por exemplo.	Substituição dos que estão hoje, obsoletos, no parque e aumento da quantidade para atender a demanda do gabinete e coordenadores.	3
Aumento dos pontos lógicos para suprir a demanda da SPE		
Hoje, a SPE arca com os pontos adicionais que precisaram ser colocados para atender o aumento da equipe.	A SPOA forneça o número suficiente de pontos lógicos necessários para o trabalho da equipe da Secretaria.	3
Compra dos softwares econométricos		
Os técnicos necessitam de determinados softwares para desenvolver os produtos da SPE. As demandas datam de 2009 e ainda não foram solucionadas.	Compra dos softwares necessários para auxiliar os técnicos no desenvolvimento dos produtos da SPE.	5

Cabe registrar que, existe uma demanda da Secretaria, reprimida há três exercícios, referente à aquisição de softwares, conforme o quadro abaixo:

Quadro 18 – Demandas de TI não atendidas

Demandas não atendidas	
Adobe Acrobat Professional 8.1	Oxmetrics STAMP e PC-GETS (PC-GIVE)
CATS RATS 7.0	Matlab Econometrics Toolbos 1.1
SPSS 17.0	Microsoft Access 2007
SAS (Analytic PRO+ETS)	SQL Server 2008

Quadro 19 – Quesitos de TI a serem avaliados

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?

<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	() são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	() nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	() são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	() os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<ul style="list-style-type: none"> Os itens 1, 2, 4, 6 e 7 não se aplicam à Secretaria de Política Econômica - SPE, a COGTI/SPOA/SE/MF é responsável pelas atividades de TIC do Ministério da Fazenda; Para responder o item 5, considerou-se o mapeamento de processos feito em 2010 	

8.2 – Infraestrutura Tecnológica

Quadro 20

Microcomputador		
Item	Modelo	Quantidade
01	HP DC 5800	48
02	HP DC 5750	4
03	HP DC 6005	39
04	POSITIVO	01
05	DELL OPTIPLEX 790	03
TOTAL:		95

Quadro 21

Notebook		
Item	Modelo	Quantidade
01	Acer	12
02	Toshiba	4
03	Sony	10
04	HP	5
05	Emachines	6
06	APPLE	7
TOTAL:		44

Quadro 22

Scanner		
Item	Modelo	Quantidade
01	HP Scanjet 8250	1
02	HP Scanjet G2410	1
03	Kodak Scan Mate i940	3
TOTAL:		5

Quadro 23

HD Externo		
Item	Modelo	Quantidade
01	Iomega 80 GB	4
02	Simple Tech 1 TB	1
03	SAMSUNG	30
04	TOSHIBA	9
TOTAL:		44

Quadro 24

Impressora (Locada)		
Item	Modelo	Quantidade
01	Lexmark X460	2
02	Xerox WorkCentre 5755	1
03	Lexmark E460	22
04	Kyocera FS5100	2
TOTAL:		25

Quadro 25

Serviços de Informação		
Item	Modelo	Quant. de Acessos
01	Assinatura Anuário Agriannual online	1
02	Assinatura Anuário Anualpec online	1
03	Assinatura da revista Agroanalysis online e impressa -FGV	1
04	Assinatura Digital e Impressa do Jornal Valor Econômico	4
05	Bloomberg	1
06	BROADCAST (Agência Estado)	6
07	CMA	2
08	EIEWS 7.1	10
09	Reuters Datastream	6
10	Reuters Eikon	2
TOTAL		34
Custos de Tecnologia da Informação		
Item	Especificação	Custo (R\$)
01	Aquisições diversas	11.370,50
TOTAL		11.370,50

8.3 – Gestão Documental e Protocolo da SPE

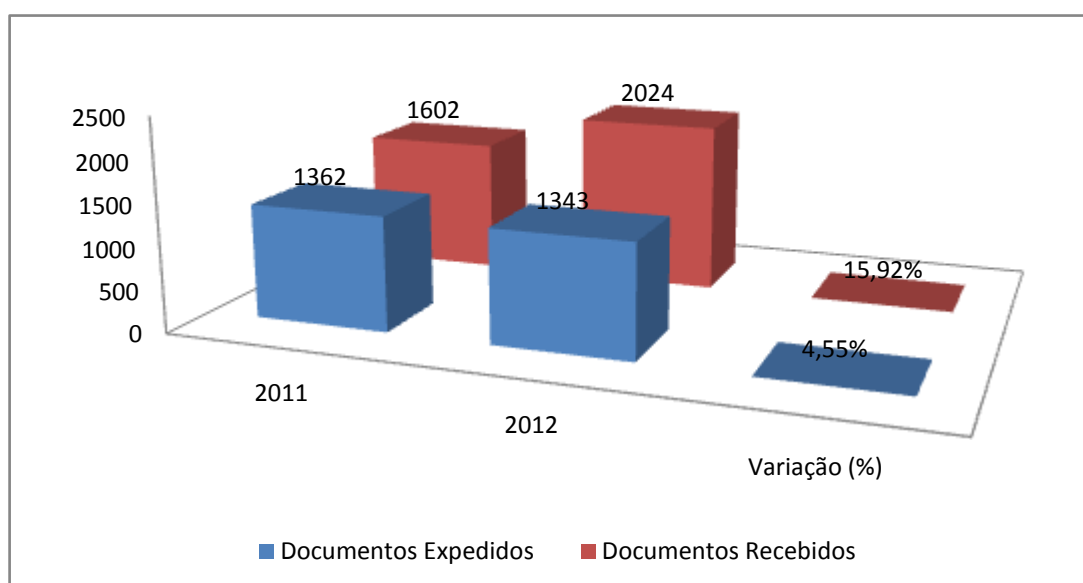
Para as atividades de comunicação organizacional (recebimento, tramitação, distribuição e arquivamento de documentos), a SPE conta com uma equipe de quatro servidores do quadro permanente. Quanto a sua infra-estrutura física, vislumbramos possibilidades de melhoria de suas instalações, providências que deverão ser tomadas no ano de 2013. Já quanto ao levantamento da quantidade de documentos recebidos e expedidos na Secretaria, indicamos abaixo a evolução do número de documentos recebidos pela SPE nos últimos dois anos:

Quadro 26 - Fluxo de Documentos na SPE 2011/2012

	2011	2012	Variação (%)
Documentos Expedidos	1362	1343	4,55%
Documentos Recebidos	1602	2024	15,92%

A diferença apurada no ano de 2012 entre o número de documentos recebidos e expedidos (681 documentos), numa análise realizada pelo Protocolo, deveu-se ao registro de convites, solicitações de reformas econômicas ou políticas setoriais, cujas medidas não devem ser comentadas ou divulgadas ou quando as mesmas são feitas de forma extemporânea, ou ainda do envio de correspondências por engano (matéria não pertencente ao rol de atribuições institucionais da SPE) ou que pertença ao rol de outra Secretaria do MF. A estas correspondências, a SPE tem dado o tratamento de arquivamento simples, com o devido registro do despacho da autoridade competente no sistema COMPROT, para fins de auditorias futuras.

Figura 3 - Gráfico Representativo (dezembro/2012)



9 – Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativos

9.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 27 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.409/2003-9	1.718/2005	9.1 e 9.3.2		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
<p>O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1, determina que esta Secretaria de Política Econômica (SPE) calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subsequente, o Demonstrativo anual para compor o Relatório sobre as Contas do Governo da República.</p> <p>Em seu item 9.3.2, o referido Acórdão determina que esta Secretaria elabore metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária					13597
Síntese da providência adotada:					
<p>O demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 34 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolidou as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios.</p> <p>Esta Secretaria realizou avaliação sobre o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ - concentrada nos principais tópicos referentes ao mercado cafeeiro internacional e principalmente nacional, ao funcionamento do fundo e aos impactos econômicos gerados em função dos financiamentos concedidos pelo fundo.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Por meio do Ofício nº 69/SPE-MF, 11 de abril de 2012, e Nota Técnica nº 33/SPE-MF, de 11 de abril de 2012, a SPE encaminhou ao TCU o Demonstrativo dos Valores Efetivamente Renunciados por meio dos Benefícios Financeiros e Creditícios em relação ao exercício de 2011. Ademais, por meio do Ofício nº 279/ SPE-MF, de 27 de dezembro de 2012, com a Nota Técnica nº 104/SPE-MF de 27 de dezembro de 2012, foi apresentada a avaliação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), que é um fundo destinado a prover recursos para o financiamento, modernização e incentivo à produtividade da cafeicultura brasileira.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>- A regionalização das informações ainda é uma dificuldade que se está tentando superar, no entanto ainda há algumas dificuldades de implementação de um critério homogêneo aplicável para todos Fundos e Programas.</p> <p>- A ausência de informações detalhadas sobre os tomadores de recursos do FUNCAFÉ sua produção e produtividade caracterizam-se como principal entrave a uma avaliação mais precisa da eficiência, eficácia e efetividade da política pública de provimento de recursos para produtores nacionais de café. A criação de uma cultura de monitoramento dos resultados é o primeiro passo para a qualificação da avaliação de políticas, para tanto a obtenção de dados acurados é condição necessária para a consecução destes objetivos. Ressalta-se que esta dificuldade tem sido recorrente nas demais avaliações da eficiência, eficácia e efetividade dos benefícios financeiros e creditícios concedidos através dos mais variados fundos e programas.</p> <p>- Destaca-se também a dificuldade, dada as peculiaridades dos Fundos e Programas, de se estabelecer uma metodologia única de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da concessão de benefícios financeiros e creditícios para os mesmos.</p>					

Quadro 28 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	010.107/2007-8	1.690/2007	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. Determinar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que encaminhe relatório anual, em meio eletrônico ou magnético, com recorte específico do Programa de Aceleração do Crescimento, até o dia 30 de março de cada ano, do qual constem:</p> <p>9.4.1. os valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos;</p> <p>9.4.2. avaliação do impacto, na economia, dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária					13597
Síntese da providência adotada:					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 67/SPE-MF, de 11 de abril de 2012, a Nota Técnica nº 30/SPE-MF de 11 de abril de 2012 com, respectivamente: a avaliação dos impactos, na economia, dos projetos/empreendimentos do PAC que contaram com subsídios creditícios e financeiros implícitos; e o cálculo estimado destes subsídios.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A Nota Técnica enviada mostra que, ao longo dos últimos anos, o PAC foi se ajustando e se tornou uma importante ferramenta para a economia brasileira enfrentar a crise financeira mundial de 2008/2009, além de ter contribuído para o crescimento econômico no período 2010/2011; para a queda da taxa média de desemprego; para a melhoria na qualidade de vida da população, evidenciada pela redução da pobreza e extrema pobreza de 2007 a 2009 e para o aumento da massa salarial sempre acima do crescimento do PIB, o que indica melhora na qualidade de emprego.</p> <p>Além desses ganhos sociais, que podem ser chamados de “primeira ordem”, o PAC tem fortalecido o mercado consumidor doméstico, a arrecadação estatal e, portanto, a sustentabilidade fiscal, além de passado a ser um importante instrumento de política econômica anticíclica.</p> <p>Em março de 2010, o Governo Federal lançou o PAC 2, para o período de 2011 a 2014. Reforçou-se o compromisso com o planejamento e desenvolvimento econômico, o combate às desigualdades e foi dada mais ênfase ao eixo de infraestrutura social e urbana.</p> <p>A execução orçamentária, em 2011, foi plenamente satisfatória. O valor total das ações concluídas do PAC 2 foi de R\$ 142,8 bilhões. Desse total, R\$ 127 bilhões foram realizados em 2011.</p> <p>No setor energético, uma das prioridades do Governo, entre os quinze maiores projetos do mundo, seis estão no Brasil. Um dos avanços sociais que fortalecem o mercado interno é a expansão do Plano “Brasil sem Miséria”, que, em 2011, incluiu mais 407 mil famílias no Cadastro Único. O aumento do salário mínimo e a continuidade da ampliação do acesso ao crédito também são medidas que fortaleceram o mercado consumidor doméstico.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2011:</p> <ul style="list-style-type: none"> - memória institucional adequada às exigências metodológicas do trabalho; - reuniões técnicas periódicas realizadas com a equipe do TCU, não apenas durante a execução dos trabalhos, mas antes e depois da apresentação dos resultados. <p>Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:</p> <ul style="list-style-type: none"> - intempetividade e formatação inadequada no envio das informações das instituições financeiras à SPE; - complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de <u>estimativa</u> ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos; - como tornar mais precisa a avaliação dos milhares de projetos do PAC executados por Governos, empresas privadas e empresas estatais? 					


Quadro 29 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	034.303/2011-1				Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
Solicitação do cálculo, pela Secretaria de Política Econômica, dos benefícios financeiros e creditícios dos financiamentos de instituições financeiras federais destinados ao evento da COPA – 2014.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária					13597
Síntese da providência adotada:					
Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 68/SPE-MF, de 11 de abril de 2012, a Nota Técnica nº 32/SPE-MF de 11 de abril de 2012 com o cálculo estimado destes subsídios e a Metodologia de Cálculo, com fim de subsidiar o Levantamento de Auditoria – Registro Fiscal nº 960/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A Nota Técnica enviada mostra que a Metodologia de Cálculo usada pela SPE para estimar o valor dos subsídios concedidos, no âmbito da COPA, considera o valor do financiamento como ativo do setor público, cujo retorno é dado pela diferença entre a taxa de juros do empréstimo e o custo de oportunidade estipulado para o recurso, que foi a taxa média apurada, em 2011, da NTN-F com vencimento para 2021, no caso, 12,16% a.a.</p> <p>Dentre os projetos relacionados à COPA, destacou-se o Procopa Arenas com 97% dos valores contratados e 82% dos valores desembolsados em 2011.</p> <p>Os subsídios creditícios foram estimados, a valores de dezembro de 2011, em: R\$ 188,66 milhões a partir dos valores desembolsados e R\$ 330,4 milhões tomando por base os valores contratados.</p> <p>Os valores das operações de crédito contratados, em 2011, chegaram a R\$ 1,939 bilhão. Já os desembolsados, no mesmo período, atingiram R\$ 1,071 bilhão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2011:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aplicação da mesma metodologia utilizada para o cálculo dos benefícios financeiros e creditícios no Acórdão 1690/2007 às operações associadas à Copa do Mundo FIFA 2014; <p>Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:</p> <ul style="list-style-type: none"> - intempestividade e formatação inadequada no envio das informações das instituições financeiras à SPE; - complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de <u>estimativa</u> ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos. 					

10 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 – Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Figura 4

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</p>
<p>Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos</p>
<p>a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10; As Unidades Jurisdicionadas a esta Setorial de Contabilidade de Unidade Gestora e de Órgão atendem parcialmente as NBC T acima indicadas, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">a.1) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão<ul style="list-style-type: none">a.1.1) Depreciação: está em uso a aplicação desse procedimento;a.1.2) Amortização: não está em uso a aplicação desse procedimento;a.1.3) Exaustão: inexistência de ativos que possam ensejar a aplicação desse procedimento.a.2) NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público<ul style="list-style-type: none">a.2.1) As unidades gestoras têm a sua disposição (página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet) normativos e manuais publicados pela Coordenação-Geral de Contabilidade da STN/MF, além dos meios de consulta disponibilizados àquela CCONT/STN e a esta Setorial de Contabilidade para dirimirem as dúvidas quanto ao adequado registro contábil dos atos e fatos administrativos. <p>A confirmação da integral utilização dos critérios e procedimentos estabelecidos na supracitada NBC T é tarefa de difícil afirmação, considerando os diversos aspectos que caracterizam a execução financeira e patrimonial na Administração Pública Federal. A esse respeito relaciono alguns exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Não exigência dos profissionais que atuam nas áreas de execução financeira e patrimonial da formação técnica em ciências contábeis, profissionais esses responsáveis em primeira instância pela análise, interpretação e registro dos atos e fatos administrativos (registros da liquidação da despesa; recolhimento de contribuições e impostos; apropriação da folha de salários; reconhecimento, atualização e baixa de ativos e passivos; registro de contratos, convênios e termos congêneres; registros no estoque e patrimônio etc);• Impossibilidade de acompanhamento tempestivo por esta Setorial de Contabilidade dos inúmeros registros contábeis efetivados diariamente no universo das 384 unidades gestoras, função executora, deste Ministério (SE, SAIN, SEAE, SPE, CARF, RFB, PGFN, STN, ESAF e CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais). Ainda nesse sentido, cabe acrescentar a necessidade de uma certificação <i>in loco</i> dos registros efetuados e dos procedimentos adotados para registro;• Estrutura física desta Setorial de Contabilidade incompatível com as atribuições previstas na Lei nº 10.180/2001, Título IV, Capítulo I, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal dentre outros, e pelo Decreto nº 6.976/2009, que regulamenta o referido Sistema, associada ao elevado número de unidades gestoras jurisdicionadas, as quais possuem diversidade e particularidades operacionais (créditos tributários - RFB, dívida ativa - PGFN, dívidas interna e externa - CODIV/STN, participações acionárias - COPAR/STN, empréstimos e financiamentos - COFIS e COAFI/STN, receitas operacionais - ESAF, acordos de cooperação - UCP/SE e STN, disponibilidade financeira Conta Única - COFIN/STN, despesas administrativas e convênios - operações comum a todas as unidades gestoras etc).
<p>b) Justificativa em caso de resposta negativa à alínea "a" acima;</p> <ul style="list-style-type: none">b.1) Amortização: procedimento a ser implementado após a conclusão das rotinas pertinentes a implantação da depreciação.

Figura 5

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo
Ativo Permanente – Bens Móveis
c.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;
c.2) Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 142120200-Aeronaves e 142122000-Embarcações não previstos na norma da anterior.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;
d.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;
e.1) Depreciação

Conta	Título	Vida Útil(anos)	Valor Residual(10%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	10
142120600	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laboratoriais e hospitalares.	15	20
142121000	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
142122600	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
142122800	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	10
142123600	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
142123800	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
142123900	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
142124000	Máquinas, equipamentos e utensílios. agríc./agrop. e rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em geral	10	10
142124600	Semoventes e equipamentos. de montaria	10	10

Figura 6


142124800	Veículos diversos	15	10
142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
142125200	Veículos de tração mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para automóveis	5	10
142125800	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
142126000	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;
Conforme explicações evidenciadas na letra "a", subitem "a.2", as informações solicitadas são de difícil indicação. É importante destacar que as inovações impostas pelo novo arcabouço normativo contábil estão sendo gradativamente implementadas, condicionadas à conclusão de procedimentos já iniciados e, principalmente, a reestruturação da Setorial de Contabilidade.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.
Sobre esse tópico cabe esclarecer que atualmente ele corresponde a um levantamento numérico/saldo para compor o Relatório Mensal da Setorial de Contabilidade, não apresentando nenhum aspecto crítico/analítico dos dados apurados, a saber:


g.1) Abrange o aspecto numérico da depreciação e das provisões de férias e da gratificação natalina, apurados mensalmente e de maneira consolidada das Unidades Fazendárias, Órgão 25000-Ministério da Fazenda.

g.2) Abrange o aspecto numérico da apuração anual da depreciação, das provisões de férias e da gratificação natalina, da provisão sobre os créditos tributários lançados e administrados pela RFB, a provisão para perdas da dívida ativa apurados na PGFN e a provisão para perdas de empréstimos e financiamentos apurados na COFIS/STN.

Data	Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2013
Assinatura	 Paulo Roberto Campos Moreira Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 0118340-9

10.2 – Declaração do Contador

Figura 7

	Ministério da Fazenda Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil Coordenação de Análise Contábil
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG :	
Secretaria de Política Econômica		170250	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Durante o exercício de 2012 não foram realizadas análises das Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico em razão da inexistência dos mesmos no SIAFI, transações BALANSINT e CONBALANUG, e pela ausência de estrutura compatível as atribuições previstas na Lei nº 10.180/2001, Título IV, Capítulo I, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal dentre outros, e pelo Decreto nº 6.976/2009, que regulamenta o referido Sistema, situação essa devidamente evidenciada nas Notas Técnicas nº 18/2006 e nº 1/2009 desta Setorial de Contabilidade de Órgão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	26 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 0116340-9	CRC nº	0116340-9 CRC - DF

10.3 Entrega de Declaração de bens e rendas

Em cumprimento à Mensagem Eletrônica COGEP/SPOA n° 29, de 15 de maio de 2012, e ao disposto no art. 1° da Lei n° 8.730, de 10/11/1993 e exigência da CGU e Tribunal de Contas da União, informo que não houve pendências quanto às declarações de bens e rendas no exercício de 2012.

III – RESULTADOS E CONCLUSÕES

11 – SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MICROECONÔMICAS

11.1 Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial (COGAS)

A - Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Compras Públicas

Objetivo geral: coordenar, acompanhar e controlar a Política Nacional de Compras Públicas que institui: (i) aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais; (ii) medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou de acesso a condições vantajosas de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável.

Objetivo específico: articular as medidas institucionais necessárias à implementação de ações que tenham por objetivo fomentar o ritmo de crescimento da economia nacional de forma sustentável.

Beneficiários: Comissão Interministerial de Compras Públicas

Resultados alcançados:

- a. Coordenação da Comissão Interministerial de Compras Públicas, instituída pelo Decreto nº 7.546/2011;
- b. Coordenação e elaboração dos Decretos abaixo relacionados para concessão de margem de preferência para os seguintes segmentos da indústria nacional:
 - Confecções, calçados e artefatos – Decreto nº 7.756 de 14/06/2012;
 - Motoniveladora e retroescavadeira – Decretos nºs 7.709 de 03/04/2012 e 7.841 de 12/11/2012;
 - .- Fármacos e Medicamentos – Decreto nº 7.713 de 03/04/2012;
 - Produtos médicos – Decreto nº 7.767 de 27/06/2012;
 - Veículos para vias férreas - Decreto nº 7.812 de 20/09/2012;
 - Papel para impressão de papel-moeda – Decreto nº 7.810 de 20/09/2012;
 - Caminhões, furgões e implementos – Decreto nº 7.816 de 28/09/2012;
 - Patrulhas e perfuratrizes – Decreto nº 7.840 de 12/11/2012;
 - Disco metálico para moeda – Decreto nº 7.843 de 12/11/2012.
- c. Secretariar as reuniões da Comissão Interministerial de Compras Públicas (CI-CP) com registro em ata – Portaria MF nº 463, de 21/9/2011;
- d. Coordenação e acompanhamento do Grupo de Apoio Técnico da Comissão Interministerial de Compras Públicas GAT/CI-CP – Portaria SPE/MF nº 28, de 10/8/2011;
- e. Contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para elaborar estudo técnico para os setores Têxtil (confecções, calçados e artefatos); Complexo da Saúde (fármacos, medicamentos e produtos médicos); Produto Institucional (papel para papel-moeda e disco para moeda); Móveis; Calçados; Software; e Tinta para impressão de papel-moeda.
- f. Contratação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para elaborar estudo técnico para os setores Máquinas e Equipamentos (motoniveladora, retroescavadeira, patrulhas agrícolas e perfuratrizes); Transporte Ferroviário (trens e vagões); Equipamentos para Tecnologia da Informação e Comunicação; Transporte Terrestre (caminhões e furgões); Serviços; Material de Construção; Papel e Livros: Brinquedos; e Aviões Cívicos.

- g. Coordenação da revisão do Decreto nº 7.601/2011, de 07/11/2011, que concedeu margem de preferência para o setor de confecções, calçados e artefatos;
- h. Participação de Seminários promovidos pelo Comando do Exército e Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) para divulgação da Política Nacional de Compras Públicas;
- i. Coordenação das Reuniões da CI-CP.

B. Acompanhamento de indicadores econômicos

Objetivo geral: acompanhar indicadores econômicos relativos à produção, comércio, emprego, produtividade e investimentos, com foco nos setores agroindustriais

Objetivo específico: analisar os indicadores conjunturais de produção industrial e comércio

Beneficiários: Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica.

B.1. Informativos mensais:

Quadro 30 - Informativos mensais do Acompanhamento de indicadores econômicos da COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE)	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM – construção civil	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM – Bens de capital	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
PIM Regional	Informativo mensal da produção industrial regional	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Balança comercial por setores (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras por setores econômicos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores industriais CNI	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela CNI	Divulgação na primeira quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores ANFAVEA	Informativo mensal da produção, vendas e exportações de autoveículos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Índice de Atividade da FIESP	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela FIESP	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE)	Informativo mensal dos	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Sondagem do Consumidor e da Indústria da FGV	Informativo Mensal sobre as expectativas de consumidores e da indústria	Divulgação no último decêndio do mês	Manutenção de base de dados atualizada e divulgação interna para equipe da SPE e do Ministério quando solicitado.

B.2. Informativos semanais:

Quadro 31 – Informativos semanais do Acompanhamento de indicadores econômicos da COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
Indicadores do nível de atividade	Informativo com os principais indicadores econômicos	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
Indicadores das <i>commodities</i>	Informativo com os principais indicadores do mercado de <i>commodities</i>	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.

B.3. Relatório de acompanhamento dos setores industriais:

Quadro 32 – Relatório de acompanhamento dos setores industriais do Acompanhamento de indicadores econômicos da COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
Anuário	Tabelas de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre nível de atividade e balança comercial	Divulgação interna e na Internet	Atualização mensal do anuário de nível de atividade e balança comercial
Estimativa setorial da balança comercial por setores econômicos	Estimativa do crescimento das exportações e importações em 2012 por setores econômicos	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Uma estimativa anual
Monitor de competitividade setorial	Consolidação de dados referentes ao desempenho de diversos setores no comércio externo	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Em fase final de elaboração do texto de caracterização dos setores

B.4. Colaboração no Caderno “Economia brasileira em perspectiva”: atualização das variáveis referentes à atividade econômica.

Quadro 33 - Colaboração no Caderno “Economia brasileira em perspectiva” do Acompanhamento de indicadores econômicos da COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil.	Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais)	Elaboração bimestral: edição especial fevereiro/2012, março/abril/ 2012, agosto/2012 e dezembro/2012

C. Medidas de incentivo à economia

Objetivo geral: manter medidas de incentivo à economia em determinados setores

Objetivos específicos: (i) criar e manter condições especiais para assegurar a competitividade da economia brasileira; (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos;

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

Quadro 34 – Resultados alcançados por Medidas de incentivo à economia na COGAS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
Automotivo – Programa Inovar Auto (coordenação)	Artigos 40 a 43 da Lei 12.715, de 17/09/12 e regulamentação. Coordenação junto ao MDIC, MCTI, ABDI, MRE, SRF e PGFN.	Decreto nº 7.819, de 03/10/12.	Novos ajustes à Lei e ao Decreto foram enviados à Casa Civil.
Desoneração da folha (subsídio à Coordenação-Geral de Políticas Públicas)	Simulações de substituição da tributação na Folha de Pagamentos por outra base. Impactos nas receitas e seleção de setores a serem beneficiados.	Aprovação da Medida Provisória nº 563, de 03/04/12, convertida na Lei nº 12.715, de 17/09/12; MP 582, de 20/09/12.	Extensão da desoneração da Folha para mais setores, totalizando 52 setores desonerados desde 2011.
Reintegra	Discussões acerca da desoneração tributária das exportações brasileiras de produtos manufaturados. Sistematização e análise interna dos pleitos sobre inclusão, alteração dos percentuais de componentes importados e prorrogação do prazo de vigência do regime.	MP nº 601, de 28.12.12	Prorrogação por 12 meses do prazo de vigência regime
Máquinas e Equipamentos – ar condicionado	Aumento da alíquota do II		Resolução Camex nº 69
Linha Branca	Prorrogação da Redução da alíquota do IPI para refrigerador, máquina de lavar e tanquinho com eficiência energética.		Publicação dos Decretos: 7.705 de 25/03/12; 7.770 de 28/06/12; 7.796 de 30/08/12; e 7.879 de 27/12/12.
Insumos da Construção Civil e Bens de Capital	Prorroga e posteriormente torna permanente a redução da alíquota de IPI para diversos insumos da construção civil		Publicação dos Decretos: 7.796 de 30/08/12; e 7.879 de 27/12/12.
Automóveis	Redução de alíquota de IPI para automóveis e comerciais leves.		Publicação dos Decretos: 7.725 de 21/05/12; 7.796 de 30/08/12; 7.834 de 31/10/12; e 7.879 de 27/12/12.
Móveis	Redução de alíquota de IPI para móveis, painéis, laminados e luminárias.		Publicação dos Decretos: 7.705 de 25/03/12; 7.770 de 28/06/12; 7.792 de 17/08/12; 7.796 de 30/08/12; e 7.879 de 27/12/12.
Microeletrônica - Semicondutores	Inclusão de fase produtiva de dispositivo eletrônico no rol de atividades beneficiadas pelo Padis	Alteração do art. 57 da Lei nº 11.484/2007.	Publicação da Lei nº 12.715/2012

Participação em Comitês e Conselhos:

D. Participação no Grupo de Trabalho do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPEs)

Objetivo geral: o novo modelo da criação de ZPEs foi instituído pela Lei 11.508, de 20/07/2007, com o objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Objetivo específico: assessorar o Secretário Executivo-Adjunto que participa do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT do CZPE

Beneficiários: as regiões onde serão instaladas as ZPEs e as futuras empresas predominantemente exportadoras

Resultados alcançados:

- a. Alteração da Resolução CZPE nº 2/2009, que estabelece procedimentos para apresentação de propostas de ZPE;
- b. Conclusão do processo de alfandegamento da ZPE do Acre;
- c. Aprovada em dezembro/2012 a instalação da primeira indústria (Amazon Polímeros Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.) para a Zona de Processamento de Exportação do Acre pelos membros do CZPE.

E. Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Objetivo geral: apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010.

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados: assessoramento do representante do Ministério da Fazenda.

F. Comitê Orientador para Implantação de Sistemas de Logística Reversa – Grupo Técnico de Assessoramento (GTA)

Objetivos gerais: discutir e apresentar proposições relacionadas com metas quantitativas, diretrizes e estratégias por área de atuação estabelecido no artigo 15 da Lei nº 12.305/2010.

Beneficiários: setores da cadeia produtiva e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- a. Participação em 2 Grupos de Trabalho Temáticos (GTT's): GTT Embalagens e GTT Eletroeletrônicos;
- b. Assessoramento do representante do Ministério da Fazenda no Grupo Técnico de Assessoramento (GTA).
- c. Participação no Grupo Técnico Temático Financiamento e Desoneração Tributária;

G. Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Objetivos gerais: apoiar ações para fomentar a formalização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação de ações voltadas à população de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações integradas a serem executadas nas municipalidades;

Beneficiários: catadores e sociedade brasileira

H. Comitê de Facilitação Turística

Objetivo geral: identificar e propor medidas de interesse comum que contribuam para a promoção do turismo no país

Beneficiários: sociedade brasileira

I. Conselho Nacional de Turismo

Objetivo geral: identificação e a proposição de medidas de interesse comum que contribuam para a promoção do turismo no país

Beneficiários: sociedade brasileira

J. Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Objetivo geral: identificar e propor medidas que contribuam para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional.

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira.

K. Estratégia Nacional de Defesa

Objetivo geral: Dar cumprimento ao disposto na Lei Complementar 136/2010.

Beneficiários: Ministério da Defesa, as Forças Armadas e a Base Industrial de Defesa.

Resultados alcançados:

- a. Colaboração com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Ministério da Defesa para a elaboração da Política Nacional de Defesa;
- b. Participação na regulamentação da Lei Nº 12.598, de 22/03/12 (Medida Provisória 544/2011) que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei Nº 12.249, de 11/06/10; e dá outras providências.

Participações da equipe em seminários, exposições, visitas, conferências:

Quadro 35 - Participação da equipe da COGAS em seminários, exposições, visitas, conferências

DATA	LOCAL	EVENTO	PARTICIPANTES
08 de fevereiro	ABIT/São Paulo	Seminário “Nova Política de Compras Públicas”	Hébrida Verardo Moreira Fam e Josélia Cristina Nogueira de Araújo Almeida
29 fevereiro e 1º de março	Comando do Exército - Brasília	Seminário “Nova Política de Compras Públicas”	Pablo Fonseca Hébrida Verardo Fam e Josélia Almeida
Novembro	Londres	Reuniões de trabalho sobre o sistema tributário inglês	Leonardo Chagas (acompanhado do Secretário- Adjunto Pablo Fonseca e Coordenador-geral Sérgio Jurandyr)

Pareceres e Notas Técnicas elaborados pela equipe:

Quadro 36 – Pareceres elaborados pela equipe da COGAS

Parecer n.º	Assunto	Responsável	Data
11	Nova versão da proposta de Decreto regulamentando a aplicação de alíquota específica (ad rem) ou combinada para imposto de importação. Origem: Memorando nº 64/2012 RFB.	Mandai	3/2/2012
14	Considerações a respeito da competitividade do ar Condicionado Split	André	27/2/2012
17	Projeto de Lei de Conversão PLV nº 2012/00002 - Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo a área estratégica de defesa, altera a Lei 12.249 de 11 de junho de 2011 e dá outras providências.	José Renato	8/3/2012
25	Alteração do sistema de incidência da Contribuição do PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café (Art. 4º do PLV 3/12 MP 545/2011)	Mandai	15/3/2012
28	Desoneração do IPI no setor de móveis e painéis de madeiras	André	15/3/2012
32	Isonção de IPI incidentes sobre forros de PVC	André	29/3/2012
35	Redução de IPI - Produtos da Linha Branca	Josélia	30/3/2012
45	Pedido de inclusão do arroz beneficiado, branco e ou parborizado no regime REINTEGRA, objeto da Lei nº 12.546 de 14/12/11.	Mandai	17/4/2012
49	LETEC - Barcos Recreativos	Leonardo	24/4/2012
52	Prorrogação da datas de vencimento das contribuições sociais para PIS/COFINS em relação aos fatos gerados de março e abril de 2012. Procedência: Memorando nº 208/2012-RFG/Gabin	Mandai	3/5/2012
56	Projeto de Lei de Conversão nº 07/2012 (MP 549/2011)	Mandai	4/5/2012
67	Alíquotas de IPI para automóveis	Leonardo	16/5/2012
91	Suspensão da incidência do PIS/Cofins na comercialização de produtos da cadeia de ovinos e caprinos	Mandai	29/11/2012
96	Inclusão do telefone celular da 3ª geração (smartphone) na Lei da Informática	Josélia	15/6/2012
104	Redução de IPI - Produtos da Linha Branca	Josélia	22/6/2012
105	Alteração do Decreto 6.144/2007 - REIDI	Leonardo	26/6/2012

Parecer n.º	Assunto	Responsável	Data
106	Desoneração de IPI do setor de móveis e laminados PET	André	26/6/2012
116	Desoneração de IPI do setor De Painéis	André	3/7/2012
117	Setor de Laminados para revestimentos	André	4/7/2012
118	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, de 2012 (Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. a adquirir o controle acionário da CELG Distribuição S.A.; institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior. Altera as Leis nºs 3.890-A de 25 de abril de 1961, 9.718 de 27 de novembro de 1998, 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.887 de 18 de junho de 2004, 10.883 de 29 de dezembro de 2003 11.003 de 21 de dezembro de 2004, 11.128 de 28 de junho de 2005, 11.651 de 07 de abril de 2008, 12.024 de 27 de agosto de 2009, 12.101 de 27 de novembro de 2009, 12.429 de 20 de junho de 2011, 12.462 de 04 de agosto de 2011, e 12.546 de 14 de dezembro de 2011 e dá outras providências) em fase de sanção presidencial - proposta de veto	Leonardo	4/7/2012
121	Prazo de pagamento de PIS/COFINS: Solicitação de inclusão no setor de pneumáticos na relação constante do Anexo Único da Portaria MF Nº 206, de 15/05/2012, que trata de prorrogação dos prazos de pagamento PIS/COFINS.	Mandai	6/7/2012
122	Desoneração de IPI no setor d Painéis e Laminados	André	10/7/2012
129	Tributação sobre caminhoneiros autônomos	Leonardo	6/8/2012
132	Minuta de Decreto, elaborada pelo Ministério de Comunicações e da Fazenda, que regulamenta o Regime Tributário Especial do Programa Nacional da Banda Larga - REPNBL - Redes	Inácio	10/8/2012
138	Materiais de Construção - produtos concorrentes	André	21/8/2012
141	Prorrogação e desoneração	André	24/8/2012
142	Inclusão da atividade de gestão dos Centros de Convenções e Pavilhões de Feiras e Eventos no regime cumulativo dos impostos PIS/PASEP e COFINS	Inácio	3/9/2012
149	Materiais Reciclados - Redução de IPI e ICMS	Josélia	5/9/2012
155	Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Josélia	19/9/2012
157	Acordo de Complementação nº 2. Septuagésimo Protocolo Adicional	Bruno	20/9/2012
161	A Associação Brasileira das Indústrias Saboeiras e Afins - ABISA vem solicitar a redução/isenção das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para o sabão de barra comum e o sabão em barra de coco, NCM 3401.1990	Inácio	1/10/2012
172	Projeto de Lei 4.088/2012: Acrescentar parágrafos ao Art. 3º da Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000, que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, a fim de dispor sobre a premiação em programas de incentivo à produtividade	José Malaquias da Cunha	8/10/2012
192	Revisão da Lei nº 11.484 - PADIS	Josélia	29/11/2012
211	Avaliação da conveniência de renovação da redução de IPI para Automóveis, Linha Branca, Móveis e Caminhões	André	20/12/2012
214	Artigos 1º, 3º e 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 27 de 2012 (Medida Provisória nº 578-A de 2012), que tratam de novas hipóteses de depreciação acelerada e da criação do Fundo de Investimento do FAT	Frederico / Tadeu e José Eustáquio	26/12/2012
216	Avaliação da conveniência de renovação da redução de IPI para diversos produtos	André	26/12/2012
217	Livros Didáticos - Importação	André	26/12/2012

Quadro 37 – Notas técnicas elaboradas pela equipe da COGAS

Nota Técnica n.º	Assunto	Responsável	Data
4	Concessão de incentivos e benefícios previstos no PADIS - Programa de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. Interessado: Flex IC Indústria Eletrônica Ltda. Interessado: Idea Sistemas Eletrônicos Ltda	Hébrida	26/1/2012
5	Concessão de incentivos e benefícios previstos no PADIS - Programa de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. Interessado: HT Micron Semicondutores Ltda	Hébrida	26/1/2012
6	Concessão de incentivos e benefícios previstos no PADIS - Programa de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. Interessado: Flex IC Indústria Eletrônica Ltda. Interessado: Smart Modular Technologies de Componentes Eletrônicos Ltda	Hébrida	26/1/2012
7	Concessão de incentivos e benefícios previstos no PADIS - Programa de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. Interessado: Flex IC Indústria Eletrônica Ltda	Hébrida	26.01.2012
20	Regime de Tributação pelo lucro presumido para as concessionárias de infraestrutura no setor elétrico	Leonardo	15/3/2012
24	Bens de Capital: Análise do mercado de bens de capital e da proposta de medida de proteção à indústria nacional	Mandai	21/3/2012
25	Proposta de desoneração tributária da contribuição patronal à Previdência Social para segmentos selecionados da indústria de transformação e substituição por adicional de alíquota sobre a receita bruta ou faturamento.	Inácio e Marisa	29/3/2012
53	Massas Alimentícias: Proposta de prorrogação da vigência de desoneração do PIS/COFINS incidentes na comercialização no mercado interno de massas alimentícias	Mandai e Leonardo	26/6/2012
73	Minuta de Decreto que institui o Conselho Interministerial para Projetos Transformadores -CIPT	Leonardo	19/9/2012
74	PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	Josélia e Leonardo	20/9/2012
77	PADIS - Tratamento alfandegário	Josélia	1/10/2012
78	Projeto de Decreto. Estratégia Nacional de Defesa. Regulamentação de dispositivos da Lei nº 12.598 de 22 de março de 2012	Leonardo	1/10/2012
83	PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	Josélia e Leonardo	7/11/2012
87	Regime Especial Aduaneiro de Drawback: Prorrogação dos prazos de Atos Concessórios - AC.	Mandai	23/11/2012
89	Projeto de Lei que trata de medidas de esclarecimento ao consumidor, destaque de imposto nas notas fiscais e cupons de venda ao consumidor	Mandai / Frederico	28/11/2012
103	Propostas de inserção da parcela do crédito presumido de PIS/COFINS do farelo de soja no sistema de ressarcimento acelerado, semelhante ao instituído pela Portaria 348/2010	Mandai	27/12/2012
105	Desoneração de PIS/COFINS na distribuição de etanol hidratado	Leonardo	28/12/2012
106	Proposta de Regime Especial para a Indústria Química - REIQ, encaminhada pela Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM	Inácio / Frederico e Leonardo	28/12/2012

11.2 - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (COGSPC)

A – Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Objetivo geral: acompanhar o mercado de seguros, resseguros, previdência privada aberta e capitalização, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor.

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; e (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setor regulado, consumidores, sociedade brasileira, indiretamente.

Resultados alcançados: Foram analisados e produzidos diversos normativos que deram ao mercado segurador melhores instrumentos de regulação, permitindo seu desenvolvimento equilibrado. Também foram produzidos pareceres acerca de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional.

No campo das medidas infralegais, destaca-se a edição da Resolução nº 4.176, do Conselho Monetário Nacional, aprovada em reunião extraordinária no dia 27 de dezembro (e publicada em 2 de janeiro de 2013). Tal medida instituiu parâmetros mínimos de prazos para as carteiras de renda fixa dos produtos de previdência complementar aberta, contribuindo para o alongamento, diversificação e desindexação de tais produtos, com repercussões positivas no mercado de títulos públicos e privados e no perfil das correspondentes dívidas no longo prazo, além de proporcionar um alinhamento dos gestores e participantes dos produtos de previdência, que é um produto voltado à poupança de longo prazo.

Quanto à totalidade de projetos de resoluções, foram publicadas 26 Resoluções do CNSP em 2012, sendo que 12 delas apenas referendam decisões anteriores.

Também se destaca a edição da Resolução nº 273, do Conselho Nacional de Seguros Privados, aprovada em 19 de dezembro de 2012, que possibilitou o parcelamento do prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (DPVAT) para alguns tipos de veículos, com o objetivo de facilitar o pagamento e reduzir a inadimplência, em especial das motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares. Tal medida também tende a contribuir para o aumento da arrecadação do IPVA, já que, muitas vezes, a inadimplência de um está relacionada à inadimplência do outro.

Também foram emitidos diversos pareceres acerca de proposições legislativas que versam sobre os setores de seguros, previdência privada aberta e capitalização que tramitaram no Congresso Nacional que estão listados no quadro resumo a seguir.

Quanto aos pareceres emitidos, destacam-se os Pareceres nº 41 e 135 que tratam, respectivamente, das sugestões de veto ao Projeto de Lei de criação do Funpresp e da regulamentação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, assuntos que foram amplamente estudados nesta coordenação-geral.

Quadro 38 - Produtos da COGSPC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Parecer nº 7/12	Projeto de Lei nº 1.227/2011, que altera a alínea "c", do art. 36, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outros providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 41/12	Projeto de Lei da Câmara nº 2/2012, na origem Projeto de Lei nº 1992/2007, que institui o regime de previdência para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros do órgão que menciona.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 42/12	Projeto de Lei do Senado nº 576 de 2011, que altera o art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, incluindo o § 4º para estipular atualização monetária dos valores de indenização.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 43/12	Projeto de Lei nº 2.276, de 2011, que acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção o consumidor e dá outras providências" para configurar como abusiva a cláusula que autorize a resolução unilateral dos contratos de seguro sobre a vida ou a renovação em condições desfavoráveis ao consumidor.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 44/12	Projeto de Lei nº 2932, de 2011, que propõe a inclusão de um novo inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com o objetivo de criar nova cláusula abusiva relacionada com o contrato de seguro de vida.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 46/12	Projeto de Lei nº 2913, de 2011, que altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não".	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 51/12	Projeto de Lei nº 99, de 2007, submetido à Sanção Presidencial, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista e dá outras providências ⁶	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 54/12	Projeto de Lei Complementar nº 101/2011, que altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que veda a destinação da reserva especial de planos de benefícios Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC ao patrocinador.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 55/12	Projeto de Lei nº 3.007, de 2011, que obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF - à contratação de seguro de vida para seus empregados.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 85/12	Projeto de Lei nº 632/2011, que altera os incisos I, II e III do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoa transportadas ou não – DPVAT	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 135/12	Projeto de Lei de Conversão nº 19/2012, na origem Medida Provisória nº 564/2012, que altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.453, de 21 de julho de 2011, para conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Parecer nº 143/12	Projeto de Lei de Complementar n.º 161/2012 - que altera dispositivos das Leis Complementares n.º 109, de 29 de maio de 2011 - que dispõe sobre o regime de previdência complementar.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 158/12	Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2012, que altera a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, para introduzir parâmetros adicionais de transparência e controle relativamente às atividades de supervisão e normalização das entidades fechadas de previdência complementar	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 168/12	Projeto de Lei nº 3.587/2012, que cria a Caixa de Assistência dos Corretores de Imóveis – CACI	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Parecer nº 169/12	Projeto de Lei nº 2.250/2011 - torna obrigatório em todo o território nacional a cobertura de seguro em acidentes pessoais e assistência funerária nas rodovias sujeitas à cobrança de pedágio.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluído
Resolução	CNSP nº 249, de 15/02/2012, dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 250, de 15/02/2012, referenda a Resolução CNSP nº 250, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 251, de 09/04/2012, referenda a Resolução CNSP nº 233, de 2011.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 252, de 19/04/2012, altera a Resolução CNSP nº 249, de 15 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 253, de 05/07/2012, referenda a Resolução CNSP nº 250, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 254, de 05/07/2012, altera a Resolução CNSP nº 229, de 27 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 255, de 05/07/2012, referenda a Resolução CNSP nº 245, de 2011	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 256, de 05/07/2012, referenda a Resolução CNSP nº 247, de 2011	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 257, de 05/07/2012, referenda a Resolução CNSP nº 248, de 2011.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 258, de 05/07/2012, referenda as Resoluções CNSP n.ºs. 249 e 252, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Resolução	CNSP nº 259, de 05/07/2012, altera a Resolução CNSP nº 243, de 6 de dezembro de 2011, que dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo administrativo sancionador no âmbito da Susep e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 260, de 05/07/2012, torna sem efeito a Resolução CNSP nº 246, de 2011.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 261, de 11/09/2012, altera a Resolução CNSP nº 166, de 17 de julho de 2007.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 262, de 25/09/2012, estabelece regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas e para a definição da necessidade, por ativos garantidores, de cobertura da Provisão de Prêmios Não Ganhos das sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar autorizadas a operar exclusivamente com microsseguros	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 263, de 25/09/2012, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a operar exclusivamente com microsseguros.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 264, de 05/10/2012, dispõe sobre a vedação da cobrança do custo de emissão de apólice, fatura e endosso apartado do prêmio.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 265, de 06/11/2012, altera o inciso VI do art. 9º da Resolução CNSP nº 226, de 6 de dezembro de 2010.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 266, de 13/12/2012, altera o art. 28 do anexo à Resolução CNSP nº 154, de 8 de dezembro de 2006.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 267, de 19/12/2012, referenda a Resolução CNSP nº 261, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 268, de 19/12/2012, referenda a Resolução CNSP nº 262, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 269, de 24/12/2012, referenda a Resolução CNSP nº 263, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 270, de 24/12/2012, referenda a Resolução CNSP nº 264, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 271, de 24/12/2012, referenda a Resolução CNSP nº 265, de 2012.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 272, de 24/12/2012, dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Resolução	CNSP nº 273, de 24/12/2012, altera e consolida as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CNSP nº 274, de 24/12/2012, altera dispositivos da Resolução CNSP nº 192, de 30 de dezembro de 2008.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
Resolução	CMN nº 4.176, de 02/01/2013, altera o regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.308, 31/08/2005, que disciplina a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar.	Conselho Monetário Nacional	Concluída (publicada em 02/01/2013)

B – Previdência Complementar Fechada

Objetivo geral: acompanhar a previdência privada operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) e auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor, colaborando para que sua atuação seja compatível com o desenvolvimento econômico e social do país (Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001).

Objetivo específico: Articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC; (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de previdência complementar fechada.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e gestores dos fundos de pensão e beneficiários participantes dos fundos de pensão, indiretamente.

Resultados alcançados: em 2012 destacou-se a emissão da Resolução CNPC n.º 9, de 29/11/2012, que, dentre outras medidas, reduziu, gradativamente, até 2018, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios. Contribuindo, dentre outras medidas, para um maior equilíbrio atuarial dos planos de previdência complementar fechados.

Quanto à totalidade de projetos de resoluções, somente foram publicadas duas resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar em 2012, de números 9 e 10.

Quadro 39 - Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar publicadas em 2012

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Resolução	CNPC nº 9 - Altera o subitem 2.4 e o item 4 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, que estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Concluída

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Resolução	CNPC nº 10 – Altera a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Concluída

11.3 - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros (COGSF)

A – Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Títulos Privados

Objetivo geral: adoção de medidas de incentivo ao alongamento de prazo na captação de recursos no mercado de títulos privados como meio de financiamento de investimentos de médio e longo prazo, como alternativa às linhas de crédito do BNDES, com vistas a sustentar o forte crescimento do investimento no Brasil.

Objetivo específico: as medidas visam primordialmente a redução dos custos de emissão de títulos privados, a simplificação de procedimentos e o aumento da liquidez no mercado secundário, sendo dada atenção especial ao setor de infraestrutura devido aos grandes desafios que o Brasil enfrentará nessas áreas nos próximos anos com o desenvolvimento do PAC, do Pré-Sal e dos eventos esportivos.

Beneficiários: mercado de capitais brasileiro, investidores de longo prazo no setor produtivo e em infraestrutura.

Resultados alcançados:

Quadro 40 – Resultados alcançados pelo Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Títulos Privados da COGSF

Produto Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Fundo de Liquidez para títulos e valores mobiliários (TVM).		
Criação de fundo de investimento, que obedecerá às regras aplicáveis da CVM, especialmente constituído para fomentar a liquidez dos TVM negociados no mercado de capitais.	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos já encaminhadas à Secretaria Executiva/MF	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos em avaliação pela SE/MF.
2. Ampliação da desoneração de Imposto de Renda para financiamento de investimentos de longo prazo, especialmente de projetos de infraestrutura, através da emissão de títulos e valores mobiliários.		
Edição de Medida Provisória para permitir que fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) constituídos sob a forma de condomínio fechado, regulamentados pela CVM, cujo originador ou cedente não seja instituição financeira também possam se beneficiar do tratamento tributário estabelecido nos arts. 1º e 2º daquela Lei, desde que cumpram todos os respectivos requisitos exigidos.	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos já encaminhadas à Secretaria Executiva/MF.	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos já encaminhadas à Secretaria Executiva/MF.
3. Aprimoramento das medidas de incentivos para o desenvolvimento do mercado de títulos privados de longo prazo.		
Aprimoramento das medidas de incentivo ao financiamento privado de projetos de investimento, em especial de infraestrutura com o objetivo de tornar as regras dos incentivos ali definidas mais claras e seguras, de forma a garantir efetivamente um incremento do crédito privado. (Alterações na Lei 12.431/11)	Medida Provisória nº 563, de 03.09.2012, convertida na Lei nº 12.715, de 17.09.2012, que alterou os art. 1º, 2º e 3º da Lei 12.431, de 24.06.2011.	Alteração da Lei 12.431 de 24.06. 11.

Produto Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
4. Benefício fiscal concedido aos não residentes, alíquota 0% de Imposto de Renda (IR) incidente sobre os rendimentos dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) em semelhança aos títulos e valores mobiliários (TVM) para financiamento de projetos de investimento.		
Isenção de IR aos rendimentos associados ao CRI adquiridos por não residentes. Para o enquadramento de alíquota zero de IR por não residentes, as emissões de CRI deverão atender as condições especificadas aos TVM para financiamento de projetos de investimentos (art. 1º da Lei 12.431/10).	Medida Provisória nº 563, de 03.04.2012, convertida na Lei nº 12.715, de 17.09.2012 que alterou a Lei 12.431, de 24.06.2011.	Alteração da Lei 12.431, de 24.06.11.
5. Flexibilização das condições de emissão e negociação da Letra Financeira (LF), em função do seu grau de amadurecimento, para permitir um maior crescimento, visando não apenas aumentar as possibilidades de emissão pelas instituições financeiras, mas também a base de investidores potenciais.		
Flexibilização das condições de emissão e negociação da LF, com destaque a: (i) permissão de emissão de LF pelos bancos de desenvolvimento; (ii) manutenção do valor mínimo de R\$ 300 mil somente para LF com cláusula de subordinação e redução para R\$ 150 mil para as demais; (iii) permissão de emissão de LF, não atrelada a DI, com cláusula de recompra ou de revenda; (iv) permissão para troca de LF pelo emissor, a qualquer tempo; e (v) supressão de vedação de oferta pública de Letra Financeira com cláusula de subordinação.	Resolução do CMN nº 4.123, de 23.08.2012.	Resolução do CMN nº 4.123, de 23.08.2012.
6. Alteração da regra de remuneração dos depósitos de caderneta de poupança.		
Alteração das regras de remuneração da caderneta de poupança, que passa a ser atrelada ao valor da taxa básica de juros, a Selic (70% da Selic - quando esta for igual ou menor que 8,5% a.a. - mais a TR (Taxa Referencial).	Medida Provisória nº 567, de 03.05.2012, convertida na Lei nº 12.703, de 07.08.12.	Alteração da Lei nº 8.177, de 01.03.91, que estabelece regras para a remuneração da poupança.

B – Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário

Objetivo geral: fomentar e fortalecer o mercado de crédito imobiliário no Brasil.

Objetivo específico: estimular o desenvolvimento do financiamento privado à construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, ampliação da atuação do poder público no fomento à produção e aquisição de habitação popular, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Beneficiários: mutuários de financiamentos habitacionais, setores produtivos da cadeia da construção civil, setor bancário, empreendedores da construção civil e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Quadro 41 – Resultados alcançados pelo aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário da COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Aperfeiçoamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) I.			
	Alteração da Lei nº 11.977, de 07/07/09, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. A nova regulamentação fixa em até 95% o valor do subsídio para famílias com renda de até R\$1.600,00, beneficiadas pelo PMCMV. A parcela mínima passou de 10% para 5% da renda mensal e a prestação mínima caiu de R\$50,00 para R\$25,00. Outra alteração é a ampliação do atendimento a famílias com renda mensal de até R\$3.100,00 (a qual foi novamente ampliada para R\$3.275,00 pelo Decreto 7.825, de 2012), nos casos de serem vinculadas às programações orçamentárias do PAC, ou a intervenções financiadas por operações de crédito ao setor público inseridas no PAC, e demandarem reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais, bem como quando destinadas ao atendimento, nos casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pela União, a famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel.	Por meio da Medida Provisória nº 561, de 08/03/12, convertida na Lei nº 12.693, de 24/07/12 e regulamentada pelo Decreto nº 7.795, publicado no DOU em 17/08/12.	Decreto nº 7.795, altera o Decreto 7.499, de 16/06/11, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977/2009. As alterações abrangem todas as contratações no âmbito do PMCMV.
2. Aperfeiçoamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) II.			
	Alteração da Lei nº 11.977, de 07/07/09. A nova regulamentação altera o limite da renda do beneficiário, pessoa física, de financiamento habitacional para a concessão, no ato da contratação, de subvenção econômica pela União, contemplando mutuários com renda familiar mensal de até R\$3.275,00. Referido limite de renda familiar mensal também será observado nos casos de famílias reassentadas em função de obras do PAC ou desabrigadas de seu único imóvel por desastre natural, reconhecido pela União.	Por meio do Decreto nº 7.825, de 11/10/12.	Decreto nº 7.825, altera o Decreto 7.499, de 16/06/11, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977/2009. As alterações abrangem todas as contratações no âmbito do PMCMV.
3. Concentração dos Atos na Matrícula do Imóvel.			
	Projeto de Lei que cria mecanismos legais que permitem a concentração de todas as informações em sistema eletrônico único, com abrangência nacional, de informações sobre ônus das matrículas de imóveis, dando aos negócios jurídicos celebrados com base nos assentos dos Registros de Imóveis a proteção do princípio da boa fé e a prerrogativa de suficiência para atestar a titularidade e os gravames que recaiam sobre o bem imóvel, possibilitando que os títulos emitidos em papel pelas entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação. A proposta objetiva prover segurança jurídica e celeridade para as transações imobiliárias, com resultados positivos para a qualidade das operações de crédito imobiliário e para o controle e fiscalização da Receita Federal, além de: i) estimular a expansão do crédito imobiliário, por meio da sistematização das informações da garantia e reduzir o risco de perda de capital em operações de crédito imobiliário; e ii) maior caracterização dos riscos incorridos nas operações de crédito imobiliário, permitindo a redução gradativa das taxas de juros destas operações.	i) elaboração de minuta de PL com a caracterização das medidas propostas; ii) realização de várias reuniões com representantes da Secovi/SP, CBIC, Abecip, Arisp, IRIB, CAIXA, Banco do Brasil, SPE e Secretaria Executiva do MF.	Em paralelo ao encaminhamento da proposta para o Congresso Nacional, em dezembro foi realizada reunião com representantes da Secretaria de Reforma do Judiciário, visando a equalização jurídica da proposta.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
---------	-----------------	----------------	------------------------------

4. Nova fonte de financiamento para o Crédito Imobiliário – Implantação de Covered Bonds no Brasil.

<p>A análise objetiva verificar a viabilidade de implantação, no Brasil, de Covered Bonds, os quais se constituiriam em uma nova fonte de financiamento do Crédito Imobiliário.</p>	<p>Firmado Acordo de Parceria entre a SPE/MF e o Banco Mundial, em 16/03/11, objetivando estudos que possibilitem a emissão de “Covered Bonds”, tendo sido realizados, em 2012: i) Missão do Banco Mundial em 14/02 para apresentação e discussão do Projeto com órgãos do Setor Público; ii) Workshop realizado em 21/11, com a participação de representantes do Setor Público e Privado, com o objetivo de apresentar e debater o relatório “<i>Mortgage Covered Bonds Introduction in Brazil</i>”, resultado da parceria entre o Banco Mundial e a SPE/MF.</p>	<p>Após o amplo debate promovido pelo Workshop, espera-se que o Banco Mundial promova os ajustes necessários no Projeto Preliminar, apresentando, em seguida, o Projeto Final contendo o diagnóstico relativo à implantação dos Covered Bonds. O referido projeto deverá contemplar a viabilidade ou não do projeto e as medidas operacionais e legais a serem adotadas para a sua implantação.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5. Digitalização de Documentos.

<p>Projeto de Lei que regulamenta a produção de cópias digitais certificadas, de documentos públicos ou privados, sua manutenção e validade jurídica e os requisitos para a destinação final dos documentos e suas cópias digitais certificadas.</p>	<p>PLC nº 11/2007, convertido na Lei nº 12.682, de 09/07/12, cujos principais artigos foram vetados, por não atender ao que se dispunha. Elaborado novo PL pela SAL/MJ, em fase de análise e ajustes.</p>	<p>PLC nº 11/2007, convertido na Lei nº 12.682, de 09/07/12, cujos principais artigos foram vetados, por não atender ao que se dispunha. Elaborado novo PL pela SAL/MJ, em fase de análise e ajustes.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

C – Medidas de expansão do crédito, de redução do spread e de incentivo à concorrência bancária.

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivo específico: i) estimular a expansão do crédito privado, por meio da criação de ambiente propício para redução do *spread* bancário e pelo incentivo à concorrência bancária; ii) minimizar os impactos advindos da implementação de Basileia III no Brasil aliada à preservação da estrutura de capital e o nível de alavancagem das instituições financeiras.

Beneficiários: trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral e instituições financeiras.

Resultados alcançados:

Quadro 42 – Resultados alcançados pelas Medidas de expansão do crédito, de redução do spread e de incentivo à concorrência bancária da COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Redução da geração de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias associadas às despesas de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD.			
	Propostas de redução do fluxo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias - PCLD, através da revisão dos critérios de reconhecimento de perdas de operações de crédito bancárias, art. 9º da Lei nº 9.430, de 27.12.96	i) envio de Nota Técnica e FAQ (<i>Frequently Asked Questions</i>) ao Secretário de Política Econômica; e; ii) realização de reuniões com representantes do Bacen, STN, SRF, Secretaria Executiva e SPE.	Em análise pela SE/MF.
2. Regulamentação da constituição do histórico de crédito de pessoas naturais e jurídicas (cadastro positivo) de forma a delinear o perfil do comportamento financeiro do consumidor pela valorização do pagamento em dia de seus compromissos.			
	Para viabilizar a implementação e início de funcionamento dos bancos de dados com informações de adimplemento, e não somente de inadimplemento, para a formação de histórico de crédito, revelou-se necessária o aprimoramento de diversos aspectos da Lei nº 12.414/2011, com destaque, a regulamentação, pelo Conselho Monetário Nacional, da remessa de informações entre as instituições financeiras e os bancos de dados.	Edição do Decreto nº 7.829, de 17.10.2012, para regulamentação da Lei nº 12.414/2011 e edição da Resolução CMN nº 4.172, de 20.12.2012.	Os bancos de dados já estão sendo estruturados, devendo receber informações de instituições financeiras até 01.08.2013.
3. Redução da alíquota de IOF crédito sobre operações de crédito de pessoas físicas.			
	Redução da alíquota de IOF sobre operações de crédito de pessoas físicas: de 0,0068% ao dia (~2,51 % ao ano) para 0,0041% ao dia (~1,51 % ao ano).	Decreto nº 7.726, de 21.05.12.	Decreto nº 7.726, de 21.05.12.
4. Alteração do regime de tributação de operações levadas a prejuízo e posteriormente renegociadas.			
	Alteração do critério contábil (do regime de competência para o regime de caixa) para o reconhecimento das receitas bancárias provenientes da renegociação de operações de crédito inadimplidas para fins de incidência de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Até este momento a metodologia de reconhecimento das receitas de renegociação para fins tributários pelo regime de caixa era exclusiva as operações rurais e PF de até R4 30 mil.	Medida Provisória nº 563, de 03.04.2012, convertida na Lei nº 12.715, de 17.09.2012 que alterou o art. 12 da Lei 9.430, de 1996.	Alteração da Lei 9.430, 27.12. 96.

D – Fortalecimento do Ambiente de Negócios

Objetivo geral: reduzir os custos de transação, eliminar barreiras a novos investimentos, elevar a segurança jurídica e racionalizar o processo de execução de garantias.

Objetivo específico: i) conferir maior segurança jurídica e previsibilidade ao ambiente de negócios; ii) fomentar e ampliar a concorrência econômica; iii) reduzir a burocracia e simplificar procedimentos e exigências legais que afetem a gestão dos negócios; iv) reduzir o custo do capital e do investimento em geral; v) incentivar o uso de procedimentos mais ágeis de resolução de conflitos; vi) tornar juridicamente mais seguras e menos incertas as transações econômicas e o retorno de investimentos; e vii) racionalizar os procedimentos de execução de garantias.

Beneficiários: setores agrícola, industrial e de serviços; atividade empreendedora em geral, micro e pequena empresa; setores de bens de capital e tecnológico; mercado de capitais e de crédito; mercado de trabalho; setor externo; e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Quadro 43 – Resultados alcançados pelo Fortalecimento do Ambiente de Negócios da COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Aplicação do conceito “valor incontroverso” em ações judiciais resultantes de questionamentos de taxa de juro pactuada em contratos de financiamento.			
	Nas ações judiciais cuja “causa de pedir” resulta no questionamento da taxa de juro pactuada em contratos de financiamento, o tomador de crédito continua a pagar a parte que não está sob disputa, o principal da operação, denominado “valor incontroverso”.	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos em fase final de avaliação jurídica pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos em avaliação jurídica pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
2. Proposta de regulamentação da atuação das sociedades de fomento empresarial e das companhias securitizadoras de créditos e de recebíveis, sob a regulação e supervisão do Banco Central do Brasil.			
	Disciplina a atuação das sociedades de fomento empresarial e das companhias securitizadoras de créditos e de recebíveis, sob a regulação e supervisão do Banco Central do Brasil, definindo-se, ao mesmo tempo, a aplicação de regime tributário, similar ao aplicado às instituições financeiras, com o fim de prevenir a prática da arbitragem tributária pelos agentes atuantes nesses segmentos.	Minutas de Medida Provisória e Exposição de Motivos em fase final de encaminhamento à Secretaria Executiva/MF.	Minutas de Medida Provisória e Exposição Motivos em fase final de avaliação pelas áreas técnicas da Receita Federal do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional.

E – Medidas Prudenciais Associadas ao Ingresso de Capitais

Objetivo geral: atender aos objetivos das políticas fiscal, monetária e cambial do governo.

Objetivo específico: adequar o volume de ingresso de capitais de forma a ampliar as condições de competitividade da economia brasileira.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e consumidores, poupadores, investidores, agricultores, setor financeiro e tomadores de crédito, indiretamente.

Resultados alcançados:

Quadro 44 – Resultados alcançados pelas Medidas Prudenciais Associadas ao Ingresso de Capitais da COGSF

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Elevação da alíquota de IOF câmbio de 0% para 6%			
	Empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, com prazo médio mínimo de até 3 anos.	Decreto nº 7.683, de 29.02.2012.	Decreto nº 7.683, de 29.02.2012.
	Empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, com prazo médio mínimo de até 5 anos.	Decreto nº 7.698, de 09.03.2012.	Decreto nº 7.698, de 09.03.2012.
2. Redução da alíquota de IOF câmbio de 6% para 0%.			
	Empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, com prazo médio mínimo de até 2 anos a alíquota de IOF câmbio passa a ser 6%.	Decreto nº 7.751, de 13.06.2012.	Decreto nº 7.751, de 13.06.2012.
	Empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, com prazo médio mínimo de até 1 ano a alíquota de IOF câmbio passa a ser 6%.	Decreto nº 7.853, de 04.12.2012.	Decreto nº 7.853, de 04.12.2012.

12 - SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

12.1 - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (COGME)

A – Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: Elaborar a grade de parâmetros para o processo orçamentário.

Objetivo específico: gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Beneficiários: instituições do Governo Federal envolvidas na elaboração no processo orçamentário.

Resultados alcançados:

Quadro 45 – Resultados alcançados pela Elaboração da Grade de Parâmetros da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Grade de Parâmetros	Atualização bimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros	Processo Orçamentário	Finalizada.
Grade de Parâmetros	Melhorias de eficiência (tempo de atualização) e qualidade (precisão da projeção).	Processo Orçamentário	Finalizada.

B – Elaboração do Informativo de Contas Nacionais

Objetivo geral: Elaborar informativo trimestral do PIB, assim como de seus principais componentes.

Objetivo específico: gerar análises macroeconômicas, projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques do PIB e seus componentes na economia como um todo.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados:

Quadro 46 – Resultados alcançados pela Elaboração da Informativo de Contas Nacionais da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Informativo do PIB	Atualização trimestral dos dados das contas nacionais divulgados pelo IBGE		Finalizada.

C – Elaboração do Informativo - Índice de Atividade Econômica da SPE (IAE-SPE)

Objetivo geral: Elaborar informativo mensal do Índice de Atividade Econômica da SPE.

Objetivo específico: Pautar nossas previsões do PIB, uma vez que tal índice é uma combinação entre um índice estimado e o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), este último sendo considerado uma “prévia” do PIB real.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados:

Quadro 47 – Resultados alcançados pela Elaboração do Informativo “Índice de Atividade Econômica da SPE (IAE-SPE)” da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Informativo mensal do IAE	Estimação mensal dos dados do IAE, baseando-se em alguns indicadores antecedentes.		Finalizada.

D – Elaboração do Informativo de projeção da Produção Industrial (PIM)

Objetivo geral: Elaborar informativo mensal com previsão do índice de Produção Industrial para a indústria geral.

Objetivo específico: Encontrar uma estimativa da PIM, utilizando dados de atividade antecedentes.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados:

Quadro 48 – Resultados alcançados pela Elaboração do Informativo de projeção da Produção Industrial (PIM) da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Informativo mensal de estimativa da PIM	Previsão dos dados da Produção Industrial mensal da indústria geral, baseando-se em alguns indicadores antecedentes.		Finalizada.

E – Elaboração do Informativo mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Objetivo geral: Elaborar informativo mensal com dados da FBCF.

Objetivo específico: Encontrar uma estimativa da FBCF, utilizando dados de produção, importação e exportação de bens de capital.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados:

Quadro 49 – Resultados alcançados pela Elaboração do Informativo mensal de Formação bruta de Capital Fixo (FBCF) da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Informativo mensal de estimativa da FBCF	Previsão mensal dos dados da FBCF, baseando-se em alguns indicadores antecedentes.		Finalizada.

F - Produção de cenários macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar os cenários mais prováveis para o crescimento da atividade econômica.

Objetivo específico: Construção de cenários para o comportamento da atividade econômica e da inflação através do uso de hipóteses claras e das técnicas econométricas mais apropriadas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Cenário para o PIB para o período entre 2012 e 2015.
- Cenário para inflação entre 2012 e 2015.

G – Produção de Estudos Macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.

Objetivo específico: Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Melhor conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico.

Quadro 50 – Resultados alcançados pela Produção de Estudos Macroeconômicos da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Estudo sobre aspectos operacionais e qualitativos das <i>surveys</i> junto aos analistas de mercado	Descrição detalhada da metodologia usada pelas principais <i>surveys</i> americanas e as conseqüências das escolhas metodológicas na qualidade de previsão dessas pesquisas.		Concluído.
Estudo sobre as séries históricas dos cartões de crédito para dados da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS)	Análise dos dados usados pela ABECS assim como o cálculo de correlações, buscando utilizá-los em nossos modelos de projeções.		Concluído.
Estudo sobre as séries históricas dos dados do BNDES, referente a desembolsos (Finame) e aprovação, enquadramento e consulta por CNAE.	Análise dos dados usados pelo BNDES assim como o cálculo de correlações, buscando utilizá-los em nossos modelos de projeções.		Concluído.
Análise de Consistência Macroeconômica para os cenários da SPE	Apresentação com a integração dos cenários para crescimento, inflação, contas externas e quadro fiscal.		Concluído.
Desenvolvimento de um modelo semiestrutural que replique a estrutura da economia brasileira com o objetivo de auxiliar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda na construção de cenários econômicos.	O modelo consiste de equações para os componentes da demanda agregada, equações para preços e variáveis do mercado de trabalho, curvas para as variáveis financeiras e uma regra de política monetária.		Em andamento
Desenvolvimento de apresentações com a abertura das contas que englobam o cálculo do PIB e seus componentes.	Tentativa de melhor entendimento do cálculo do PIB e de seus componentes.		Em andamento
Revisão da literatura sobre política macroprudencial	Texto descrevendo os objetivos e a natureza da política macroprudencial e analisando a efetividade dos instrumentos comumente utilizados.		Em andamento
Endogeneização das variáveis impactadas pelo ambiente externo no modelo para previsão da inflação	Construção de um modelo que estabeleça uma relação estável entre o PIB internacional e os preços internacionais das commodities com a taxa de câmbio nominal R\$/US\$ e o PIB doméstico.		Em andamento

H – Assessoria à SAIN em temas econômicos

Objetivo geral: Assessorar a SAIN em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.

Objetivo específico: Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o *Going for Growth* da OCDE.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Construção de cenários para o MAP – *Mutual Assessment Process*.
- Participação da confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP.
- Participação na construção de apresentações para grupo de investidores internacionais.
- Subsídio à SAIN com cenários macroeconômicos na discussão sobre o artigo IV do FMI

I – Participação na produção do Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”

Objetivo geral: Elaboração completa da seção de Atividade Econômica para o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*: Apoio à produção da publicação final como um todo.

Objetivo específico: fornecer informações para os slides produzidos no caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*. Numa segunda etapa, revisar os slides.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: publicação dos cadernos em português e em inglês.

Quadro 51 – Resultados alcançados pela participação DA COGME na produção do Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Caderno <i>Economia Brasileira em Perspectiva</i> : Seção de Atividade Econômica	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil. Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais)		Elaboração dos cadernos em: fevereiro/2012, abril/2012, agosto/2012 e dezembro/2012

J – Participação em Reuniões de Conjuntura

Objetivo geral: Disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.

Objetivo específico: Apresentar as últimas informações sobre atividade econômica, cenários prospectivos, estudos divulgados recentemente e apontar a relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Defender as decisões de política econômica perante o questionamento de investidores, internos e externos, e de autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados:

- Reuniões de conjuntura internas semanais.
- Reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

K – Viagens para participação em reuniões e eventos

Objetivo geral: Participação de servidores da SPE em reuniões e eventos de interesse do Ministério da Fazenda

Objetivo específico: Desenvolvimento de maior conhecimento do sistema econômico como um todo e trocar informações sobre as projeções econômicas para o Brasil em 2013.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Importantes trocas de informações e experiências com outros profissionais da área de economia, no intuito de aprimorar as análises econômicas da SPE.

Quadro 52 – Resultados alcançados pelas viagens para participação em reuniões e eventos da COGME

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Participação de Enrico Vasconcelos e Fabiano Santos, no curso de Contas Nacionais do IBGE (de 19 a 23 de março de 2012 na ESAF, Brasília - DF)	O curso apresentou de forma detalhada o cálculo do produto interno bruto, assim como seus componentes.		Concluído.
Participação de Enrico Vasconcelos no Seminário de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Rio +20 (de 07 a 08 de maio de 2012, em SP)	O curso ofereceu oportunidade de discussões acerca do tema.		Concluído.
Participação de Enrico Vasconcelos na Conferência: “The Economics and Econometrics of Commodity Prices – (de 16 a 17 de agosto de 2012, no RJ)	A conferência permitiu troca de opiniões e melhor entendimento do instrumental econométrico, na análise de preços de commodities.		Concluído.
Participação de Enrico Vasconcelos no Seminário de Perspectiva da Economia Brasileira para 2013 (em 23 de novembro de 2012, no RJ)	O seminário permitiu troca de opiniões e melhor entendimento a respeito dos cenários futuros para a economia brasileira.		Concluído.
Participação de Fabiano Santos no VII Seminário sobre Risco, Estabilidade Financeira e Economia Bancária (em 10 de agosto de 2012, em SP)	O seminário permitiu troca de opiniões e melhor entendimento a respeito do tema.		Concluído.

12.2 - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica (COGAM)

A – Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico

Objetivo geral: Organizar informações de conhecimento público para ampliar o entendimento sobre a economia brasileira e sobre a economia internacional.

Objetivo específico: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária, o comportamento das contas externas e da atividade econômica, e da economia internacional para produzir informativos e estudos tempestivos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: administração pública e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

- Políticas públicas subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- Amplo banco de dados contendo informações detalhadas sobre inflação doméstica, contas externas, atividade econômica e dados internacionais.
- Produção de cerca de 400 informativos em 2012.

Quadro 53 – Resultados alcançados pela disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico da COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Informativo Econômico do Balanço de Pagamentos	Informativo sobre o comportamento das contas externas brasileiras com exposição da trajetória dos componentes das Transações Correntes e das contas Capital e Financeira e de indicadores de dívida externa e de vulnerabilidade externa da economia brasileira.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico sobre o Mercado de Câmbio	Informativo sobre o comportamento da taxa de câmbio do real e comparação com as taxas de câmbio de outros países e sobre o comportamento do mercado futuro de câmbio contendo as posições dos agentes econômicos nos diversos segmentos desse mercado e no mercado spot.	Todos os quarenta e oito informativos quinzenais foram concluídos.
Informativo Econômico dos Índices Gerais de Preços (IGP-10, IGP-M, IGP-DI)	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.	Todos os trinta e seis informativos foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Semanal – IPC-S	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-S, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços da Fipe – IPC-Fipe	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-FIPE, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.	Todos os doze informativos foram concluídos.
Indicadores de Conjuntura - Preços	Informe contendo diversos indicadores sobre os vários índices de inflação.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Indicadores de Conjuntura – Setor Externo	Informe contendo diversos indicadores sobre câmbio, contas externas e de vulnerabilidade às flutuações da taxa de câmbio.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Indicadores de Conjuntura – Economia Internacional	Informe contendo diversos indicadores de produção, de emprego, de finanças públicas, dos mercados de ações e conta corrente, de países selecionados, além do comportamento dos preços de commodities.	Em fase de elaboração
Indicadores de Conjuntura – Relatório Compilado	Informe contendo diversos indicadores econômicos e postado semanalmente no site da SPE.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico da Balança Comercial mensal	Informe sobre dados mensais da balança comercial divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico da Balança Comercial semanal	Informe sobre dados semanais da balança comercial divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.	Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informe sobre Mercado Financeiro Internacional	Informe contendo informações do mercado financeiro, como retornos de títulos, bolsas de valores, mercado de câmbio, volatilidade do mercado, variação das commodities, e valorização das ações de bancos americanos e europeus	Todos os cinquenta e dois informativos semanais foram concluídos.
Acompanhamento da Conjuntura Internacional	Diariamente há acompanhamento de sites de economia e do mercado financeiro, como Bloomberg, Wall Street Journal, The Telegraph, e informes recebidos de bancos, para discussão interna.	Concluído
Acompanhamento de relatórios externos	Resumo dos cenários e projeções do World Economic Outlook (WEO-FMI) de abril e setembro.	Concluídos os dois resumos

B – Produção de Estudos Macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.

Objetivo específico: Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas. Apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Melhor conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico.

Quadro 54 – Resultados alcançados pela produção de estudos macroeconômicos na COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Comparativo de expectativas de mercado	Análise estatística sobre as expectativas para o IPCA mensal compiladas pela agência de notícias Broadcast e pelo Banco Central do Brasil, comparando-as aos resultados verificados. Conclusão: os dados do Broadcast tendem a ser mais acurados.	Concluído
Principais impactos na inflação	Levantamento dos principais choques para a inflação ao consumidor no primeiro quadrimestre de 2012 e avaliação sobre a trajetória para o restante do ano, considerando potenciais impactos da taxa de câmbio.	Concluído
Mapa da inflação – Preços monitorados	Análise sobre as principais características dos subitens monitorados no IPCA (sazonalidade, regulamentação de reajustes, indexação, base legal, composição da taxa de reajuste), de modo a ampliar a capacidade de previsão do índice. Ênfase na composição de reajustes da energia elétrica.	Concluído
Impacto para a inflação – Desoneração tributária	Acompanhamento e análise do impacto de medidas de desoneração tributária (IPI sobre automóveis, Linha Branca, móveis) sobre o IPCA.	Concluído
Riscos para a inflação	Levantamento e posterior acompanhamento dos principais impactos potenciais para a inflação durante o último trimestre de 2012 e 2013.	Concluído, passível de revisão em 2013
Inflação de Commodities	Definição de metodologia e acompanhamento dos impactos oriundos da elevação de preços de commodities agrícolas no mercado internacional sobre os preços ao produtor e ao consumidor	Concluído
Defasagem do preço da gasolina no mercado doméstico	Simulação e posterior acompanhamento do impacto no IPCA de uma equiparação do preço da gasolina ao produtor no mercado nacional com o preço internacional	Concluído, passível de revisão em 2013
Coleta de preços – passagens aéreas	Construção de metodologia para replicar o resultado mensal do subitem “passagem aérea” no IPCA.	Concluído
Influência do preço do algodão na dinâmica do IPCA	Análise da influência do preço do algodão sobre o grupo Vestuário do IPCA	Concluído
Estudo sobre as Perspectivas da Economia Chinesa	Análise da mudança no modelo de crescimento chinês e impacto sobre a economia brasileira	Concluído
Estudo sobre o Acordo Europeu	Análise do acordo entre as economias europeias que tenta conter a crise financeira	Concluído
Estudo sobre a Liquidez Internacional	Análise da política de “ <i>quantitative easing</i> ” praticado pelas economias avançadas	Concluído
Ranking das Economias	Análise sobre a classificação dos países em relação ao PIB nominal	Concluído
Apresentação sobre o World Economic Outlook (WEO)	Análise do WEO do Fundo Monetário Internacional de outubro de 2012	Concluído

C - Produção de cenários macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.

Objetivo específico: Construção de cenários para o comportamento da inflação e das contas externas por meio do uso de hipóteses claras e técnicas econométricas pertinentes.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Cenário para inflação em 2012.

Quadro 55 – Resultados alcançados pela produção de cenários macroeconômicos da COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Comparativo de preços ao consumidor	Compatibilização das estruturas de índices de preços ao consumidor (IPCA, IPCA-15, IPC-S, IPC-Fipe e Monitor FGV). Montagem de planilha analítica da dinâmica de cada subitem do IPCA, com comparação aos subitens análogos dos demais índices, para projeção desagregada.	Concluído, com projeções divulgadas no mínimo de 2 vezes ao mês
Projeção do IPCA de curto prazo	Elaboração de planilha de cálculo da estrutura completa do IPCA para simulação do resultado mensal.	Concluído, com projeções divulgadas no mínimo 2 vezes ao mês
Divulgação prévia do IPCA e do IPCA-15	Elaboração de rotina para recebimento e análise do resultado do IPCA, enviado antes da divulgação oficial do IBGE. Divulgação prévia duas vezes ao mês (IPCA e IPCA-15).	Concluído, com continuidade em 2013
Comentários sobre inflação	Análise elaborada logo após a divulgação ao público dos resultados de inflação, com considerações sobre a dinâmica inflacionária.	Concluído, com continuidade em 2013

D – Aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise dos Dados Econômicos

Objetivo geral: Aprimoramento de instrumentos para acompanhamento e análise de variáveis macroeconômicas

Objetivo específico: Desenvolver planilhas e apresentações PowerPoint acerca dos índices IPCA, IPCA-15, IPC-Fipe e dos dados de Fluxo Cambial

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados: Planilhas e apresentações foram elaboradas e otimizadas, com redução significativa do tempo de processamento e de riscos operacionais.

Quadro 56 – Resultados alcançados pelo aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise de Dados Econômicos da COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Planilhas IPCA, IPCA-15 e IPC-Fipe	Aprimoramento das planilhas, com introdução de novos elementos analíticos e otimização de processamento.	Concluído
Planilhas IPC-S, IGP-DI e IGP-M	Reestruturação das planilhas, com introdução de novos elementos analíticos e otimização de processamento.	Concluído
Planilhas de coleta de dados – Economia Internacional	Elaboração de planilha de coleta e apresentação automatizada de dados macroeconômicos e financeiros provenientes da Bloomberg	Concluído
Novas Apresentações PPT dos índices de inflação	Remodelação completa das apresentações de divulgação pública relativas aos índices de inflação (IPCA, IPCA-15, IPC-Fipe, IPC-S, IGP-M, IGP-DI), com otimização de processamento.	Concluído

E – Assessoria à Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN-MF) em temas econômicos

Objetivo geral: Assessorar a SAIN em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.

Objetivo específico: Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o *Going for Growth* da OCDE.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Construção de cenários para o MAP – *Mutual Assessment Process*.
- Participação na confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP.
- Construção de apresentação das principais oportunidades de investimento no Brasil para grupo de investidores internacionais.

Quadro 57 – Resultados alcançados pela Assessoria à Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN-MF) em temas econômicos pela COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Descrição das Ações do Brasil para G20	Relatório <i>Country— Update on Past and New Policy Commitments</i> para G20	Concluído
Auxílio à participação da SAIN no G20	A SPE colabora com textos e apresentações para a participação da SAIN no G20	Concluído

F – Participação na produção do Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”

Objetivo geral: Elaboração completa das seções de Inflação, Setor Externo e Panorama Internacional para o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*: Apoio à produção da publicação final como um todo.

Objetivo específico: fornecer informações para os slides produzidos no caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*. Numa segunda etapa, revisar os slides.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: publicação dos cadernos em português e em inglês.

Quadro 58 – Resultados alcançados pela participação da COGAM na produção do caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Caderno <i>Economia Brasileira em Perspectiva</i> : Seções de Inflação, Setor Externo e Panorama Internacional	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil. Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais)	Elaboração dos cadernos em: fevereiro/2012, abril/2012, agosto/2012 e dezembro/2012

G – Apoio à produção da Mensagem Presidencial

Objetivo geral: Elaboração de parte do documento Mensagem Presidencial, que apresentou ao Congresso Nacional as principais iniciativas do Executivo em 2012 e as expectativas para 2013.

Objetivo específico: Elaboração do texto do Capítulo I.

Beneficiários: Presidência da República.

Resultados alcançados: Entrega do Capítulo I intitulado “Desenvolvimento com Expansão do Emprego e Distribuição de Renda”.

H – Apoio à produção dos 4º e 5º Balanços Gerais do PAC

Objetivo geral: Elaboração do documento Balanço Geral do PAC, contendo informações à Sociedade sobre o andamento dos projetos de investimentos sociais e em infraestrutura do 2º Programa de Aceleração do Crescimento em 2012.

Objetivo específico: Elaboração do capítulo Quadro Macroeconômico dos 4º e 5º Balanços Gerais do PAC.

Beneficiários: Comitê Gestor do PAC.

Resultados alcançados: Capítulo Quadro Macroeconômico dos 4º e 5º Balanços Gerais do PAC.

I – Viagens para participação em reuniões e eventos

Objetivo geral: Participação de servidores da SPE em reuniões e eventos de interesse do Ministério da Fazenda

Objetivo específico: Desenvolvimento de maior conhecimento do sistema econômico japonês, trocar informações sobre as projeções econômicas para o Brasil em 2013, apresentar trabalho científico em encontro nacional de economia.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Importantes trocas de informações e experiências com outros profissionais da área de economia, no intuito de aprimorar as análises econômicas da SPE.

Quadro 59 – Resultados alcançados pelas viagens para participação em reuniões e eventos pela COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Participação de Jônathas Delduque Jr. no XIV Seminário Anual de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil (em 10 e 11 de maio de 2012 no Rio de Janeiro)	O Seminário apresenta as discussões atuais acerca da dinâmica inflacionária e o regime de metas de inflação, oferecendo estudos específicos que poderão tornar-se insumos para o processo de avaliação de políticas e influenciar a tomada de decisão macro e microeconômica no país.	Concluído
Participação de Simone Maciel Cuiabano no Seminário sobre Políticas Econômicas de 2012, realizado pelo Ministério de Finanças do Japão (em Tóquio, de 10/maio a 11/ junho/ 2012)	O objetivo foi desenvolver as capacidades técnicas de análise e formulação de política econômica dos participantes por meio da disseminação de conhecimento do sistema econômico e social japonês. Todo o ônus foi arcado pelo governo japonês.	Concluído
Participação de Cleomar Gomes da Silva na Apresentação anual do Credit Suisse sobre o cenário macroeconômico dos próximos Brasil 2013/14 (em 29/nov/2012) SÃO PAULO - Hotel Unique: Av. Brig. Luís Antônio, 4700 – Jardim Paulista	Brasil 2013/14: Retomada da atividade em um cenário global ainda incerto. Os economistas do Credit Suisse fizeram apresentação anual sobre o cenário macroeconômico dos próximos dois anos, em que discutirá os principais condicionantes das trajetórias de juros e inflação e da retomada do crescimento do PIB, em um ambiente de incerteza global. Também foram discutidas questões relativas à política fiscal e ao balanço de pagamentos.	Concluído
Participação de Cleomar Gomes da Silva no 40º Encontro Nacional de Economia – ANPEC em Porto de Galinhas (PE), no Hotel Armação, entre os dias 11 e 14 de dezembro.	Participação no 40º Encontro Nacional de Economia – ANPEC, como apresentador na seguinte sessão: Efeitos da Gestão da Dívida Pública Sobre o Equilíbrio Macroeconômico: Uma Análise do Caso Brasileiro.	Concluído

J – Participação em Reuniões de Conjuntura

Objetivo geral: Disseminação das informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.

Objetivo específico: Apresentação das últimas informações sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional e discussão da relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Explicações e discussões acerca das decisões de política econômica tomadas pelo Governo brasileiro em reuniões com o público externo (investidores, autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais).

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados:

- Reuniões de conjuntura internas semanais.
- Resumos semanais de conjuntura contendo os principais dados divulgados ao longo da última semana sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional.
- Reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Quadro 60 – Resultados alcançados pela participação da COGAM em Reuniões de Conjuntura

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Reuniões Semanais de Conjuntura	Reuniões com participantes internos para discutir as variáveis econômicas domésticas e internacionais recentes no intuito de avaliar o impacto sobre a economia brasileira	Concluído, com continuidade em 2013
Reuniões com Investidores	Reuniões com o público externo (investidores, autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais) para troca de informações sobre as perspectivas da economia brasileira	Concluído, com continuidade em 2013

K – Boletim Diário “Começando o Dia SPE”

Objetivo geral: Disseminação das informações contemporâneas sobre a economia brasileira e mundial.

Objetivo específico: Divulgação de boletim diário matinal relatando as principais informações econômicas do dia, assim como a agenda econômica diária completa.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados:

- Divulgação das principais notícias econômicas com celeridade
- Disseminação destas informações aos servidores do Ministério da Fazenda.

Quadro 61 – Resultados alcançados pelo Boletim Diário “Começando o Dia SPE” da COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Boletim Diário “Começando o Dia SPE”	Boletim diário matinal relatando as principais informações econômicas do dia	Concluído, com continuidade em 2013

L – Elaboração da Agenda Semanal

Objetivo geral: Divulgação para os servidores do Ministério da Fazenda, e para o público cadastrado na lista de emails da SPE, de uma completa agenda de eventos a acontecer na semana seguinte.

Objetivo específico: Divulgação, com antecedência, dos principais eventos econômicos da semana seguinte, assim como as expectativas acerca dos dados a serem divulgados.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados:

- Publicação semanal da agenda a partir de outubro de 2012.
- Continuidade do processo em 2013.

Quadro 62 – Resultados alcançados pela Elaboração da Agenda Semanal da COGAM

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2012
Agenda Semanal	Detalhamento dos principais eventos econômicos a serem divulgados na semana seguinte, com respectivas expectativas de mercado, quando assim for possível.	Concluído, com continuidade em 2013

12.3 - Coordenação-Geral De Políticas Sociais (COGPS)

A – Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: Elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados no processo orçamentário, em particular, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

Objetivo específico: Gerar projeções e cenários de indicadores econômicos, tais quais:

- a) População em Idade Ativa;
- b) População Economicamente Ativa;
- c) População não Economicamente Ativa;
- d) População Ocupada;
- e) População Ocupada Com Carteira;
- f) População Desocupada;
- g) Taxa de Atividade;
- h) Taxa de Desocupação; e
- i) Taxa de Formalização.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.

Resultados alcançados: Elaboração de 4 demonstrativos:

- a) Atualização trimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros.
- b) Aprimoramento do processo de estimação através de métodos econométricos e de análises de séries temporais por meio de pacotes estatísticos.

B – Disseminação de Informativos sobre o Quadro Macroeconômico

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, elaborando relatórios sobre a evolução da economia através de análises gráficas e quantitativas.

Objetivos específicos: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, indicadores de bem-estar, desigualdade, emprego, renda e pobreza para produzir informativos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados:

- a) Políticas sociais subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- b) Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- c) Produção de 48 informativos e 51 indicadores econômicos.

C – Elaboração do Anuário Estatístico

Objetivo geral: Proceder ao levantamento dos principais dados do mercado de trabalho.

Objetivos específicos: Consolidar as estatísticas do mercado de trabalho.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos.

Resultados alcançados: Atualização mensal do Anuário no site da SPE.

D – Elaboração de Estudos Diversos

Objetivo geral: Acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.

Objetivo específico: Elaborar estudos com vistas à formulação de políticas sociais voltadas para o fortalecimento da rede de proteção social e do mercado de consumo doméstico, capazes de dar sustentação ao novo ciclo de crescimento.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: Elaboração de 11 estudos.

Quadro 63 – Resultados alcançados pela elaboração de estudos diversos na COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2012
Produtividade e rendimento	Estudo sobre a evolução da produtividade e rendimento no período 2002-2011	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Taxa de atividade	Estudo sobre o mercado de trabalho, emprego e atividade	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Reajustes salariais	Estudo sobre Reajustes Salariais e Comportamento do Rendimento	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
População Negra	Evolução dos indicadores socioeconômicos da população negra	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SEPPIR/PR e CC/PR	Concluído
Fundeb	Piso Nacional de Professores	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Plano Nacional de Educação	Avaliação sobre o plano nacional de educação a vigorar pelos próximos 10 anos	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, MEC, MPOG, CC/PR e SRI/PR	Concluído
Primeira Infância	Avaliação sobre educação e cuidados na infância	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Salários-família e maternidade	Avaliação sobre o pagamento dos benefícios financeiros salários-família e maternidade	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e MDS	Concluído
Salário mínimo	Avaliação sobre a evolução do salário mínimo	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Seguro desemprego	Comparação internacional sobre o seguro desemprego	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF	Concluído
Abono e seguro-desemprego	Propostas para o abono salarial e o seguro desemprego	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Seguro defeso	Diagnóstico e propostas de reformas no seguro desemprego pescador artesanal	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Trabalhador doméstico	Impactos socioeconômicos da ampliação dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e CC/PR	Concluído

E – Elaboração de Pareceres Diversos e Notas Técnicas

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar as proposições legislativas no que tange às questões relacionadas às políticas sociais, de emprego e renda visando à sua compatibilização com a política macroeconômica.

Objetivos específicos: Apreciar, sob a ótica da eficiência econômica, proposições legislativas, emitindo pareceres técnicos quando solicitados pela Assessoria do Ministro de Estado da Fazenda.

Beneficiários: Parlamentares e Comissões Temáticas do Congresso Nacional.

Resultados alcançados: Expedição de 14 pareceres e 3 notas técnicas.

Quadro 64 – Elaboração de Pareceres Diversos e Notas Técnicas pela COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2012
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite.	Regulamentação da linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinado às pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, PGFN e STN/MF.	Concluído.
Plano Viver Sem Limite.	Revisão da regulamentação da linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinado às pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, PGFN e STN/MF.	Concluído.
IOF operações de crédito financiamento bens e serviços tecnologia assistiva.	Redução a zero da alíquota de IOF incidente sobre operações de crédito para financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva realizadas em instituições financeiras oficiais federais.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e RFB/MF.	Concluído.
Plano de Ações Articuladas	Avaliar medida que trata sobre instrumento de gestão do MEC que regula o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos demais entes federados	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	Avaliar a proposta de Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que tem como foco o adolescente em conflito com a lei.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Exercício da profissão motorista	Avaliar a proposta que dispõe sobre a contratação de seguro obrigatório, pelo empregador, para profissionais motoristas	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Fies-empresa Pronatec	Avaliar proposta que trata sobre a regulamentação do Fies no que diz respeito ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego - Pronatec	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Catador de Caranguejo	Avaliar proposta que estende o benefício do seguro-desemprego ao catador de caranguejo durante o período de defeso da espécie	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Educação	Avaliar projeto que trata sobre o Plano de Ações Articuladas; assistência financeira à Universidade Aberta do Brasil; recursos às instituições comunitárias que atuam na educação do campo; assistência financeira aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2012
Educação Infantil, ampliação do RDC e PMCMV	Avaliar proposta de apoio da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; ampliação do Regime Diferenciado de Contratações – RDC para obras e serviços de engenharia no âmbito de sistemas públicos de ensino; operacionalização do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Pessoas com Deficiência	Avaliar proposta que trata sobre subvenção nas operações de financiamento para aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Cooperativismo	Avaliar proposta que institui Programa Nacional de Apoio ao Cooperativismo Social	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Sistema Único de Saúde	Avaliar proposta que trata sobre prazo para início do tratamento de pacientes com neoplasias malignas pelo SUS	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Formação e Qualificação Profissional	Avaliar proposta que trata sobre as competências, a composição e funcionamento do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF	Concluído.
PIS-Pasep	Avaliar proposta que trata sobre hipóteses de saque de recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-Pasep	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.
Pronatec	Avaliar proposta que amplia o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Pronatec	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Vigilantes	Avaliar proposta que trata sobre adicional de periculosidade para vigilantes e empregados em transportes de valores.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e AAP/GMF.	Concluído.

F – Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável

Objetivo geral: formulação de diretrizes voltadas à erradicação da extrema pobreza, melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.

Quadro 65 – Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável da COGPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/ Participantes	Situação em dezembro de 2012
Viver Sem Limite (fonte financiamento bens e serviços tecnologia assistiva).	Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012 (Conversão da Medida Provisória nº 550, de 2011) - direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (PIS/Pasep e Cofins).	Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 (Conversão da Medida Provisória nº 549, de 2011) – reduz a zero das alíquotas PIS/Pasep e Cofins sobre a importação e a receita de venda no mercado interno de produtos destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, RFB/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (IOF operações de crédito).	Decreto nº 7.726, de 21 de maio de 2012 - reduz a zero a alíquota de IOF incidente sobre operações de crédito para financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva realizadas em instituições financeiras oficiais federais.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, RFB/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (limite de renda e rol de bens financiáveis).	Portaria Interministerial nº 31, de 6 de fevereiro de 2012 – define o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol de bens e serviços passíveis de financiamento.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (limite de renda e rol de bens financiáveis).	Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012 (revisão Portaria Interministerial nº 31, de 2012) – revisa a regulamentação que dispõe sobre o limite de renda nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva e sobre a ampliação do rol dos bens e serviços.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (equalização taxa de juros).	Portaria MF nº. 32, de 08 de fevereiro de 2012 – dispõe sobre o pagamento de equalização de taxas de juros em operações de financiamento para aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (equalização taxa de juros).	Portaria MF nº. 240, de 09 de julho de 2012 (revisão Portaria nº. 32, de 2012) revisa a regulamentação da linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinado às pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, PGFN	Concluído.
Viver Sem Limite (CMN).	Resolução CMN nº 4.050, de 26 de janeiro de 2012 – trata sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras, com operações de crédito para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, STN/MF, BACEN, MPOG, PGFN	Concluído.
Seguro-desemprego (Pronatec).	Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012 – condiciona o recebimento do Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, MEC, STN/MF, PGFN	Concluído.

G – Comissão Temática – Nova Classe Média

Objetivo geral: formular uma definição da nova classe média brasileira, de maneira a abranger sua identificação, tamanho e heterogeneidade, necessidades e aspirações como parâmetros para desenho, implantação, operação, avaliação e monitoramento de políticas públicas.

Objetivos específicos: identificação das diversas definições de classe média disponíveis, devendo propor alternativas conceituais sólidas.

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados: Definição do critério de faixa de renda para definir o conceito de classe média, que corresponde aos valores de R\$291 e R\$1.019 da renda familiar per capita e auxílio na elaboração da publicação Vozes da Classe Média produzida pela SAE/PR.

H – Subcomitê de Assessoramento Técnico do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente

Objetivo geral: O Programa Nacional de Trabalho Decente foi criado a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente com o objetivo de estabelecer, além das prioridades, os resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação. Esse Programa é incluído no PPA (Plano Plurianual), monitorado e periodicamente avaliado, consultando as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Objetivos específicos: As prioridades estabelecidas foram:

- a) Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades de tratamento;
- b) Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial suas piores formas; e
- c) Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Resultados alcançados: Participação na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente – CNETD

I – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE

Objetivo geral: A CONATRAE se constitui em um espaço integrado por representantes do governo, de trabalhadores, de empregadores e da sociedade. Sua missão é a de coordenar a implementação das ações previstas no Plano Nacional, acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país, entre outras atribuições.

Objetivos específicos: Compete à CONATRAE:

- a) acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;
- b) acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo no Congresso Nacional, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;
- c) acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo brasileiro e os organismos internacionais;

- d) propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo; e
e) elaborar e aprovar seu regimento interno.

Resultados alcançados: 2 reuniões

J – Participação na Elaboração e Revisão de publicações de organismos internacionais e de outros órgãos governamentais federais

Quadro 66 – Participação da COGPS na elaboração e revisão de publicações de organismos internacionais e de outros órgãos governamentais federais

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento/Participantes	Situação em dezembro de 2012
Economia Brasileira em Perspectiva	Elaborar e revisar a seção emprego e renda das versões em inglês e português (8 publicações em 2012)	Gabinete do Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Sociedade Civil	Concluído
Mensagem Presidencial 2012, Caderno Destaques, Em Questão e Café com a Presidenta	Elaborar parte do documento Mensagem Presidencial, que apresenta ao Congresso Nacional as principais iniciativas do Executivo.	Secom/PR, EBC, Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído
Vozes da Classe Média	Auxílio na elaboração da publicação Vozes da Classe Média	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SAE/PR	Concluído

K – Participação em discussões sobre elaboração, acompanhamento e redesenho de políticas públicas

Quadro 67 – Participação da COGPS em discussões sobre elaboração, acompanhamento e redesenho de políticas públicas

Produto			Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Plano Limite	Viver Sem		Seminário de Monitoramento do Plano Viver Sem Limites	Ministério da Fazenda, Deputados Rosinha da Adefal e Eduardo Barbosa	Concluído.
Plano Miséria	Brasil Sem		Monitoramento da implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria	Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Casa Civil/PR, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário	Concluído.
Fundo Social			Regulamentação do Fundo Social	Secretaria de Política Econômica, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Orçamento Federal, Agência Nacional do Petróleo, Secretaria Executiva/MF	Concluído.
Brasil Criativo			Plano Brasil Criativo	Secretaria de Política Econômica, Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Casa Civil/PR	
ProCultura			Projeto de Lei nº 1.139/2007 - ProCultura	Secretaria de Política Econômica, Ministério da Cultura	
Plano Limite	Viver Sem		Monitoramento Plano Viver Sem Limites	Ministério da Fazenda, Casa Civil/PR, Ministério do Planejamento, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia	Concluído.
Pronatec			Regulamentação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec	Secretaria de Política Econômica, Ministério da Educação	Concluído.
Pescador artesanal			Seguro-desemprego do pescador artesanal	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Política Econômica	
Educação			Plano Nacional de Educação – Projeto de Lei nº 8535/2010	Casa Civil/PR, Secretaria de Política Econômica	
Trabalho Decente			Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - CNETD	Secretaria de Política Econômica, Ministério do Trabalho e Emprego	Concluído.
Demandas Sociais			Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais	Secretaria de Política Econômica, Ministério do Trabalho e Emprego	Concluído.
Plano Limite	Viver Sem		Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Política Econômica	Concluído.
ONGs			Marco Regulatório – ONGs	Secretaria Executiva/MF, Secretaria de Política Econômica	Concluído.

13 - SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA FISCAL E TRIBUTÁRIA

13.1 - Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária (COGPFT)

A – Reuniões de Conjuntura da SPE

Objetivo geral: apresentação e discussão dos principais eventos semanais da conjuntura econômica com vistas ao monitoramento macroeconômico pelo Ministério da Fazenda

Objetivo específico: disseminação de informações fiscais de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda

Beneficiários: Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica

Resultados alcançados: institucionalização das informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda

Quadro 68 – Participação da COGPFT em reuniões de conjuntura da SPE

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Reuniões, em geral semanais, de discussão de conjuntura	Participam das reuniões, além de diversas coordenações-gerais da SPE, o Gabinete do Ministro da Fazenda, a Secretaria Executiva e a Secretaria do Tesouro Nacional. À Coordenação-Geral de Política Fiscal cabe a apresentação dos informes de política fiscal		Reuniões ordinárias em andamento semanalmente.

B – Convênio SPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV), termos de referências

Objetivo geral: elaboração de estudos voltados às necessidades do Ministério da Fazenda

Objetivo específico: quantificação dos efeitos da política fiscal sobre a produção e emprego.

Beneficiários: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, TCU, prestação de contas à sociedade

Resultados alcançados: capacitação do corpo técnico da SPE, Relatórios Parcial e Final

Quadro 69 – Resultados do Convênio SPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV) no âmbito da COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Curso de econometria avançado 3, 10 e 24 de fevereiro de 2012	Curso Avançado de Econometria em Séries Temporais: BVAR e FAVAR.		Concluído
2. Códigos e estimações sobre os VARs e BVARs fiscais	Multiplicadores Fiscais		Concluído

C – Produção de textos, tabelas, gráficos e apresentações para os Balanços do PAC divulgados à sociedade pela Casa Civil da Presidência da República

Objetivo geral: os Balanços do PAC 2 com periodicidade quadrimestral constituem prestação de contas à sociedade do principal programa do Governo Federal

Objetivo específico: elaboração de textos sobre a conjuntura econômica, de tabelas e gráficos com indicadores de conjuntura; apresentações do Ministro da Fazenda nas cerimônias de lançamento dos Balanços

Beneficiários: prestação de contas à sociedade, órgãos de controle externo e interno, Presidência da República, Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Balanços do PAC 2, n^{os}. 1 e 2.

Quadro 70 – Produção, pela COGPFT, de textos, tabelas, gráficos e apresentações para os Balanços do PAC divulgados à sociedade pela Casa Civil da Presidência da República

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Quadro Macroeconômico dos Balanços do PAC 2	Descrição da evolução dos principais indicadores econômicos influenciados pelo PAC		Concluído
2. Apresentações do Ministro da Fazenda e do Secretário Executivo	Panorama da economia brasileira apresentado no lançamento dos Balanços do PAC 2		Concluído

D – Assessoria na elaboração de textos, gráficos e tabelas para Apresentações diversas do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: divulgação dos principais aspectos da política fiscal brasileira pelo Ministério da Fazenda em fóruns diversos da sociedade

Objetivo específico: produção de *slides* para discursos e apresentações dos dirigentes do Ministério da Fazenda

Beneficiários: audiência das palestras dos dirigentes do Ministério da Fazenda e sociedade em geral.

Resultados alcançados: apresentações diversas

Quadro 71 - Assessoria da COGPFT na elaboração de textos, gráficos e tabelas para Apresentações diversas do Ministério da Fazenda

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Apresentação da Arrecadação Federal Periodicidade mensal	Monitoramento da evolução da arrecadação federal previdenciária e não-previdenciária		Concluído
2. Apresentação da Política Fiscal Periodicidade mensal	Monitoramento das principais variáveis de política fiscal ou por ela afetada. Destacam-se: resultado primário e nominal acima e abaixo da linha; previdência; composição dos gastos e detalhamento de rubricas e programas específicos; dívida pública; juros.		Concluído
3. Apresentação do RGPS - Regime Geral de Previdência Social Periodicidade mensal	Monitoramento do resultado, receitas e despesas do RGPS, assim como da evolução dos benefícios por grupos de espécie, natureza, clientela e faixa de valor.		Concluído
4. Apresentação sobre o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social	Panorama geral do RPPS: necessidade de financiamento; quantidade e gastos com benefícios; comparativo com o RGPS.		Concluído
5. Anuário Estatístico Fiscal Periodicidade mensal	Arquivo com estatísticas fiscais consolidadas acima da linha, abaixo da linha, previdência, investimentos e carga tributária.		Concluído

E – Elaboração da publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: “Economia Brasileira em Perspectiva” é uma publicação bimestral do Ministério da Fazenda voltada ao público em geral que visa consolidar e atualizar a evolução das principais variáveis macroeconômicas

Objetivo específico: elaboração dos textos, gráficos e tabelas relacionados à política fiscal.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Cadernos “Economia Brasileira em Perspectiva”, edições nº 14, 15, 16, 17

Quadro 72 - Elaboração da publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda pela COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Economia Brasileira em Perspectiva, n°s 14, 15, 16, 17	Informativo bimestral elaborado pelo Ministério da Fazenda com a participação de diferentes Secretarias e que visa consolidar e atualizar informações relativas às principais variáveis macroeconômicas		Concluído

F – Avaliação de novos indicadores de política fiscal

Objetivo geral: elaboração de estudos sobre novos indicadores de política fiscal

Objetivo específico: elaboração de textos, gráficos e tabelas relacionados aos resultados fiscais alcançados

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: apresentações

Quadro 73 – Resultados alcançados pela Avaliação de novos indicadores de política fiscal na COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Apresentações sobre novos indicadores fiscais	Avaliação de novos indicadores fiscais e aplicação dos resultados ao caso brasileiro.		Concluído

G – Elaboração de Notas Técnicas diversas

Objetivo geral: assessoria ao Secretário de Política Econômica e ao Ministro da Fazenda

Objetivo específico: estudo de temas de interesse do Ministério da Fazenda em geral, associados a estatísticas fiscais ou impactos fiscais de medidas de política econômica

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Notas Técnicas

Quadro 74 – Elaboração de Notas Técnicas diversas pela COGPFT

Produto: Nota Técnica	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
nº 19, março de 2012	Análise sobre a pertinência da proposta de isenção de IR sobre a PLR de trabalhadores.		Concluído
nº 38, abril de 2012	Avaliação do art. 14 da LRF – Critérios para compensação da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.		Concluído
nº 47, maio de 2012	Resposta ao Ofício nº 144/2012 TCU-SEMAG de 11/04/2012 – Análise sobre a controvérsia na interpretação do inciso II do art. 14 da LRF, que trata das possibilidades de compensação das renúncias de receitas.		Concluído
nº 84, novembro de 2012	Acórdão 1.204/2012 do TCU – Posição da SPE sobre cálculo dos benefícios financeiros e creditícios.		Concluído
novembro de 2012	Ofício nº 214 /2012 – TCU, de 29 de junho de 2012, referente às recomendações à SPE, STN e à SRFB, para elaboração de política e estabelecimento de procedimentos para evidencição contábil das renúncias de receitas e benefícios financeiros e creditícios aos órgãos e entidades federais.		Concluído
nº 104, 27 de dezembro de 2012	Acórdão 1.718/2005 do TCU – Avaliação de Programas Subsidiados (item 9.3.2); Avaliação do Funcafé.		Concluído

H – Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária

Objetivo geral: acompanhamento e monitoramento da despesa pública federal

Objetivo específico: banco de dados da execução orçamentário-financeira federal com os dados disponibilizados pelo SIAFI.

Beneficiários: SPE e Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: relatórios mensais de acompanhamento orçamentário-financeiro sinalizando o resultado primário acima de linha que será apresentado no final do mês.

Quadro 75 – Resultados alcançados pela Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária na COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Base de Dados da despesa pública federal atualizada periodicamente	Acompanhamento da execução orçamentário-financeira por meio do SIAFI e SIGA-Brasil.		Atualizações esporádicas da base de dados.

I – Elaboração de pareceres técnicos diversos

Objetivo geral: atendimento a demandas diversas do Ministério da Fazenda, incluindo a Assessoria Parlamentar

Objetivo específico: produção de Pareceres diversos

Beneficiários: Ministério da Fazenda, Governo Federal

Resultados alcançados: Pareceres técnicos diversos

Quadro 76 – Elaboração de pareceres técnicos diversos pela COGPFT

Produto: Parecer	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
nº 47, abril de 2012 – Minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 9.615 de 24.03.98	Minuta de decreto que institui normas gerais sobre o desporto.		Concluído
nº 57, maio de 2012 – Minuta de decreto	Minuta de decreto que discrimina ações do PAC a serem executadas por meio de transferências obrigatórias.		Concluído
nº 108, junho de 2012 – PLP nº 169/2012	Trata de proposta de alteração da LRF (data para encaminhamento do PPA; anexo de política fiscal).		Concluído
nº 111, junho de 2012 – PLS nº 175/2006 (PL nº 6465/2009 na Câmara)	Trata de Projeto de Lei que dispensa o empregador doméstico do pagamento da multa rescisória do FGTS.		Concluído
nº 120, julho de 2012 – Projeto Lei nº 1.089/2003 (PLC nº 0003/2005 no SF)	Trata de Projeto de Lei que altera o Decreto-Lei nº 467, de 13/02/69, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário.		Concluído
nº 124, julho de 2012 – PLS nº 10/2006 (PL nº 7329/2006 na Câmara)	Trata de Projeto de Lei que dispõe sobre o acesso do empregado às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS.		Concluído
nº 133, agosto de 2012 – PL nº 6.707/2009 (PLS nº 447/2009)	Trata de Projeto de Lei que concede anistia das contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social a cargo do empregador doméstico.		Concluído
nº 134, agosto de 2012 – PLS nº 296/2003	Trata de Projeto de Lei que altera o art. 29 da Lei nº 8.213/91 e revoga artigos da Lei nº 9.876/99, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.		Concluído
nº 136, agosto de 2012 – Projeto de Lei nº 2.069/2012 (PLS nº 27/2006)	Altera artigo da Lei nº 10.820, de 17/12/2003, para estender aos titulares do benefício de prestação continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado.		Concluído

Produto: Parecer	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
nº 140, agosto de 2012 – Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	Decreto que institui o Comitê Gestor com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		Concluído
nº 152, setembro de 2012 – Projeto de Lei Complementar (PLC)	Concessão de aposentadoria especial ao servidor com deficiência filiado ao RPPS (art. 40 CF/88).		Concluído
nº 188, Ofício FDAR nº 1/2012 sobre as Agências Reguladoras Federais.	Análise de mérito do Ofício FDAR nº 01/2012, que propõe alteração da Lei nº 10.180/01, para caracterizar as Agências Reguladoras como Órgãos Setoriais dos Sistemas de Administração Financeira, de Planejamento e Orçamento Federais.		Concluído
nº 189, PL nº 5751/2009, que altera a Lei nº 8.171/91	Análise de mérito do PL nº 5751/2007, que visa a ajustar a Lei nº 8171/91 às circunstâncias das políticas atuais.		Concluído
nº 196, dezembro de 2012 – Projeto de Lei de Conversão n.º 23/2012 (MP nº 576/2012)	Trata da denominação e competência da Empresa de Transporte Ferroviária de Alta Velocidade S.A. – ETAV.		Concluído
nº 209, dezembro de 2012 – Projeto de Lei de Conversão n.º 24/2012 (MP nº 580/2012)	Altera as Leis nº 11.759, de 31/07/2008 e 11.578, de 26/11/2007, avalia as proposições referentes ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC.		Concluído

J – Representação da SPE no Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Objetivo geral: representar a SPE no GTEC

Objetivo específico: (i) subsidiar, com análises técnicas, os membros titulares da COFIEIX, com relação aos pleitos de órgãos e entidades do setor público, interessados em obter, dos organismos internacionais, apoio financeiro – reembolsável ou não – para implementação de Projetos. (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos e financeiros de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais que resultem em assinatura de aditivo, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas, inclusão de novos componentes e reformulações dos Projetos.

Beneficiários: Governos Federal, estaduais e municipais

Resultados alcançados: houve 25 reuniões do GTEC Apresentação e 3 reuniões do GTEC Execução entre 24.09 e 19.12.2012.

Quadro 77 - Representação da SPE pela COGPFT no Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Reuniões do GTEC, entre 24.09.12 e 19.12.2012	Avaliação de 25 projetos apresentados e de 13 projetos em execução.		Concluído

L – Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União.

Objetivo geral: Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e Prestação de Contas do Governo.

Objetivo específico: Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros com valores realizados referentes aos exercícios de 2010 a 2012. A SPE/STN também calculou as estimativas dos benefícios para os anos de 2012 e 2013. Além disso, calculou-se o efeito das referidas estimativas diante da variação de um ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Beneficiários: Secretaria do Orçamento Federal (SOF) e Tribunal de Contas da União (TCU), e público em geral.

Resultados alcançados: demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União com os valores realizados e estimados.

Quadro 78 – Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União pela COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Nota Técnica nº 30, 11 abril de 2012	Acórdão nº 1690/2007 – Avaliação do PAC.		Concluído
Nota Técnica nº 32, 11 abril de 2012	Processo de Tomada de Contas nº 34.303/2012 do TCU – Cálculo dos benefícios financeiros e creditícios dos órgãos envolvidos com a Copa 2014.		Concluído
Nota Técnica nº 33, 11 abril de 2012	Acórdão 1.718/2005 do TCU – Demonstrativo dos benefícios financeiros e creditícios do exercício de 2012.		Concluído
Ofício nº 69, 11 de abril de 2012	Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as contas do Governo da República.		Concluído
Ofício nº 178, 03 de setembro de 2012	Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.		Concluído

M – Representação do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda no CNPS

Objetivo específico: (i) deliberar sobre política de previdência social e (ii) deliberar sobre a gestão do sistema previdenciário (iii) acompanhar as questões relativas à política e ao sistema previdenciário a fim de propor/elaborar melhorias.

Beneficiários: Governo Federal, entidades representativas de trabalhos, empresários e beneficiários do sistema de previdência social.

Resultados alcançados: houve dez reuniões do CNPS ao longo do ano

Quadro 79 – Resultados da Representação do Ministério da Fazenda, pela COGPFT, no Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Resolução MPS/ CNPS nº 1.320, de 22 de maio de 2012	Recomenda que o INSS reduza o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário para 2,14% e, para 3,06% para as operações realizadas por meio de cartão de crédito.		Concluído
Resolução MPS/ CNPS nº 1.321, de 4 de outubro de 2012	Recomenda que o INSS adote as providências necessárias para que o convênio de que a IN INSS/PRES nº 28/08, somente seja firmado e mantido com instituições financeiras sob determinadas condições e que fosse estipulado prazo a essas instituições se adequarem às referidas condições.		Concluído

N– Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda em Fóruns de seu interesse.

Objetivo específico: (i) acompanhar as discussões econômicas e apresentar o encaminhamento dado pelo Ministério da Fazenda.

Beneficiários: Governo Federal e a sociedade em geral

Resultados alcançados: Aprimoramento da percepção do corpo técnico sobre os efeitos multiplicadores da política fiscal no Brasil, bem como das perspectivas econômicas para os próximos dois anos.

Quadro 80 - Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais pela COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Seminário BID - 10 de Agosto de 2012	Seminário promovido pelo BID sobre os Impactos da Política Fiscal na Atual Conjuntura Econômica Brasileira		Concluído
Apresentação Credit Suisse – novembro de 2012	Apresentação do cenário econômico para o ano de 2012		Concluído

O – Capacitação

Objetivo geral: Desenvolver novas capacidades que possam aperfeiçoar as rotinas de trabalho existente no Ministério da Fazenda bem como desenvolver outras novas.

Objetivo específico: (i) O desenvolvimento de melhores rotinas de trabalho.

Beneficiários: Governo Federal e sociedade em geral.

Resultados alcançados: Qualificação do corpo técnico da Coordenação-Geral nos temas do treinamento.

Quadro 81 – Capacitação do corpo técnico da COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Terceiro Seminário do 1º Ciclo de Debates sobre a Qualidade do Gasto - Elaboração e Execução Orçamentária. ESAF 25/07/2012	Apresentações e discussões a respeito de como a elaboração e execução orçamentária podem melhorar a qualidade do gasto público.		Concluído
Curso IBGE – Contas Nacionais – 19 a 23 de março de 2012	Treinamento sobre produção, consumo intermediário, valor adicionado e PIB, Renda e Demanda; Construção das Contas Econômicas Integradas; Análise dos setores institucionais; Construção das Contas Econômicas Integradas; Estruturação das tabelas, contas financeiras e contas de patrimônio; Variações de volume e preço – contas em valores correntes e constantes e as Contas Econômicas Integradas e a Conta Financeira do Brasil		Concluído
Seminário sobre avaliações da qualidade dos gastos públicos. Banco Mundial. 10/10/2012	Apresentações e discussões sobre práticas internacionais e brasileiras de avaliações da qualidade dos gastos públicos.		Concluído

P - Avaliação e discussão da implantação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP

Objetivo geral: avaliação e discussão da reforma do Regime Próprio de Previdência com a criação do FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal.

Objetivo específico: avaliação crítica do texto do respectivo projeto de lei e cálculo do custo de transição para a implementação do novo modelo.

Beneficiários: Secretaria Executiva, Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: cálculo do custo de transição da reforma e avaliação dos pontos fortes e fracos do texto do projeto.

Quadro 82 – Resultados da avaliação e discussão da implantação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
1. Modelo para cálculo do custo de transição para implementação do FUNPRESP.	A implementação do FUNPRESP acarreta relevantes impactos fiscais de curto e de longo prazo que requerem quantificação. O modelo proposto apresenta uma estimativa desse impacto com embasamento teórico.	Encaminhado à Secretaria Executiva do MF.	Concluído
2. Avaliação do texto do Projeto de Lei do FUNPRESP	Discussão e crítica dos pontos fortes e fracos do texto do PL.	As conclusões serviram de base para as discussões em torno do PL durante o trâmite, no Congresso, e para os vetos pela presidente.	Concluído

Q - Tarefa 17: Desenvolvimento de um sistema de coleta de dados e consulta de informações; estruturação e consolidação de um banco de dados

Objetivo geral: disseminação de informações fiscais de conjuntura, no âmbito do Ministério da Fazenda, possibilidade de manipulação de dados para criação de consultas com base nas informações coletadas do Governo Federal.

Objetivo específico: desenvolvimento de um sistema, em DELPHI, para coleta de informações, confecção de documentos e consultas estruturais, com base nos dados publicados pelo Governo Federal. Criação, estruturação e consolidação de um Banco de Dados MySQL para armazenamento das informações coletadas.

Beneficiários: Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: ganhos de produtividade na institucionalização das informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda. Disponibilização das informações captadas pelo novo sistema, para utilizações futuras em outros trabalhos para os quais sejam necessárias.

Quadro 83 – Resultados alcançados com o Desenvolvimento de um sistema de coleta de dados e consulta de informações; estruturação e consolidação de um banco de dados na COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Sistema Informatizado em DELPHI	Desenvolvimento de um sistema, em DELPHI, para a captação das informações necessárias à confecção de planilhas Excel e de documentos em PDF. Este sistema tem como objetivos o ganho de eficiência e de agilidade na coleta dos dados publicados pelo Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional, entre outros, necessários à confecção de documentos que serão disponibilizados periodicamente no Sítio da Secretaria de Políticas Econômicas – SPE		Concluído
Banco de Dados MySQL	Em paralelo ao desenvolvimento do sistema, foi estruturado um Banco de Dados, em MySQL, para o armazenamento das informações captadas.		Concluído
Planilhas Excel e Documentos em PDF	Com o auxílio do sistema, em DELPHI, e com base nas informações armazenadas, no Banco de Dados MySQL, foram criadas novas planilhas Excel e novos documentos em PDF, que estão sendo disponibilizados periodicamente no Sítio da Secretaria de Políticas Econômicas - SPE		Concluído
Manipulação de Dados e Consultas	O sistema desenvolvido também contempla a possibilidade de criação de consultas estruturadas, além de relatórios analíticos e sintéticos com base nas informações coletadas do Governo Federal.		Em andamento

R – Mapeamento da Gestão Documental da COGPFT

Objetivo geral: mapear a gestão documental da COGPFT, com base nas competências da Coordenação-Geral definidas no Regimento Interno da SPE.

Objetivo específico: mapear a gestão documental a partir dos processos de trabalho da COGPFT, especificando de que órgãos surgem as demandas que ensejam produção de documentos e de que forma; os produtos produzidos pela Coordenação-Geral e especificação dos destinatários dos mesmos.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica e Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: propostas de aperfeiçoamentos da gestão documental da COGPFT.

Quadro 84 – Resultados do Mapeamento da Gestão Documental da COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Apresentação em Power Point	O MF contratou uma equipe da UNB para mapear a gestão documental das Coordenações - Gerais que compõem suas diversas Secretarias (apenas algumas não participaram do projeto). Dessa forma, foi solicitado à COGPFT que participasse de várias reuniões explicativas sobre o projeto e elaborasse uma apresentação, em Power Point, com o mapeamento da gestão documental.		Concluído

S - Tarefa 19: Decreto para Cobertura do Déficit do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Objetivo geral: elaboração de minuta de decreto para cobertura do déficit do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Objetivo específico: coordenar a elaboração da minuta de decreto presidencial que Regulamenta o art. 15 da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, que autoriza a destinação de recursos da União para cobrir eventuais défices operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, a partir da data de sua criação.

Beneficiários: Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério do Esporte, Ministério do Planejamento.

Resultados alcançados: Minuta de decreto que vem pautando as discussões do Governo Federal com o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Quadro 85 – Resultados do Decreto para Cobertura do Déficit do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na COGPFT

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2012
Minuta de Decreto Presidencial	Participação em reuniões internas no MF e externas, com os outros agentes envolvidos, além da articulação com outras áreas do Ministério da Fazenda, visando unificar entendimentos para a elaboração da minuta de decreto.		Tema continua em discussão no âmbito das três esferas de governo.

13.2 Coordenação-Geral de Políticas Públicas - COGPP

a) **Formulação de diretrizes de políticas públicas, em consonância com a orientação estratégica da política econômica.**

Objetivo Geral: Formular diretrizes de Política Econômica

Objetivos específicos: (i) propor medidas microeconômicas que contribuam para aperfeiçoar a ação do setor público e promover a sustentabilidade do crescimento (ii) dimensionar o impacto fiscal das medidas propostas; (iii) identificar os aspectos técnicos pertinentes às diferentes alternativas de prescrição de políticas públicas; (iv) examinar a literatura especializada e as lições da experiência internacional; (v) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário da SPE e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de nota técnica e arcabouço normativo para implementação da proposição de política.

a.1 – Desoneração Tributária da Folha de Pagamentos

Objetivo Geral: Implementar diretrizes de políticas tributária que contribuam para ampliar a competitividade da produção nacional, fomentar o processo de formalização laboral e estimular o crescimento econômico.

Objetivos específicos: (i) Assegurar a convergência da política de desoneração tributária da folha às diretrizes da política fiscal; (ii) sistematizar e analisar as demandas setoriais (iii) acompanhar os impactos da política de desoneração da folha sobre a estrutura de financiamento da previdência social; (v) participar da análise técnica de trabalhos voltados à avaliação da política de desoneração da folha, com o intuito de dimensionar efeitos de curto e médio-longo prazos sobre o nível de atividade setorial; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: setores produtivos e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de apresentação, Notas Técnicas, simulações e arcabouço normativo para implementação da proposição (Minuta de Medida Provisória e Exposição de Motivos). Normas editadas: Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012; Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012; e Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012.

a.2 – Proposta de Uniformização de metodologias de apuração da carga tributária

Objetivo Geral: Promover a convergência técnica de aspectos metodológicos utilizados por diversos órgãos públicos que apuram e divulgam a carga tributária.

Objetivos específicos: (i) instituir grupo de trabalho para propiciar discussões técnicas sobre assimetrias metodológicas à apuração da carga tributária; (ii) elaborar Nota Técnica para explicitar especificidades das diferenças metodológicas; (iii) propor aperfeiçoamentos que contribuam para a convergência metodológicas; (iv) estabelecer parâmetros para pautar a

metodologia e divulgação da carga tributária líquida, com a participação institucional da SPE.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica, Secretaria da Receita Federal e a sociedade em geral

Resultados alcançados: Coordenação de reunião do Grupo de Trabalho Técnico, com representantes da SPE, SRFB, IBGE e IPEA sobre convergência metodológica da carga tributária; elaboração de Nota Técnica com o detalhamento das diversas diferenças metodológica e proposta de convergência.

a.3 –Apuração da Carga Tributária Líquida

Objetivo Geral: Apurar a Carga Tributária Líquida segundo metodologia do Sistema de Contas Nacionais utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Objetivos específicos: (i) Examinar, de forma acurada, a metodologia utilizada pelo IBGE nas estimativas das Transferências de Assistência e Previdência e Subsídios (TAPS) e de transferência às Instituições Privadas sem fins Lucrativos – IPSFL, utilizadas para apuração da Carga Tributária Líquida; (ii) elaborar Nota Técnica para explicitar a metodologia utilizada e valores apurados; (iii) propor aperfeiçoamentos que contribuam para a melhoria do processo de apuração da carga tributária líquida; (iv) estabelecer parâmetros para divulgação da carga tributária líquida, com a participação institucional da SPE.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica, Secretaria da Receita Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a sociedade em geral

Resultados alcançados: Divulgação, na página da SPE, da carga tributária líquida, referente ao exercício de 2011, com apresentação de série retroativa a 2002.

a.3 - Proposição de Fundo de Desenvolvimento Regional

Objetivo Geral: Elaborar proposta de Fundo de Desenvolvimento Regional, em consonância com a orientação estratégica da política econômica em matéria de tributação estadual.

Objetivo Geral: Instituir fonte de financiamento intertemporal para promover a implementação de programas, projetos e atividades de infraestrutura, inovação tecnológica e qualificação profissional em âmbito regional.

Objetivos específicos: (i) identificar formas de implementação, a partir das fontes de financiamento propostas (ii) avaliar parâmetros do fundo, à luz das demais mudanças no ICMS (iv) elaborar proposição normativa.

Beneficiários: setores produtivos nacionais, governo e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de arcabouço normativo para implementação do Fundo de Desenvolvimento Regional (Nota Técnica, Exposição de Motivos e minuta de Medida Provisória).

b) Análise do impacto econômico-fiscal de políticas públicas, postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva/MF.

Objetivo Geral: Elaborar análise econômico-fiscal de proposições de políticas públicas.

Objetivos específicos: (i) Analisar a adequação de proposições de políticas públicas às diretrizes da política fiscal e à orientação estratégica da política econômica; (ii) analisar os impactos econômicos das proposições normativas; (iii) avaliar a adequação das proposições legislativas às diretrizes que regem o processo orçamentário – PPA, LDO e LOA; (iv) examinar a observância das diretrizes consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal; (v) analisar a execução orçamentário-financeira de ações do governo federal com escopo similar, consubstanciadas no PPA e na LOA; (v) apresentar contribuições que possam contribuir para o aperfeiçoamentos das proposições e para aumentar a efetividade das políticas públicas delineadas.

Beneficiários: Assessoria Parlamentar/MF; Secretaria Executiva/MF; Gabinete do Ministro/MF; Congresso Nacional; e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de pareceres com análise econômico-fiscal das diretrizes de políticas públicas (sintetizados no Quadro I).

c) Projeto SPE/MF e Embaixada do Reino Unido – Subsídios para a implementação de uma política fiscal verde no Brasil

Objetivo Geral: Propiciar aos formuladores de política fiscal e tributária do Brasil metodologia para avaliação do impacto de diferentes alternativas de política fiscal, associadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, criação de empregos e fomento ao crescimento econômico sustentável.

Objetivos específicos: (i) Participação na elaboração dos projetos executivos, no período estabelecido – ano 1 e ano 2; (ii) Cooperação técnica com a Embaixada nos trabalhos de seleção da entidade executora do projeto; (iii) acompanhamento das atividades de execução do projeto; (iv) análise técnica dos relatórios apresentados pela entidade executora do projeto; (v) participação nas discussões técnicas com a Embaixada para definição de aperfeiçoamentos necessários ao projeto.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Projeto de parceria firmado entre a SPE e a Embaixada do Reino Unido; e participação nos trabalhos técnicos desenvolvidos no primeiro ano de execução do projeto.

Quadro 86 - Proposições analisadas no âmbito da COGPP/SPE

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez/2012
Parecer nº 001, de 02.01.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 27/2009 que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural.	AAP/GM/MF Memorando nº 003, de 02/01/2012	Sancionado e transformado na Lei nº 12.590, de 2012.
Parecer nº 002, de 02.01.2012	Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinada à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 004, de 02/01/2012	Transformada em Lei Complementar nº 141, de 16/01/2012, com veto parcial - VET 3/2012.
Parecer nº 004, de 06.01.2012	Projeto Decreto e EMI – proposta de alteração do decreto 6.170/2007, que dispõe sobre normas relativas a transferências de recursos pela União	SE/MF Memorando nº 014, de 06/01/2012	-
Parecer nº 15, de 27.02.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 28/2012, que altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 077, de 27/02/2012	Vetado, integralmente, em 01/03/2012.
Parecer nº 018, de 12.03.2012	Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2007 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 089, de 12/03/2012	Em tramitação perante a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a relatoria.
Parecer nº 019, de 12.03.2012	Projeto de Lei Complementar nº 84/2011, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que "dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios (Código Tributário Nacional - CTN)", a Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que "dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios", e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União", para vedar o uso de estimativas na determinação dos coeficientes individuais de participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).	AAP/GM/MF Memorando nº 090, de 12/03/2012	Em tramitação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.
Parecer nº 020, de 12.03.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 325/2011, que altera o art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor que os benefícios no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES são aplicáveis a cursos superiores presenciais ou à distância.	AAP/GM/MF Memorando nº 091, de 12/03/2012	Em tramitação pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.
Parecer nº 21, de 12.03.2012	Projeto Decreto e EMI que aprova regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	SE/MF Memorando nº 093, de 12/03/2012	
Parecer nº 22, de 12.03.2012	Projeto Decreto e EMI que aprova regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste	SE/MF Memorando nº 094, de 12/03/2012	

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez/2012
Parecer nº 23, de 15.03.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 6826/2010, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 102, de 15/03/2012	Em tramitação, aguardando parecer da Comissão Especial, na Câmara dos Deputados.
Parecer nº 24, de 15.03.2012	Projeto decreto (s/nº) e EMI nº 031/SJNARM	SE/MF Memorando nº 093, de 15/03/2012	
Parecer nº 30, de 26.03.2012	Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2003 - Altera o § 1º do artigo 1331 e revoga o § 3º do mesmo artigo da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil", no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios.	AAP/GM/MF Memorando nº 121, de 26/03/2012	Sancionada – Lei nº 12.607, de 2012. Vetado, parcialmente - vide MSG 00117, de 2012.
Parecer nº 33, de 30.03.2012	Minuta MP e EMI (s/nº) que altera a incidência da contribuição previdenciária devida pelas empresas que só realizam atividades de confecção ou de desenvolvimento de projetos de circuitos integrados no país.	SE/MF Memorando nº 128, de 30/03/2012	
Parecer nº 34, de 30.03.2012	Proposta de desoneração tributária da folha de pagamentos, para hotéis.	SE/MF Memorando nº 129, de 30/03/2012	
Parecer nº 38, de 03.04.2012	Projeto de Lei de Conversão nº 4/2012 (Medida Provisória nº 547/2011), Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 141, de 03/04/2012	Sancionado e transformado na Lei nº 12.608, de 2012.
Parecer nº 58, de 07.05.2012	Emendas à MP 563/2012, que altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas a empresas especificadas	AAP/GM/MF Memorando nº 202, de 07/05/2012	
Parecer nº 059, de 07.05.2012	Projeto de Lei de Conversão nº 08/2012 (Medida Provisória nº 511, de 2011), que altera dispositivos das Leis nºs 7.920, de 12 de dezembro de 1989, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 9.825, de 23 de agosto de 1999, 12.462, de 5 de agosto de 2011, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e 5.862, de 12 de dezembro de 1972; revoga o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981; e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 203, de 07/05/2012	Sancionada e transformada na Lei nº 12.648, de 2012.
Parecer nº 65, de 15.05.2012	Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003 - Altera a Lei nº 10201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos.	AAP/GM/MF Memorando nº 219, de 15/05/2012	Encaminhado ao arquivo, em 13.07.2012.
Parecer nº 75, de 31.05.2012	Anteprojeto de lei complementar s/nº, oriundo do Ministério da Cultura (MINC), e EMI 00004/MINC, que dispõe sobre a política nacional da cultura e sobre o sistema nacional de cultura – SNC.	SE/MF Memorando nº 255, de 31/05/2012	

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez/2012
Parecer nº 90, de 11.06.2012	Projeto de Lei do Senado nº 448/2009, que altera dispositivo da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros.	AAP/GM/MF Memorando nº 281, de 11/06/2012	Com veto parcial, transformada na Lei nº 12.667, de 2012.
Parecer nº 094, de 12.06.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011 - Cria cargos de Advogado da União.	AAP/GM/MF Memorando nº 286, de 12/06/2012	Encaminhado ao arquivo, em 27.06.2012.
Parecer nº 95, de 13.06.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011 – Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.	AAP/GM/MF Memorando nº 287, de 13/06/2012	Encaminhado ao arquivo, em 27.06.2012.
Parecer nº 103, de 21.06.2012	Projeto de decreto s/nº e EMI s/nº (ambos de 2011): aprova regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	SE/GM/MF Memorando nº 304, de 21/06/2012	
Parecer nº 107, de 26.06.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 11/2007, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.	AAP/GM/MF Memorando nº 310, de 26/06/2012	Com veto parcial, transformada na Lei nº 12.682, de 2012.
Parecer nº 110, de 27.06.2012	Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003 - Altera a Lei nº 10201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos.	AAP/GM/MF Memorando nº 317, de 27/06/2012	Encaminhado ao arquivo, em 13.07.2012.
Parecer nº 126, de 31.07.2012	Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2012 - Autoriza a criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 374, de 31/07/2012	Encaminhado ao arquivo, em 17.08.2012.
Parecer nº 145, de 04.09.2012	Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2012 – Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.	AAP/GM/MF Memorando nº 442, de 04/09/2012	Encaminhado ao arquivo, em 04.12.2012.
Parecer nº 150, de 05.09.2012	Anteprojeto de lei encaminhado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para alterar o art. 18 e criar o art. 20 da lei 12.101/2005 que dispõe sobre certificação de entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.	AAP/GM/MF Memorando nº 447, de 05/09/2012	
Parecer nº 151, de 11.09.2012	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (MP nº 563/2012) - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 455, de 11/09/2012	

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez/2012
Parecer nº 174, de 18.10.2012	Ministério da Educação (MEC) solicita auditoria na fórmula de cálculo das bolsas do PROUNI – 1º semestre de 2013	MEC Ofício nº 214 de 18/10/2012	
Parecer nº 175, de 18.10.2012	Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 7663/2010, que acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 543, de 18/10/2012	Em tramitação perante Comissão Especial, na Câmara dos Deputados.
Parecer nº 182, de 08.11.2012	Projeto decreto s/nº e EMI nº 017/2012: dispõe sobre a exclusão do lucro líquido para efeito da apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	SE/MF Memorando nº 579, de 08/11/2012	
Parecer nº 184, de 13.11.2012	Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo.	SE/MF Memorando nº 589, de 13/11/2012	Em tramitação perante a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a relatoria.
Parecer nº 194, de 05.12.2012	Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 (Complementar) – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 622, de 05/12/2012	Vetado integralmente - Mensagem nº 581, de 19.12.2012.
Parecer nº 210, de 18.12.2012	Medida Provisória nº 582, de 2012 - Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; e dá outras providências.	AAP/GM/MF Memorando nº 654, de 18/12/2012	Em tramitação.
Parecer nº 215, de 26.12.2012	Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2012 (Medida Provisória nº 578, de 2012) - Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.	AAP/GM/MF Memorando nº 667, de 26/12/2012	Em tramitação.
Parecer nº 224, de 31.12.2012	EMI e minuta PL sobre participação no resultado da exploração de recursos minerais assegurada à União, Estados, DF e Municípios	SE/MF Memorando nº 684, de 31/12/2012	

Quadro 87 –Notas Técnicas elaboradas pela COGPP/SPE

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento
Nota Técnica nº 26, de 30.03.2012	Proposta de desoneração tributária da contribuição patronal sobre a folha de pagamentos.	SE/MF Memorando nº 131, de 30/03/2012
Nota Técnica nº 48, de 24.05.2012	Proposta de aperfeiçoamento da MP 563/2012 de 03/04/2012.	AAP/GM/MF Memorando nº 239, de 24/05/2012
Nota Técnica nº 61, de 26.07.2012	Proposta de uniformização e aprimoramento das metodologias de apuração da carga tributária nacional.	SRFB/MF Memorando nº 367, de 26/07/2012
Nota Técnica nº 63, de 31.07.2012	Proposta de uniformização e aprimoramento das metodologias de apuração da carga tributária nacional.	SRFB/MF Memorando nº 376, de 31/07/2012
Nota Técnica nº 58, de 11.07.2012	Acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre a SPE e o IPEA.	Em avaliação na Área Jurídica do IPEA
Nota Técnica nº 69, de 12.09.2012	Proposta de inclusão de novos setores produtivos à política de desoneração da folha de pagamentos.	SE/MF Memorando nº 461, de 12/09/2012
Nota Técnica nº 94, de 10.12.2012	Desoneração tributária da folha de pagamentos.	SE/MF Memorando nº 636, de 10/12/2012

14 - SECRETARIA ADJUNTA DE MICROCRÉDITO E POLÍTICA AGRÍCOLA

14.1 - Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas (COCRN)

A - Política de Crédito Rural

Objetivo Geral: Aprimorar a Política de Crédito Rural

Objetivo específico: Aprimorar as normas e informações referentes ao Crédito Rural, com vistas a inclusão social e eficácia dos gastos públicos

Beneficiários: Produtores Rurais e suas Cooperativas ou Associações

Resultados alcançados: Aumento dos recursos aplicados e simplificações operacionais.

Quadro 88 – Resultados alcançados pela Política de Crédito Rural da COCRN

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012	
1	Recor	Reestruturação do sistema de Registro Comum de Operações Rurais-Recor, com o objetivo de incorporar informações necessárias ao acompanhamento da política de crédito rural, seguro agrícola e garantia da atividade agropecuária.	Criação de Grupo de trabalho através de portaria interministerial nº 1 BC/MF/MDA/MAPA com o propósito de apresentar proposta de reestruturação do Recor.	Reestruturação concluída. Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro (SICOR) em vigor a partir de 1º/1/2013 com as informações relativas ao crédito rural e aos enquadramentos no Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro).
2	Inclusão Financeira	Participação de discussões para fomentar a inclusão financeira no Brasil e no Mundo.	Participação em fórum Banco Central do Brasil sobre inclusão financeira e discussão com diversos órgão com foco na expansão e fortalecimento dos canais de acesso a serviços financeiros, criação de instrumentos para melhor adequação dos serviços aos segmentos de menor renda, garantia da qualidade na provisão de serviços financeiros.	Concessão de subvenção econômica pela União para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado operacionalizado por algumas instituições financeiras em consonância co a Lei nº 11.110, de 25.4.2005, alterada pela Lei nº 12.666, de 14.6.2012.
3	Revisão do Manual de Crédito Rural (MCR)	Revisão das normas referentes ao Crédito Rural para simplificação operacional das diversas linhas de crédito, tanto para as instituições financeira quanto para os mutuários.	Revisão dos capítulos do MCR e elaboração de nova proposta.	Concluído: Normas em vigor desde julho/2012.

Número	Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
4	Plano Safra da Agricultura Familiar e Empresarial.	Discussão com diversos órgãos governamentais e Instituições Financeiras para definição de taxas de juros, montante de recursos destinados para cada linha de crédito, período de contratação, definição de preços de referência e Preços Mínimos.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Plano Safra aprovado pelo CMN no 1º semestre.
5	Linha Emergencial de Crédito no âmbito do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), ao amparo de recursos do BNDES, em favor de cooperativas de produção agropecuárias cujos associados tiveram perda de renda em função de estiagem na região Sul.	Amenizar os prejuízos causados aos produtores rurais atingidos pela estiagem ocorrida em alguns municípios do estado da região Sul autorizando a renegociação de dívidas junto as instituições financeiras.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.049, de 26.1.2012.
6	Renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para produtores rurais e agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem em alguns municípios dos estados da região Sul.	Amenizar os prejuízos causados aos produtores rurais e agricultores familiares atingidos pela estiagem ocorrida em alguns municípios do estado da região Sul autorizando a renegociação de dívidas junto as instituições financeiras.	Elaboração de Voto ao CMN.	Publicação das Resoluções CMN nºs 4.047 e 4.048, de 26.1.2012.
7	Linha de Financiamento para estocagem de etanol	Estabelecer condições e critérios para a concessão de financiamento para a estocagem de álcool combustível, com os objetivos de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta do produto, com base nos artigos 2º e 3º da Lei 12.666, de 14/6/2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.055, de 29.2.2012.
8	Renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aos agricultores familiares e para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na região Nordeste e das enchentes na região Norte.	Amenizar os prejuízos causados aos agricultores familiares e aos produtores rurais atingidos pela estiagem ocorrida na região Nordeste e das enchentes na região Norte autorizando a renegociação de dívidas junto as instituições financeiras.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nº 4.066 e 4067, de 12.4.2012.

	Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
9	Autoriza a prorrogação e a renegociação de operações de crédito contratadas com recursos administrados pelo BNDES, no âmbito do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência de adversidades climáticas nas regiões Sul, Nordeste e Norte.	Amenizar os prejuízos causados aos produtores rurais atingidos pela estiagem nas regiões Sul e Nordeste e das enchentes que atingiram a região Norte autorizando a renegociação de dívidas junto as instituições financeiras.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.070, de 26.4.2012.
10	Linha Especial de Crédito para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para produtores rurais e empreendedores afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Minimizar os prejuízos sofridos por famílias das regiões Nordeste e Sul em função de estiagem e de incentivar investimentos para adoção de práticas de convivência com a realidade do clima e solos nordestino em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nºs 4.075, 4.076 e 4.077, de 4.5.2012.
11	Linha Especial de Crédito para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para produtores rurais e empreendedores afetados pelas enchentes ou enxurradas na região norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por famílias das regiões Nordeste e Sul em função de estiagem e de incentivar investimentos para adoção de práticas de convivência com a realidade do clima e solos nordestino em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação das Resoluções CMN nºs , 4.078, 4.079 e 4.080 de 22.5.2012.
12	Concessão de crédito rural ao amparo da Linha Especial de Crédito para Produção de Mais Alimentos (Pronaf Mais Alimentos) agricultores familiares que tiveram perdas por estiagem, seca, excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas.	Recuperar a capacidade produtiva dos agricultores familiares e ribeirinhos cujas atividades rurais forma prejudicadas por excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas ocorridas na região Norte.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.081, de 22.5.2012.

	Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012
13	Renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais e por agricultores familiares, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Sudene e das enchentes na região Norte.	Amenizar os prejuízos causados aos produtores rurais e agricultores familiares e aos produtores rurais atingidos pela estiagem ocorrida na região Nordeste e das enchentes na região Norte autorizando a renegociação de dívidas junto as instituições financeiras.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nºs 4.082 e 4.083, de 22.5.2012.
14	Linha especial de crédito de custeio, no âmbito do Pronaf, para agricultores familiares afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Sudene.	Amenizar os prejuízos sofridos por agricultores familiares afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Sudene em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.092, de 30.5.2012..
15	Linha especial de crédito de custeio, no âmbito do Pronaf, para agricultores familiares afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte.	Amenizar os prejuízos sofridos por agricultores familiares afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.093, de 30.5.2012.
16	linha de credito de investimento no âmbito do Pronaf, com bônus de adimplência, para agricultores familiares de municípios da região Sul afetados por seca ou estiagem.	Amenizar os prejuízos dos agricultores familiares afetados por seca ou estiagem em consonância com o disposto no Decreto nº 7.774, de 4.7.2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.112, 10.7.2012.
17	Renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por suinocultores não integrados.	Recuperar a capacidade de pagamento dos suinocultores.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.119, de 2.8.2012.
18	Renegociação de operações de crédito rural e investimento contratadas por produtores de laranja.	Permitir que os produtores de laranja ajustem o fluxo de pagamento das operações de custeio e investimento.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.118, de 2.8.2012.
19	Renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por orizicultores.	Permitir que os orizicultores ajustem o fluxo de pagamento das operações de custeio e investimento.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.117 , de 2.8.2012.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2012	
20	Recomposição de dívidas por meio da contratação de operações de crédito rural com recursos do BNDES para liquidação de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais de maçã.	Recuperar a capacidade de pagamento dos produtores de maçã prejudicados pelas chuvas de granizo que atingiram as lavouras nos últimos anos.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.126 , de 23.8.2012.
21	Prorrogação de financiamentos ao amparo do Fundo de Terras e da reforma Agrária dos mutuários que tiveram prejuízos em decorrência de eventos climáticos adversos.	Recuperar a capacidade de pagamento dos mutuários e estender o prazo de reembolso superior a 20 anos em consonância com o disposto no art. 23 da Lei nº 12.599, de 23.3.2012.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.128 , de 23.8.2012.
22	Renegociação de operações de crédito rural para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem em Municípios dos estados da região Sul.	Recuperar a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais em decorrência da estiagem em Municípios dos Estados da região Sul.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.134 , de 5.9.2012.
23	Renegociação de operações da Linha Especial de Crédito (LEC) de laranja, contratadas nos termos da Resolução nº 3.986, de 30.6.2011.	Apoiar a comercialização e sustentação de preço ao produtor rural.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.130 , de 5.9.2012.
24	Medidas de apoio à suinocultura, avicultura, citricultura e bovinocultura de leite.	Minimizar os efeitos causados pelas crises desses setores.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.137 , de 27.9.2012.
25	Institui linha de crédito rural, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	Apoiar produtores rurais das regiões Norte e Nordeste cujas atividades foram afetadas por eventos climáticos adversos, e que dificultaram o pagamento dos seus compromissos financeiros.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.147, de 25.10.2012
26	Renegociação de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais de arroz.	Readequar o fluxo de pagamento das operações de crédito rural de custeio e investimento.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.161 , de 12.12.2012.

14.2 - Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária (COAPA)

A - Acompanhar a Produção Agropecuária

Objetivo geral: Subsidiar a política de garantia de preços.

Objetivo específico: Definir preços de garantia e critérios para a concessão de subvenção aos produtores rurais e suas cooperativas

Beneficiários: Produtores rurais e suas cooperativas

Resultados alcançados: Garantia de renda aos produtores rurais e suas cooperativas.

Quadro 89 – Resultados alcançados pelo acompanhamento da produção agropecuária da COAPA

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2011
Preços mínimos e preços de garantia dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preço Mínimo - PGPM e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF	Análise do comportamento de mercado dos produtos a serem amparados na PGPM e PGPAF	Notas técnicas com análises das propostas apresentadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA dos preços mínimos dos produtos da PGPM e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA dos preços de referências dos produtos amparados pela PGPAF.	Aumento dos preços mínimos -do trigo (safra 2012), do milho para o estado do MT e as regiões Norte e Nordeste, do sorgo na região Sul e o estado do MS, da raiz de mandioca, da juta e malva , da goma /polvilho; da fécula e farinha de mandioca ; da borracha natural, do açaí, do babaçu, da borracha natural extrativa; da cera de carnaúba; da mangaba; do pequi; da piaçava para a região Norte; e do umbu e alteração do preço de referência dos produtos amparados pelo PGPAF. Proposta aprovada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
Portarias Interministeriais para a concessão de subvenção econômica para os produtos da PGPM	Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF, MAPA e dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e do Desenvolvimento Agrário- MDA na definição dos limites, condições e critérios para a concessão de subvenção econômica para os produtos constantes da PGPM , cujo o preço de mercado está abaixo do preço mínimo .	Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portaria Interministeriais.	Publicação das Portarias Interministeriais de arroz, milho, trigo, uva , suíno e laranja .
Portarias Interministeriais para o lançamento de Contrato de Opção de Venda para os produtos da PGPM	Participação conjunta do MF e MAPA na definição dos preços de exercícios e volume de recursos para o lançamento dos contratos .	Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portaria Interministeriais.	Publicação das Portarias Interministeriais de arroz, e milho .

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2011
Portarias Interministeriais para a venda dos estoques públicos de milho com subvenção ao Valor do Escoamento do Produto - VEP	Participação conjunta MF , MAPA e MP na definição da fórmula para o cálculo do VEP , das quantidades a serem amparadas , do segmento a ser atendido .	Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portarias Interministeriais.	Publicação das Portarias Interministeriais de milho para as regiões Norte, Nordeste, para os estados do RS, SC, ES e RJ e região Norte do estado de MG.
Portarias Interministeriais para a subvenção a venda de milho do estoque público em Balcão .	Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF , MAPA e MP na definição dos segmentos amparados, do preço de venda, da quantidade a ser vendida e as regiões amparadas.	Elaboração das notas técnicas e das minutas de Portarias Interministeriais.	Publicação das Portarias Interministeriais de venda Balcão de milho para atendimento aos criadores sediados nos estados do RS, SC, PR e na área de atuação da Superintendência de desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.
Portaria Interministerial para a concessão de subvenção econômica para os produtos de cana-de-açúcar	Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF e do MAPA na definição os limites, condições e critérios para a concessão de subvenção econômica concedida por meio da Lei 12.666, de 14 de junho de 2012.	Elaboração de nota técnica e da minuta de Portaria Interministerial.	Publicação da Portaria interministerial da cana-de-açúcar para atendimento aos produtores independentes sediados na área de atuação da SUDENE e nos estados do RJ e ES.
Sumário dos produtos da PGPM e acompanhamento da Safra Brasileira e Evolução do Crédito Rural.	Atualização dos dados mensalmente para subsidiar a elaborações de estudos e análises agropecuárias.	Elaboração de nota técnica e conjuntura.	Disponibilização de conjuntura de diversos produtos agrícolas.

14.3 - Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COMAC)

A – Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

Objetivo geral: contribuir para a compatibilização das políticas econômicas com a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009 e Decreto nº 7.390/2010), contribuindo para o alcance dos seus objetivos e metas.

Objetivo específico: analisar as demandas para as políticas econômicas pelos planos e programas integrantes da PNMC, verificando a compatibilidade com os instrumentos existentes e a necessidade de aprimoramento destes ou desenvolvimento de novos.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pelas PNMC e demais agentes e instituições envolvidos

Resultados alcançados: Conclusão da análise sobre instrumentos de precificação de carbono, com finalização dos Relatórios dos Grupos de Trabalho Interministerial e do MF; consolidação de parcerias e realização de atividades de capacitação e estudo sobre mercado de carbono e temas afins; contribuição para o desenvolvimento e implementação da PNMC (planos setoriais, financiamento e monitoramento).

Quadro 90 – Resultados alcançados pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) da COMAC

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mercado de Carbono (GTI) e Relatório do Grupo de Trabalho Interno ao Ministério da Fazenda (GT-MF), contendo análises e recomendações sobre a viabilidade e oportunidade de implementação de instrumentos de precificação de carbono no âmbito da PNMC.	Criados pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 537, de 29 de novembro de 2011, o GTI e o GT-MF foram responsáveis pela avaliação da conveniência e oportunidade da adoção de instrumento(s) de precificação de emissões no Brasil.	Os Relatórios concluíram pela necessidade de uma nova etapa de análises, onde instrumentos de precificação de emissões deverão ser avaliados mais pormenorizadamente, considerando-se custos e benefícios de cada um a partir do levantamento e tratamento de dados robustos e confiáveis. Tais avaliações deveriam ser conduzidas ao longo de 2013 e primeiro semestre de 2014.	O trabalho dos GTs foram encerrados em julho de 2012, com a apresentação do Relatório Final do GTI ao Grupo Executivo (GEx) e entrega ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), após ajustes, em novembro de 2012.
Plano de Trabalho (<i>Organizing Framework</i>) do Brasil aprovado pela Assembleia de Participantes da Parceira para Preparação de Instrumentos de Mercado (PMR, na sigla em inglês), do Banco Mundial	Após ter sido aprovado (em outubro de 2011) como País-Implementante da PMR, em maio de 2012 o Brasil apresentou seu Plano de Trabalho (<i>Organizing Framework</i>) à Assembleia de Participantes. Com a aprovação do Plano de Trabalho, foram alocados ao país US\$350.000,00 para elaboração da Proposta de Preparação de Mercado (MRP, na sigla em inglês).	Após aprovação de seu Plano de Trabalho pela Assembleia de Participantes da PMR, os recursos foram colocados à disposição do país para aplicação de acordo com o planejamento aprovado.	Recursos sendo aplicados na contratação de consultores e estudos (processos de contratação em andamento).

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
<p>Capacitação e Treinamentos em precificação de carbono: GiZ, MACTool, Ecoprogresso.</p>	<p>Diversas oportunidades de capacitação ocorreram durante 2012, sendo as mais relevantes: -> <u>GiZ</u>: "Oportunidades para o mercado de carbono no Brasil", com a realização de entrevistas e uma oficina de discussão dos resultados; <u>Banco Mundial</u>: treinamento na ferramenta para análise de linhas de base e custos de abatimento desenvolvida pelo Banco Mundial; -> <u>Ecoprogresso</u>: 2º workshop no âmbito do projeto sobre Mercado de Emissões no Brasil financiado pela Comissão Europeia: "Estabelecimento de um Comércio de Emissões no Brasil: Desafios e Oportunidades". Curso ICAP (International Carbon Action Partnership) Summer School 2012 (Dublin, Irlanda)</p>	<p>Em todos os casos vislumbraram-se oportunidades de contato contínuo com os parceiros e do desenvolvimento de novas atividades, visto as expertises trazidas e o bom resultados dos cursos.</p>	<p>Encaminhamento de proposta, pela COMAC para a Secretaria Executiva do MF, de assinatura de Memorando de Entendimentos entre a GiZ e o Ministério da Fazenda; Previsão de realização de novo curso oferecido pela Ecoprogresso, especificamente para capacitação em ferramentas e metodologias de mensuração, reporte e verificação de emissões (MRV), a ocorrer em janeiro 2013; Previsão de realização de novo curso sobre a MACTool, ferramenta desenvolvida pelo Banco Mundial.</p>
<p>Contratação de Prestação de Serviços: Projeto "Elementos para um Mercado de Carbono", a ser realizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Getúlio Vargas (GVCes).</p>	<p>O Projeto "Elementos para um Mercado de Carbono", conduzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, tem por objetivo apoiar a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda na análise e desenvolvimento de instrumentos para precificação de carbono no país, com foco na gestão das informações sobre emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).</p>	<p>No prazo de um ano a contar de julho de 2012, os trabalhos foram iniciados e estão sendo desenvolvidos em quatro etapas: Etapa 1 - Elaboração dos Requerimentos Básicos de um Sistema de MVR; Etapa 2 - Proposta de um Sistema de Coleta de Informações por Empresa sobre Emissões; Etapa 3 - Realização de quatro oficinas para capacitação e interlocução; Etapa 4 - Relatório contendo Elementos e Parâmetros para Construção de um Sistema de Comércio de Emissões no Brasil.</p>	<p>Rascunho informal do primeiro produto a ser entregue foi discutido em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2012. O primeiro produto do contrato deverá ser entregue em março 2013.</p>

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC foi instituído pela Lei nº 12.114, de 09 de dezembro de 2009, como um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e regulamentado pelo Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, como um fundo de natureza contábil, com o objetivo de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e seus efeitos. O FNMC é gerido por um Comitê Gestor, presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, instituição sobre a qual também recai a responsabilidade de Secretaria-Executiva e coordenação das atividades administrativas do Fundo. MF integra o Comitê Gestor, representada pela COMAC/SPE.	Instalação de GT para criação de novas linhas para os recursos reembolsáveis: Subgrupo de Ajustes nas Diretrizes para as Linhas de Atuação Existentes; Subgrupo de Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima; Manejo Florestal Sustentável Aliado a Cadeias Produtivas Florestais e de Restauração; e Gestão de Carbono; Revisão das condições operacionais das linhas existentes, com BNDES, MMA e MCidades; Elaborada a minuta do voto e da resolução respectiva para ser apresentada na reunião de outubro do CMN.	Recursos não reembolsáveis: projetos contratados e em execução (Execução 2012: 99,35%); recursos reembolsáveis: (Execução 2012: 100%) - somente repasse ao BNDES, total de recursos em out/2012 R\$ 214.831 milhões. E53 A LOA 2013 prevê: Recursos Não Reembolsáveis: Fonte 142 - R\$ 20.706,00 e Fonte 196 - R\$ 8.096,00; Recursos Reembolsáveis Unidade 74.916 - R\$ 360.000.000,00. Voto e resolução não forma submetidos ao CMN em outubro/2012, ficando pendente sua reformulação a partir de proposta do BNDES. Esta instituição também ficou preparando proposta para as novas linhas de financiamento, a serem apresentadas ao MF no início de 2013.
Texto-base da Estratégia Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+). Proposta de reformulação do Fundo Amazônia.	Participação no Grupo Interministerial para elaboração da Estratégia Nacional de REDD+, coordenado pelo MMA. Participação nas negociações da Força Tarefa de REDD+ (Governo Federal + Governos dos Estados da Amazônia), tendo como eixo a revisão das diretrizes do Fundo Amazônia.	Apresentação de análise e propostas de aprimoramento do texto-base da Estratégia Nacional de REDD+. Elaboração de proposta de reformulação do Fundo Amazônia, validada no Governo Federal (Casa Civil/PR, MMA, MRE, MP, MCTI) e negociada com representantes dos governos estaduais da Amazônia.	Texto-base da Estratégia Nacional de REDD+ com alterações em fase de consolidação pelo MMA. Proposta de reformulação do Fundo Amazônia pactuada com Estados em reunião realizada em Macapá (AP) em dezembro/2012.
Projeto de Cooperação BID/MF - "Programa de fortalecimento do planejamento orçamentário e administrativo fiscal de mudança climática no Brasil"	Projeto formalizado em 2011, voltado à capacitação de técnicos e dirigentes do MF, MP e Secretarias estaduais de fazenda e planejamento sobre os impactos das mudanças climáticas sobre as finanças públicas	Realização do Workshop "Implicações Econômicas e Financeiras da Adaptação às Mudanças do Clima: abordagem de gerenciamento de risco climático", em 01 e 02/03/2012, em conjunto com BID e MP. Preparação, elaboração e revisão dos roteiros dos módulos do e-learning, dos documentos técnicos produzidos pelos consultores contratados pelo Projeto. Validação do da proposta de curso presencial (dois workshops) e da plataforma virtual. Elaboração do material de divulgação e articulação para sua distribuição.	Workshop inicial realizado. Material para programa de capacitação validado. Processo de inscrições iniciado.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Acompanhamento da elaboração dos planos setoriais	A elaboração dos planos setoriais foi determinada no Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima e é parte integrante da estratégia brasileira de mitigação e adaptação à mudança do clima. Os Planos Setoriais foram elaborados no período de junho de 2011 a abril de 2012 com a participação de representantes dos setores produtivos e da sociedade civil, indicados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), e entidades convidadas pelas coordenações setoriais dos Planos.	Análise dos planos setoriais elaborados. Acompanhamento das consultas públicas com a sociedade civil sobre os planos setoriais da indústria, mineração, saúde, transporte e mobilidade urbana, sob a coordenação do MMA.	Planos setoriais aprovados pelo GEx - Grupo Executivo sobre Mudança do Clima, aguardando aprovação final pelo CIM - Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e subsequente publicação.
GT Monitoramento	De acordo com o Decreto 7.390/2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima, deverão ser adotadas metodologias e mecanismos apropriados para aferir o cumprimento do compromisso nacional voluntário das emissões de gases de efeito estufa.	Discussão da elaboração das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil até 2010 nos setores processos industriais, energia, agropecuária, uso da terra e florestas, tratamento de resíduos.	Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil até 2010 apresentadas ao GEx.

B – Meio Ambiente

Objetivo geral: promover a integração das demandas e parâmetros das políticas ambientais às políticas econômicas.

Objetivo específico: avaliar viabilidade de incorporação de parâmetros ambientais às políticas econômicas; elaborar ou aprimorar instrumentos econômicos para políticas ambientais.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pela coordenação e implantação das políticas ambientais e demais agentes e instituições envolvidos.

Resultados alcançados: elaboração de proposta de substitutivo para o PL 792/2007 (institui política nacional de serviços ambientais); contribuição para documentos e posição do Brasil na Rio+20; contribuição para avanço nos estudos de valoração econômica dos recursos naturais e sua incorporação às contas nacionais.

Quadro 91 – Resultados da atuação da COMAC na frente de Meio Ambiente

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Documentos do Governo Brasileiro à Rio +20 e participação do MF na preparação e realização da Conferência	O processo preparatório foi coordenado pelo MRE, MMA, MDS e MF (SPE/COMAC e SAIN), por meio da Secretaria Executiva e da Comissão Nacional da Rio+20. A Conferência das Nações Unidas Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012, que renovou o compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável.	Representação do MF na Secretaria Executiva e na Comissão Nacional de preparação na Rio+20, em conjunto com SAIN/MF. Acompanhamento das negociações, participação em eventos preparatórios, eventos paralelos (inclusive Seminário dos Ministros de Finança do G-20, organizado pela SAIN/MF), Diálogos da Sustentabilidade, Espaço Brasil e Arena Social.	Documento final "The Future We Want" aprovado, atualizando a agenda mundial de desenvolvimento sustentável. Aprovada a proposta de criação do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável - Centro Rio+, no Rio de Janeiro, com objetivo de se constituir em referência na promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Aprovada a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável- ODSs, com processo de formulação iniciado em janeiro de 2013, com perspectiva de aprovação da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2013 e integração à Agenda de Desenvolvimento da ONU depois de 2015.
Proposta de substitutivo ao PL 792/2007 - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.	Demanda do MMA e CC/PR para revisão do PL 792/2007 e elaboração de substitutivo.	Discussão com Ministério do Meio Ambiente e Casa Civil sobre o PL 792/2007. Discussão do tema com especialistas e técnicos do Governo Federal e governos estaduais (SP e ES). Participação em Seminário sobre PSA na Câmara dos Deputados, em outubro, promovido pelo relator da matéria na CFT, dep. Arnaldo Jardim. Participação no Congresso Internacional de Pagamento por Serviços Ambientais, realizado em São Paulo em novembro de 2012. Participação nas discussões no âmbito do Diálogo Brasil - União Européia sobre Pagamento por Serviços Ecológicos, coordenado pelo MMA.	Proposta de substitutivo elaborada e apresentada ao MMA. Aguardando posicionamento do MMA e da Casa Civil sobre as recomendações propostas ao PL 792/2007.
Código Florestal	Demandas por análise e posicionamento acerca das propostas para o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012)	Participação em audiências públicas no Congresso Nacional para discussões sobre o tema; elaboração de pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.876/1999 e a MP nº 571 de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.	PL aprovado e sancionado com vetos (Lei nº 12.651/2012); MP editada para suprir lacunas geradas pelos vetos (convertida na Lei nº 12.727/2012). Aguardando regulamentação de pontos do texto pelo MMA, como o Cadastro Ambiental Rural. Análise em andamento sobre itens da regulamentação afetos ao MF (em especial artigos 41 e 58 - incentivos fiscais, tributários, creditícios).

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Acordo TFCA (Tropical Forest Conservation Act)	Acompanhamento da implantação do Acordo TFCA. O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) foi aprovado pelo senado norte-americano em 1998 com o intuito de substituir dívidas externas por ações de conservação de florestas tropicais. O acordo foi assinado no dia 12 de agosto de 2010 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América e tem duração de cinco anos. Para consecução dos objetivos do acordo, foram estabelecidos a Conta para a Conservação de Florestas Tropicais – Conta TFCA e o Tropical Forest Conservation Board (Comitê Gestor da Conta TFCA) que tem como atribuição administrar a Conta TFCA.	Participação em 4 reuniões ordinárias; Contratação de 46 projetos; Publicação da 2ª e 3ª chamadas de projetos; Publicação dos resultados da 2ª e 3ª chamadas; contratação de 3 projetos na chamada 2 e 7 na chamada 3; relançamento da chamada 02/2012; definição da chamada 4, entre outras atividades	46 projetos contratados e em andamento, no total de R\$ 19,7 milhões, com contratos firmados a partir de fevereiro de 2012. Perspectiva de contratação em 2013 dos demais projetos das chamadas subsequentes.
Biodiversidade; Estudo TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity) e legislação sobre Biodiversidade.	Proposta de formalização do Comitê Coordenador e Executivo do TEEB Brasil. Acompanhamento do estudo do IPEA "A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil (TEEB-Brasil) Relatório da Fase 1 – Análise de Lacunas". Acompanhamento dos estudos sobre valoração ambiental realizados por outros órgãos do Governo Federal. Contribuição para a elaboração do marco legal e do Plano de Ação para a biodiversidade, especialmente sobre seus aspectos econômicos. Avaliação da proposta de incorporação dos recursos naturais nas contas nacionais (metodologia SEEA/ONU). Discussão sobre a incorporação das metas de Aichi no Brasil e a relação dessas metas com o Plano de Ação para a Biodiversidade.	Instalação dos Comitês Coordenado e Executivo do TEEB Brasil. Definição de Plano de Trabalho para o TEEB Brasil. Participação em seminários e eventos de capacitação sobre valoração ambiental e estruturação de contas ambientais no âmbito do IBGE. Definição dos estudos a serem realizados. Participação na 3ª Oficina para a elaboração do Plano de Ação para a Biodiversidade.	Aguardando instalação dos Comitês Coordenado e Executivo do TEEB Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente. Estudo "TEEB Nacional - Documento Base", pelo PNUMA-Brasil, em andamento. Perspectiva de realização da 3ª Oficina para a elaboração do Plano de Ação para a Biodiversidade.

C - Inclusão Produtiva

Objetivo geral: contribuir para a elaboração, implementação e gestão de programas federais de inclusão produtiva.

Objetivo específico: Coordenar e acompanhar o Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado; contribuir para a gestão e definição de ajustes nas iniciativas na área rural integrantes do Brasil Sem Miséria.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pelas políticas de inclusão produtiva; agentes financeiros.

Resultados alcançados: 3,8 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado realizado pelos quatro bancos públicos federais;

Quadro 92 – Resultados da atuação da COMAC na frente de Inclusão Produtiva

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2012
Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer	Operações direcionadas a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais (EI), e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, taxa de juros 8% ao ano mais Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1%.	Coordenação, acompanhamento, análise e revisão do Programa. Elaboração de balanços mensais de execução do Programa, com base em informações dos agentes financeiros.	Desde sua criação até dezembro de 2012, já foram realizadas no Programa Crescer cerca de 3,8 milhões de operações, com um desembolso de R\$ 4,8 bilhões e um gasto de subvenção de R\$ 300 milhões. Do valor concedido, 86% foram destinados a pessoas físicas, 8% a micro empresas e 6% a empreendedores individuais, sendo que 64% das pessoas atendidas foram mulheres, 72% foram destinados para a região Nordeste, 17% para a região Sudeste, 6% para a região Sul, 3% para o Centro-Oeste e 2% para a região Norte. Além disso, grande parte dos beneficiários pessoa física do Programa Crescer estão registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em especial o público do Brasil sem Miséria.
Brasil Sem Miséria - público rural	Acompanhamento das ações dos programas Bolsa Verde (pelo MMA), Fomento (pelo MDA e MDS), Aquisição de Alimentos - PAA (MDS, MDA e Conab) e Água para Todos (MDS), integrantes da estratégia de erradicação da pobreza extrema no meio rural.	PAA: ampliação das compras institucionais por órgãos federais, capacitação de agentes de ATER e cooperativas. Fomento: início da efetiva implementação, com contratação da ATER pelo MDA, estruturação dos primeiros projetos e transferência da primeira parcela. Água para Todos: formalização de novos termos de parceria e aditivção dos pré-existentes; ampliação dos fornecedores de cisternas de plástico. Bolsa Verde: início da busca ativa de novos beneficiários; capacitação; implementação do monitoramento ambiental; inclusão de critérios de suspensão.	Em dezembro de 2012, Bolsa Verde implementado com 30 mil famílias beneficiadas; PAA com 162.000 famílias beneficiadas; Água para Todos com 43 mil famílias com a primeira água; Fomento transferiu recursos para 27, 9 mil famílias.

Quadro 93 – Pareceres da SAMPA

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	Situação atual
36	02.04	Nova versão da Proposta de Estatuto da Embrapa	Parecer favorável às minutas de decreto e de Exposição de Motivos Interministerial	Novo Estatuto da Embrapa publicado.
40	05.04	Reunião Ordinária do Conselho Monetário Deliberativo da Política do Café (CDPC) – Ofício nº 119/2012/DCAF/SPA-E-MAPA, de 21.03.2012 – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).	Solicitação de manifestação por parte da PGFN e STN/COFIS	Regularizada a situação contratual do Funcafé-Daçaõ com o BB.
61	10.05	EMI nº 00013/2012 MAPA/MF – Proposta de alteração no artigo 1º do Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001.	Parecer contrário à alteração proposta pela Exposição de Motivos Interministerial, por entender que acarretaria custos adicionais à Conab	Decreto nº 3.855, de 3.7.2001 sem alteração.
64	14.05	Projeto de Lei nº 1.876/1999 (30/2011, no Senado Federal) – Código Florestal.	Parecer com propostas de veto à dispositivos do PL, em fase de sanção presidencial.	Projeto de Lei convertido na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012
66	15.05	Minuta de decreto que autoriza a criação de linha de crédito de investimento no Âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com bônus de adimplência.	Parecer favorável à tramitação da minuta de decreto	Publicação do Decreto nº 7.728, de 24 de maio de 2012.
69	23.05	Derivativos do Agronegócio – Alteração da Resolução nº 3.312/2005 (Operações de proteção, hedge, realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras) – Dedutibilidade de ajustes negativos em operações de hedge realizadas o exterior.	Solicitação de manifestação por parte da Secretaria Adjunta de Política Fiscal e Tributária da SPE, Secretaria da Receita Federal e Banco Central, por se tratar de assunto afeto a essas áreas.	Assunto de competência da Secretaria da Receita Federal (SRF), por ser tratar de tributação e isenção fiscal.
70	23.05	Minuta de decreto que altera o Decreto nº 7.339 , de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 69 a 72 da Lei nº 12.249, de 2010.	Parecer favorável à tramitação da minuta de decreto	Proposta em tramitação.
73	29.05	Solicitação de Informações sobre a possibilidade de revisão de dívida , para instruir o Procedimento nº 1.34.024.000070/20117-31 – Ofício 585/2012 – BCB/SECRE/SUCON, de 4 maio de 2012.	Solicitação de encaminhamento da demanda para a PGFN	Parecer PGFN/CAF/Nº 995/2009 - com manifestação sobre a competência para alterar as condições dos financiamentos concedidos ao amparo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.Lei Complementar nº 93, de 4.2.1998. Decreto nº 4.892, de 25.11.2003.
77	01.06	Exposição de Motivos Interministerial nº 000037/MTE/MJ/MDS/SDH/SGPR , com minuta de decreto que institui o Programa Nacional de Apoio às Cooperativas Nacionais – PRONACOOP SOCIAL.	Parecer favorável à tramitação da minuta de EMI, desde que considerada a alteração solicitada pela SPE.	Decreto ainda não publicado.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	Situação atual
80	01.06	Projeto de Lei Conversão nº 11, de 2012 (MP nº 554, de 2011) , em fase de sanção presidencial, que altera Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002.	Parecer com proposta de veto ao art. 6º do PLV, reiterando parecer anterior.	Convertida na Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012.
81	01.06	Proposta de Decreto que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696 , de 02 de julho de 2003 e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.	Parecer favorável à proposta de decreto, nos termos apresentados.	Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 publicado.
87	05.06	Proposta de Decreto que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de beneficiamentos de comerciantes de laticínios informarem, aos produtores, até o vigésimo quinto dia do mês que antecede à entrega do leite, o valor a ser pago por litro.	Não houve manifestação sobre o tema, que não é afeto a este Ministério	Não houve manifestação sobre o tema, que não é afeto a este Ministério
92	11.06	Projeto de Lei do Senado nº 750/2011 , que dispõe sobre a política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PLS, por se tratar de uma sobreposição ao Código Florestal	Aguardando relatório da CCJ - Câmara dos Deputados
102	19.06	Projeto de Lei de Conversão nº 12 de 2012 (Medida Provisória 558 de 2012) , que dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.	Parecer favorável à tramitação do PLV 12/2012	Convertido na Lei nº 16.678, de 25 de junho de 2012
109	26.06	Minuta de decreto que autoriza a criação de linha de crédito de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com bônus de adimplência.	Parecer favorável à tramitação da minuta de decreto	
112	28.06	Portaria Interministerial de Governança da Iniciativa Valoração do Capital Natural do Brasil – TEEB.	Parecer favorável à participação do MF na iniciativa	Portaria aguardando anuência dos órgãos da Comissão Coordenadora para ser publicada.
119	05.07	Substitutivo do Senado Federal nº 131, de 2008, ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 4.622 , de 2004, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Parecer com propostas de veto ao substitutivo que contrariam o interesse público.	Convertido na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	Situação atual
137	16.08	Projeto de Lei que Altera a Lei nº 10.420 , de 10 de Abril de 2002.	Parecer favorável à tramitação do PL em questão, desde que consideradas as alterações propostas pela SPE.	
139	21.08	Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2012 (MP nº 564, de 2012), - em fase de sanção presidencial – manifestação sobre o art. 20 que altera o art. 6º da Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012.	Parecer com recomendação de veto ao artigo 20 do PLV, por apresentar contrariedade ao interesse público.	MP convertida na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012
154	18.09	Projeto de Lei nº 20/2012 (PLV 20/2012, aprovado pelo Senado Federal) – Conversão de Medida Provisória 565/2012.	Parecer com recomendação de veto aos artigos 7º, 9º e 13.	MP convertida na Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012
156	19.09	Pedido de referendo aos membros do Pleno Ministerial da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, do Ministério da Fome – MDS, sobre minuta de Resolução que dispõe sobre seu Regimento Interno.	Parecer favorável à minuta de resolução de Regimento Interno da CAISAN, nos termos propostos	Regimento interno aprovado
167	04.10	Projeto de Lei de Conversão nº 21/2012 – Conversão da Medida Provisória 571/2012 , que altera a Lei nº 12.651, de maio de 2012, que dispõe sobre o Novo Código Florestal.	Parecer com recomendações de veto aos dispositivos da MP que alteram o art. 3º, art. 42 e art. 59 da Lei nº 12.651/2012	MP convertida na Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.
170	08.10	Projeto de Lei nº 1008, de 2011, que altera o Decreto- Lei nº 79 , de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS dos Produtos Agrícolas,	Parecer contrário à tramitação do PL em questão	PL aguardando designação de relator na CFT (Câmara)
173	15.10	Projeto de Lei nº 5751, de 2009, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 , com intuito de ajustá-la as circunstâncias das políticas atuais.	Parecer contrário aos incisos I e II do artigo 2º do PL e recomendação de análise do texto pela Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária da SPE/MF.	Relatório aprovado pela CFT (Câmara)
179	07.11	Minuta de Medida Provisória que amplia o valor do Benefício Garantia Safra , de que trata a lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e do Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004.	Parecer favorável à tramitação da minuta de MP. Recomendação de análise da matéria pela STN e PGFN.	Minuta convertida na MP nº 603, de 18 de janeiro de 2013
181	08.11	Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2012 - Dispõe sobre o instituto da multa civil, aplicável às questões ambientais, e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PL, pela inconsistência do projeto.	Matéria aguardando a designação de relator na CCJ (Senado)
183	08.11	Minuta de decreto que dispõe sobre o aporte de recursos da União , de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 586, de 7 de setembro de 2012, e sobre o valor do Benefício Garantia Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002.	Parecer favorável à tramitação da minuta de decreto. Recomendação de análise da matéria pela STN e PGFN.	Designados, na Comissão Mista para emitir parecer à Medida Provisória, Relator Senador Eduardo Amorim e Relator Revisor Deputado Márcio Macêdo

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	Situação atual
190	21.11	Projeto de Lei Complementar 53/2011 , que dispõe sobre contingenciamento orçamentário das ações relacionadas à segurança da sanidade agropecuária.	Parecer contrário à tramitação do PLC, por comprometer o equilíbrio das contas públicas, caso aprovado.	Aguardando relatório da CFT (Câmara)
191	21.11	Projeto de Lei do Senado nº 730, de 2011 – Altera o artigo 1.439 do Código Civil que dispõe sobre o prazo de penhor rural.	Parecer contrário à tramitação do PLS, por se tratar de uma proposta inconsistente.	Aguardando relatório na CCJ (Senado)
198	07.12	Projeto de Lei nº 5077/2009 , que dispõe sobre o empregador rural e dá outras providências.	Parecer favorável à tramitação do PL, desde que consideradas as alterações propostas.	Aguardando relatório na Comissão de Turismo e Desporto (CTD) - Câmara
199	07.12	Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2012 – Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Parecer contrário à tramitação do PL, pela possibilidade de gerar conflitos futuros.	Aguardando relatório na Comissão de Educação (CE) - Senado
200	07.12	Proposta de Emenda à Constituição do Senado Federal (PECS) 71/2011, que altera o §6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta o art.67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias , para permitir a indenização de possuidores de títulos dominicais relativos a terras declaradas como indígenas expedidas até o dia 5 de outubro de 1988.	Parecer contrário à tramitação da PEC, pela dificuldade em estimar os impactos da medida proposta sobre as contas públicas.	Aguardando análise por parte de Comissão Especial, criada em fevereiro de 2012
221	26.12	Projeto de Lei nº 195, de 2011 , que institui o Sistema Nacional de REDD+ e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PL, por ser inviável na redação apresentada	Aguardando relatório da CFT (Câmara)
222	26.12	Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2011 , que institui o Sistema Nacional de REDD+ e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PLS, por ser inviável na redação apresentada	Aguardando relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) - Senado
223	28.12	Projeto de Lei nº 27/2012 (PLV 27/2012, aprovado pelo Senado Federal) – Conversão de Medida Provisória 578/2012.	Parecer recomendando veto ao art. 9º do PLV.	Convertida na Lei nº 12.788, de 14 de janeiro de 2013.

Quadro 94 - Notas Técnicas da SAMPA

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
1	11.01	Proposta de alteração da Portaria Interministerial MF/MAPA/MP nº 453 , de 14 de setembro de 2011, que define novos critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para o trigo em grãos da safra 2011.	Manifestação favorável ao Aviso do MAPA sobre publicação de Portaria Interministerial que alterava a Portaria Interministerial nº 453/2011. As alterações propostas já haviam sido acordadas com o MAPA, MF, MP. Após análise técnica, a SPE se manifestou favoravelmente à publicação nos termos propostos. Foi solicitado o encaminhamento desta NT à SNT e à PGFN para análise e, se de acordo, remetê-la à Secretaria Executiva para assinatura, para posterior envio ao MP, para apreciação e aprovação.
3	20.01	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de janeiro de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 4.785.7994,5 mil e as receitas R\$ 20.434,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
9	30.01	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de Programação Financeira para o crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de fevereiro de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 5.874.905,2 mil e as receitas R\$ 93.730,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
10	09.02	Operações de Venda de Milho em grãos com o Valor do Escoamento do Produto (VEP) para atender os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Norte do Estado de Minas Gerais e os das regiões Norte e Nordeste, em razão de estiagem ou chuvas excessivas.	MAPA encaminhou proposta de Portaria Interministerial estabelecendo os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com subvenção econômica, na modalidade VEP, a ser operacionalizada pela Conab. A NT em tela sugeriu alterações à proposta, e que o documento fosse devolvido ao MAPA para as correções necessárias.
11	14.02	Operações de venda de milho em grão dos estoques públicos, com subvenção econômica, na forma de venda direta, denominada “ Venda Balcão ”, para atender os avicultores, suinocultores e bovinocultores de leite, sediados e com atividade nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), em razão da estiagem ocorrida nestes estados.	MAPA encaminhou proposta de Portaria Interministerial estabelecendo os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com subvenção econômica, venda direta ou "balcão", a ser operacionalizada pela Conab. A proposta previa a liberação de até 400 mil toneladas de milho em grãos dos estoques públicos. A SPE propôs nova redação para a Portaria Interministerial. Foi sugerido que o processo fosse devolvido ao MAPA para as correções necessárias.
12	23.02	Ofício nº 150, de 16 de fevereiro de 2012 , por meio do qual a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Pecuária e Abastecimento (MAPA) encaminha proposta de resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do álcool (CIMA) com vistas a instituir linha de crédito para financiamento à estocagem de álcool combustível.	O teor da minuta de resolução encaminhada pelo MAPA foi discutida por técnicos dos ministérios que compõem o CIMA. Esta SPE se manifestou favoravelmente à edição da resolução do CIMA, na forma apresentada. Foi sugerido o encaminhamento desta NT e da anexa minuta de Aviso à SE com o propósito de dar continuidade à tramitação da matéria.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
15	01.03	Operações de venda de milho em grão dos estoques públicos , com subvenção econômica, na forma de Valor do Escoamento do Produto (VEP), para atender os avicultores, suinocultores e bovinocultores de leite, sediados e com atividade nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), em razão de estiagem ocorrida nesses estados.	MAPA encaminhou proposta de Portaria Interministerial estabelecendo os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com subvenção econômica, na modalidade VEP, a ser operacionalizada pela Conab. A NT nº 10/SPE-MF de 9 de fevereiro de 2012 sugeriu alterações à proposta do MAPA. O MP incorporou outras alterações ao processo. Após análise do documento, esta SPE se manifestou favoravelmente à publicação do mesmo, desde que fossem incorporadas as alterações propostas pela CONJUR-MP. O documento foi encaminhado à STN para análise e manifestação. À PGFN e Secretaria Executiva, para providências cabíveis.
16	01.03	Operações de venda de Milho em grão dos estoques públicos para atender os avicultores, suinocultores e bovinocultores de leite, sediados nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), em razão de estiagem.	MAPA encaminhou proposta de Portaria Interministerial estabelecendo os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com subvenção econômica, venda direta ou "balcão", a ser operacionalizada pela Conab. A NT nº 11/SPE-MF de 14 de fevereiro de 2012 sugeriu alterações à proposta do MAPA. O MP incorporou outras alterações ao processo. Após análise do documento, esta SPE se manifestou favoravelmente à publicação do mesmo, desde que fossem incorporadas as alterações propostas pela CONJUR-MP. O documento foi encaminhado à STN para análise e manifestação. À PGFN e Secretaria Executiva, para providências cabíveis.
17	05.03	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de março de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 3.451.672,2 mil e as receitas R\$ 173.456,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
28	02.04	Décima Reunião do Grupo Gestor das Ações de Apoio à comercialização de Produtos Extrativos (PGPM) – Preços Mínimos safra 2012/2013.	O grupo gestor propôs mudanças nos preços mínimos dos produtos da biodiversidade para a safra 2012/2013 em relação à safra anterior. O MF incorporou sugestões à referida proposta, que foi apresentada ao Grupo Gestor para análise e seria encaminhada ao Conselho Monetário Nacional para aprovação.
29	05.04	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de Programação Financeira para o Crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de abril de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 3.470.635,7 mil e as receitas R\$ 69.034,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
34	20.04	Proposta de Apoio à Comercialização do Arroz, Safra 2011/2012.	O MAPA encaminhou minuta de Portaria Interministerial que definia critérios e condições para a concessão de subvenção para operacionalização dos instrumentos PEP, PEPRO, Repasse e Recompra do Contrato de Opção de Venda para o arroz em casca, safra 2011/2012. A SPE concluiu que a proposta garantia o preço mínimo do arroz e não se opuseram à aprovação da Portaria em comento, quando sugeriram o encaminhamento do Aviso e da NT à STN e PGFN para análise dos aspectos orçamentários e legais da Portaria Interministerial encaminhada.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
35	20.04	Proposta de Apoio à Comercialização do Arroz , Safra 2011/2012.	O MAPA encaminhou minuta de Portaria Interministerial para o lançamento de Contrato de Opção de Venda Público - COV, adicionalmente às Aquisições do Governo Federal - AGF, onde propôs instrumentos de apoio à PGPM. A SPE concluiu que a proposta garantia o preço mínimo do arroz e não se opuseram à aprovação da Portaria em comento, quando sugeriram o encaminhamento do Aviso e da NT à STN e PGFN para análise dos aspectos orçamentários e legais da Portaria Interministerial encaminhada.
36	26.04	Alteração na Portaria Interministerial nº 144, de 2012 – Operações de venda de milho em grão dos estoques públicos para atender criadores sediados nos estados do Rio grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), em razão de estiagem – Inclui novos adquirentes, aumenta o limite de aquisição por mês e altera a data de vigência para 31 de outubro de 2012.	Manifestação favorável ao Aviso do MAPA sobre publicação de alteração Portaria Interministerial nº 144, de 2012. Nota encaminhada à STN e à PGFN, com retorno à Secretaria Executiva.
37	27.04	Alteração na Portaria Interministerial nº 143, de 2012 – Operações de venda de milho em grão dos estoques públicos, por meio de Valor de Escoamento do Produto – VEP, unificando os adquirentes sediados nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) com os sediados nos estados do Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), nos estados das regiões Norte e Nordeste e Norte de Minas Gerais e a fórmula para cálculo do VEP.	Manifestação favorável ao Aviso do MAPA sobre publicação de alteração Portaria Interministerial nº 143, de 2012. Nota encaminhada à STN e à PGFN, com retorno à Secretaria Executiva.
39	27.04	Proposta de desoneração tributária para produtos da Sociobiodiversidade.	O MDA apresentou proposta de desoneração dos produtos da sociobiodiversidade por meio redução das alíquotas dos tributos ICMS, PIS/PASEP e COFINS. Esta SPE manifestou-se em acordo às medidas propostas, por representar incentivo para cadeias produtivas da sociobiodiversidade, corroborando com os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção da Diversidade Biológica e importante complementação às ações governamentais de preços mínimos. Assim, foi recomendada análise pela SRFB, com posterior encaminhamento das propostas apresentadas, conforme tramitação pertinente.
40	30.04	Venda Balcão dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).	Esta SPE encaminhou Nota Técnica à PGFN, para que essa pudesse orientar sobre seu entendimento de que as vendas em Balcão devem ser tratadas como excepcionalidade, porém a Conab possuía o entendimento de que seu Programa Venda em Balcão, com amparo legal na PGPM, autorizava venda em balcão para todas as UFs. Entretanto, a Portaria Interministerial MAPA/MF/MP autoriza venda Balcão somente para os estados do RS e SC.
41	02.05	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação Financeira Rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de maio de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 3.369.063,7 mil e as receitas R\$ 25.046,0mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
42	07.05	Proposta de Lançamento de Contrato de Opção Público de Venda para Milho, das safras 2011/2012 e 2012.	O MAPA encaminhou proposta de apoio à comercialização do milho, safra 2011/12 e 2012. Apesar de esta SPE concordar com a avaliação do MAPA, a Conab continuava a leiloar o milho sob sua guarda, o que trazia dúvidas à necessidade de recomposição de estoques. O objetivo de recomposição de estoques não seria alcançado por meio de Aquisições do Governo Federal - AGF. Por isso, a SPE não se opôs ao lançamento de COV de milho, entretanto foi solicitado o encaminhamento da NT à STN e à PGFN, para que fossem analisados os aspectos orçamentários e legais da proposta Portaria Interministerial, com retorno à Secretaria Executiva.
43	08.05	Adendo à Nota Técnica nº 037/SPE-MF , de 27 de abril de 2012, que altera a Portaria Interministerial nº 143, de 2012 – Operações de venda de milho em grão dos estoques públicos, por meio de Valor de Escoamento do Produto – VEP, unificando os adquirentes sediados nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) com os sediados nos estados do Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), nos estados das regiões Norte e Nordeste e Norte de Minas Gerais e a fórmula para o cálculo do VEP.	Nota favorável à alteração, adendo, à Nota Técnica nº 037/SPE-MF, de 27 de abril de 2012, onde o MAPA propôs limitar o volume de compra por adquirente à 1.000 (mil) toneladas/mês. Encaminhada à PGFN para ser anexada ao referido processo.
44	11.05	Operações de Venda de Milho em grãos dos estoques públicos para atender a região nordeste, em razão de seca prolongada.	MAPA encaminhou proposta de Portaria Interministerial estabelecendo os parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com subvenção econômica, venda direta ou "balcão", a ser operacionalizada pela Conab. Após análise do documento, esta SPE não viu óbice à publicação do mesmo. O documento foi encaminhado à STN para análise e manifestação. À PGFN e Secretaria Executiva, para providências cabíveis.
45	14.05	Base Nominal das operações do Programa Crescer para cruzamento com Cadastro único para programas sociais.	Esta SPE entendeu que o cruzamento de informações entre o Programa Crescer e o Cadastro Único para Programas Sociais é fundamental para a análise do desempenho do Programa Crescer, como ferramenta para erradicação da pobreza extrema. Assim, manifestaram-se favoravelmente ao envio da base nominal de dados do Programa Crescer ao MDS. Foi sugerido que o documento fosse encaminhado à STN para análise e manifestação.
46	18.05	Alteração na minuta de Portaria Interministerial de que trata da Venda Balcão de Milho em grão dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, aos criadores sediados nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Após reunião na Casa Civil, foram sugeridas alterações à minuta de Portaria Interministerial já acordada por esta SPE. Após listadas as alterações propostas pela Casa Civil, foi sugerido que o p.P. seja encaminhado à STN para análise e manifestação. Em prosseguimento, à PGFN, com retorno à SExecutiva.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
49	30.05	Liberação de milho em grãos dos estoques públicos , com concessão de subvenção econômica. Venda Balcão em razão de problemas climáticos na Região Norte e na área de atuação da Sudene; Alteração da Portaria Interministerial nº 14, de 1º de Março de 2012.	Manifestação desfavorável ao Aviso do MAPA que almejava ampliar os limites de médios criadores para aquisição de 27 toneladas/mês de milho em estoques públicos. Manifestação também desfavorável à inclusão do Paraná no rol dos beneficiários da Portaria Interministerial 144. Isto posto, foi proposta a substituição da minuta enviada pelo MAPA pela que foi enviada em anexo à NT. Foi sugerido o encaminhamento do processo à SNT para análise, à PGFN, e à Secretaria Executiva.
050	04.06	Venda Balcão dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – (PGPM).	A Nota Técnica encaminha questionamento à PGFN, indagando se, em atenção ao comando do art. 19 da Portaria Interministerial 182/94, a Conab deve subordinar-se às orientações do MAPA e do MF em matéria de venda em balcão.
51	15.06	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de junho de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 2.468.963,9 mil e as receitas R\$ 25.088,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
54	27.06	Liberação de milho em grãos dos estoques públicos , com concessão de subvenção econômica. Venda em Balcão para os criadores da área de atuação da SUDENE; Alteração da Portaria Interministerial nº 144, de 1º de Março de 2012, inclusão do Estado Paraná.	Manifestação favorável ao Aviso do MAPA sobre publicação de minuta de portaria, na forma como havia sido apresentada. Foi sugerido encaminhamento à STN e à PGFN, para análise da proposta Portaria Interministerial. Retorno à Secretaria Executiva para providências cabíveis.
55	29.06	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de prorrogação financeira para o crédito Rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de julho de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 3.350.827,4 mil e as receitas R\$ 71.723,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
56	06.07	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para o trigo em grãos da safra 2012.	O MAPA encaminhou minuta de Portaria Interministerial, propondo o lançamento de PEP e Pepro na quantidade de até 2,5 milhões de toneladas, com previsão de gasto de R\$330 milhões. A SPE propôs alterações na minuta enviada pelo MAPA, manifestando-se favoravelmente à publicação da Portaria, desde que observados os termos da minuta alternativa encaminhada em anexo.
57	10.07	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para o milho em grãos das safras 2011/12 e 2012.	Esta SPE propôs alterações nos instrumentos propostos na Minuta de Portaria Interministerial apresentada pelo MAPA e manifestou-se favoravelmente à publicação da Portaria Interministerial, desde que fossem observados os termos da minuta alternativa encaminhada em anexo.
59	18.07	Portaria Interministerial para pagamento de subvenção econômica aos produtores rurais de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades na área de atuação da SUDENE e no Estado do Rio de Janeiro, referente à safra 2010/2011.	A referida Nota apresentou as condições para a subvenção, sua base legal, e manifestou-se favoravelmente à subvenção. A Nota Técnica e o Aviso foram encaminhados à STN e à PGFN, para análise da proposta Portaria Interministerial. Retorno à Secretaria Executiva para providências cabíveis.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
66	20.08	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de prorrogação financeira para o crédito Rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de agosto de 2012, quando as despesas do Tesouro poderiam alcançar R\$ 3.658.138,2 mil e as receitas R\$ 66.638,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
67	27.08	Portaria Interministerial que define os critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para os produtores de laranja , até 28 de dezembro de 2012.	O MAPA encaminhou a este MF nova minuta de Portaria Interministerial, propondo ajustes à minuta anterior. A nova proposta foi encaminhada à PGFN para análise. Somente se houvesse acordo daquela Procuradoria a nova proposta seria então encaminhada à Secretaria Executiva para assinatura, e ao MPlanejamento para apreciação e aprovação.
68	31.08	Artigo 78-A da Lei nº 12.651 , de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) e implicações na concessão de crédito rural.	Foi encaminhada Nota à PGFN, indagando sobre as implicações do art. 79-A da Lei 12.651, com relação ao crédito rural, no que diz respeito ao termo "crédito agrícola" e também se o termo "proprietários de imóveis rurais", utilizado no mesmo artigo 78-A se aplicaria a outras categorias de mutuários do crédito rural, com parceiros, meeiros e arrendatários.
70	14.09	Criação da Embrapa International, Inc.	Foi sugerido que a Secretaria Executiva do MF encaminhasse as questões expostas ao MAPA, como órgão ao qual a EMBRAPA é vinculada, e à PGFN, visando orientar o posicionamento do representante do MF no CONSAD, além das demais providências julgadas cabíveis por essa Secretaria Executiva.
71	18.09	Criação de Equipe Técnica dedicada à elaboração sobre a viabilidade de instrumentos de precificação do carbono no Brasil.	Foi apresentada minuta de decreto e da respectiva exposição de motivos interministerial MF/MP, recomendando sua apresentação à Casa Civil da Presidência da República, visando dar andamento às propostas consubstanciadas no Relatório GTI sobre Mercado de Carbono.
72	18.09	Portaria Interministerial para pagamento de subvenção econômica aos produtores rurais de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades na área de atuação da SUDENE e nos demais municípios do Estado do Espírito Santo e no Estado do Rio de Janeiro, referente à safra 2010/2011.	Foi solicitado o encaminhamento da Minuta de Portaria Interministerial à Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de que se manifeste quanto ao disposto nos arts. 15, 16, 17, e 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em seguida enviá-la à Procuradoria da Fazenda Nacional para análise e, se de acordo, remetê-la à Secretaria Executiva do MF para procedimento de assinatura no âmbito deste Ministério.
75	24.09	Minutas de portaria interministerial definindo critérios e condições para a concessão de subvenção econômica , para o produto uva do estado do Rio Grande do Sul, da safra 2011/2012.	Foi solicitado o encaminhamento da Minuta de Portaria Interministerial à Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de que se manifeste quanto ao disposto nos arts. 15, 16, 17, e 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em seguida enviá-la à Procuradoria da Fazenda Nacional para análise e, se de acordo, remetê-la à Secretaria Executiva do MF para procedimento de assinatura, para posterior envio ao MAPA, para providências cabíveis.
76	28.09	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de prorrogação financeira para o crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de setembro de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 4.565.089,4 mil e as receitas R\$ 156.578,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
79	19.10	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de Programação Financeira para o Crédito Rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de outubro de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 4.580.149,2 mil e as receitas R\$ 84.935,3 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
81	24.10	Exposição de Motivos nº 006-2012, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA , que propõe a construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, e apresenta proposições sobre temas afetos ao Ministério da Fazenda.	Para a solicitação de desburocratização do processo de liberação dos créditos especiais para a seca, com ampliação dos valores do Pronaf B e humanização do atendimento, foi solicitado maior detalhamento sobre a desburocratização almejada, assim como Aviso do MDA propondo alterações cabíveis. Com relação à segunda solicitação, de ampliação do tempo do Garantia Safra par a10 meses, para famílias do Semiárido, qualquer proposta de alteração no Garantia Safra deverá ser encaminhada ao Comitê Gestor desse Programa, a cargo do MDA.
82	25.10	Alteração na Portaria Interministerial nº 143, de 2012 – Operações de venda de milho em grão dos estoques públicos, por meio de Valor de Escoamento do Produto (VEP).	Em face dos motivos expostos, concluiu-se pela não alteração da Portaria Interministerial nº 143, solicitada pelo MAPA.
85	14.11	Negociações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e da Convenção sobre Diversidade Biológica.	Em manifestação sobre o documento apresentado pelo Instituto Ícone sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica, e sobre a 6ª Reunião do Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança, a SPE informou que não participa da Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica, apenas participa do trabalho de adaptação das metas de Aichi para o contexto nacional. Assim sendo, sob a ótica da legislação brasileira em vigor, vis-à-vis a demanda de preservação da biodiversidade de áreas de preservação, há brechas onde a legislação nacional não contribui para a preservação da biodiversidade das áreas protegidas. Assim, consideraram a proposta pertinente, porém sem aplicação genérica para todos os tipos de áreas protegidas de propriedades privadas, havendo restrições para APAs e RLs.
88	27.11	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de novembro de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 4.526.020,6 mil e as receitas R\$ 117.610,0 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
90	28.11	Alteração da Portaria Interministerial de nº 601, de 29 de junho de 2012 , que trata da Venda Balcão de milho em grão dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, aos criadores sediados nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Manifestação favorável ao Aviso do MAPA sobre publicação de minuta de portaria de prorrogação do período de vigência do Programa Venda Balcão ao criadores sediados nos municípios amparados pela SUDENE, bem como o encaminhamento desta NT à SNT e à PGFN para análise dos aspectos orçamentários e legais da proposta de Portaria Interministerial encaminhada.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
92	07.12	Ofício nº 297-2012/CONSEA que encaminha recomendações sobre o Plano Brasil sem Miséria , relativas à V Reunião plenária daquele Conselho, realizada no dia 15 de agosto de 2012 em Brasília.	As recomendações e proposições encaminhadas pelo CONSEA deverão ser analisadas por instâncias responsáveis pela gestão de cada um dos Programas aos quais são endereçadas. Os representantes da SPE, nessas instâncias, contribuirão no que couber, para a consecução das medidas propostas.
93	10.12	Resposta ao documento com contribuições dos Estados da Amazônia Legal à Estratégia Nacional de REDD+	Após a descrição detalhada das propostas do Governo Federal, mecanismo centralizado de captação de recursos, e dos Estados, novo arranjo para captação de recursos, a NT descreve a proposta dos Estados como bem aceita pelo Governo Federal, e a do Governo Federal como de simples normatização, a depender de acordos entre o Governo Federal e Governos Estaduais. Diante disso, a COMAC-SPE recomendou que a proposta dos Estados fosse objeto de análise mais profunda por parte do Governo Federal, tendo em vista a geração de títulos ou "créditos de carbono".
99	14.12	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o Crédito Rural.	Foram listadas as prioridades de aplicação de recursos de operações oficiais de crédito, bem como do orçamento da CONAB, indicadas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº243, de 20 de março de 1992, para o mês de dezembro de 2012, quando as despesas poderiam alcançar R\$ 4.856.166,6 mil e as receitas R\$ 136.231,6 mil. A execução da programação financeira ficou a cargo da STN.
101	26.12	Proposta de Memorando de Entendimentos entre o Ministério da Fazenda e a Agência de Cooperação Internacional do Governo da Alemanha.	Foi sugerida a assinatura do memorando de entendimento, entre o MF e a GIZ, após avaliação da minuta de memorando pela Secretaria Executiva, para avaliação e providências administrativas.
102	26.12	Encerramento das atividades dos Grupos de Trabalho Interministerial e Interno sobre Mercado de Carbono.	O relatório final do GTI recomenda a criação de uma Equipe Técnica especializada, supervisionada pelo MF, e a instituição da obrigação de informar emissões por empresa.

Quadro 95 - Representações – câmaras, comissões, conselhos e grupos – da SAMPA

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
0	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO .	Elaborar, em até 180 dias, proposta do PLANAPO; Articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO; Interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO e apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.
7	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Foro consultivo na elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES			ASSUNTO/OBJETIVOS
2	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da da	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Fruticultura			
2	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da da	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Mandioca e Derivados			
1	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da da	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Soja			
2	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Agricultura Orgânica			
3	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Algodão e Derivados			
2	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Arroz			
2	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Aves e Suínos			
0	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Caprinos e Ovinos			
4	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Carne Bovina			
0	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Citricultura			
2	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Culturas de Inverno			
4	Câmara Cadeia	Setorial Produtiva	da de	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
	Leite e Derivados			

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
1	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo	Foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.
0	Câmara Técnica de Gestor Territorial	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
0	Câmara Temática da Agricultura Sustentável e Irrigação	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
3	Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
4	Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
0	Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio	Tema finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
3	Câmara Temática de Insumos Agropecuários	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.
12	Comissão Técnica da Moeda e do Crédito- COMOC	Participação como suplente do representante da SPE, na elaboração e apresentação de Votos do Setor Agropecuário.
0	Comissão Especial para Avaliação de Perdas	Estabelecer os percentuais de rebate sobre financiamentos ao amparo do PRONAF.
1	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira - CPDS	Reunião colegiada que tem como finalidade propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira, determinando linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público.
4	Comissão de Programação Financeira Mensal das Operações Oficiais de Crédito direcionadas ao setor rural	Indicar as prioridades de aplicação dos recursos do orçamento das Operações Oficiais de Crédito no âmbito da PGPM.
12	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 1º TJR/DF	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
5	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 4º TJR/RS	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
7	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 5º TJR/PR	Reunião colegiada para o julgamento de processos referentes a recursos interpostos por produtores rurais do PROAGRO.
1	Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado- PPCerrado	Propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento nos biomas brasileiros, por meio da elaboração de planos de ação para a prevenção e o controle dos desmatamentos,
4	Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal- PPCDAM	Propor medidas e coordenar ações do Governo Federal para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal e a viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta.
9	Comitê Interministerial sobre Mudança Global do Clima- CIMGC	Tem finalidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seus instrumentos subsidiários e apreciar pareceres sobre atividades de projetos que resultem em redução de emissões e que sejam considerados elegíveis para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
5	Comitê da Conta TFCA	Órgão colegiado de caráter deliberativo, por força da celebração do Acordo TFCA entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo Brasileiro, para a promoção dos objetivos da Lei Norte Americana de Conservação de Florestas Tropicais (U.S. Tropical Forests Conservation Act – TFCA) por meio de redução de dívida em apoio à conservação e manejo sustentável das florestas tropicais, relativamente aos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. A finalidade do Comitê é dirigir a Conta TFCA, deliberando sobre a utilização dos seus recursos, em conformidade com o Acordo TFCA e com base em estratégia de conservação estabelecida em plano estratégico de longo prazo aprovado pelo Comitê.
3	Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café CDPC/Café	Tem como objetivo prestar assessoramento ao CDPC, procedendo a análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, estoques, custo de produção e aos demais assuntos correlacionados ao agronegócio do café.
3	Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio do Café CDPE/Café	Analisar, discutir e aprovar proposta de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café.
0	Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café	Analisar, discutir e aprovar e gerir ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café- OIC.
4	Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima- FNMC	Órgão colegiado de caráter deliberativo do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima que tem como objetivo assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima e seus efeitos.
5	Comitê Gestor do Fundo Seguro-Safra	Definir critérios e percentuais de valores para participação de agricultores/municípios/estados a concessão de Seguro-Garantia Safra.
9	Comitê Gestor do Programa de Conservação Ambiental- Programa Bolsa Verde	Órgão deliberativo com finalidade de aprovar o planejamento do Programa, definindo o número de famílias a serem beneficiadas e as áreas prioritárias da sua implementação, aprovar critérios e procedimentos para a seleção e a inclusão das famílias a serem beneficiadas pelo Programa; articular o Programa com ações e outros programas governamentais; definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; definir normas complementares para implementação e gestão do Programa.

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
8	Comitê Gestor do Interministerial Seguro Rural	Apreciar e encaminhar ao Poder Executivo propostas relativas ao percentual sobre o prêmio ou valor máximo da subvenção econômica; propor limites subvencionáveis; aprovar as condições operacionais específicas, implementar e operacionalizar o benefício previsto na lei; incentivar a criação e implementação de projetos -pilotos pelas sociedades seguradoras, contemplando novas culturas; estabelecer diretrizes, coordenar a elaboração de metodologias e a divulgação de estudos e dados estatísticos que auxiliem o desenvolvimento do seguro rural como instrumento de política agrícola; deliberar sobre as culturas, as regiões a serem amparadas e as condições técnicas a serem cumpridas pelos beneficiários; e proposta de Plano Trienal ou seus ajustes anuais, dispoendo sobre as diretrizes e condições para a concessão da subvenção econômica.
1	Comitê Gestor Nacional do Programa Território da Cidadania	Fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e avaliação do Programa.
16	Comitê Interministerial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO	Subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do Programa; definir prioridades e condições técnicas e operacionais; receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios envolvidos no Programa, ao CODEFAT e ao CMN.
2	Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário	Formular e propor políticas públicas de reordenamento agrário; mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário e de regularização fundiária; propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar a implementação dessas políticas.
11	Comitê Técnico de Assuntos Rurais	Consolidar as posições técnicas sobre as propostas da área rural a serem submetidas à COMOC e ao CMN.
0	Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau	Propor a política agrícola para o setor cacauzeiro; elaborar novo programa para o desenvolvimento do agronegócio do cacau; acompanhar a execução dos programas setoriais; implantar comissões regionais; manter sistemas de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade cacauzeira; e propor ações que visem a adequação da oferta do cacau ao consumo doméstico e à exportação.
9	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - CONSAD	Avaliar as atividades da empresa; fixar políticas de ação; aprovar o plano diretor; aprovar a política pessoal; fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural; aprovar a prestação de contas, bem como propor os aumentos do capital social da Embrapa; indicar ao Ministro do MAPA para nomeação pela Presidente da República, nomes para os cargos de Diretor-Presidente e de Diretores-Executivos.
7	Conselho de Administração do IRB - Brasil Resseguros - AS	Deliberar sobre os assuntos de interesse da Sociedade, no âmbito da sua competência legal e estatutária.
6	Conselho Deliberativo da Política do Café-CDPC/Café	Aprovar o plano safra para o setor; autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônômica, mercadológica e de estimativa de safra do café; aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do FUNCAFÉ; regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno; estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura; aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café; e propor ao CMN o valor de quota de contribuição de que trata o decreto-lei 2.295/86 e a aprovação de agente financeiro para atuar nas operações de financiamento de que trata o dec. 94.874/87.
0	Conselho do Agronegócio-CONSAGRO	Órgão colegiado consultivo, com atribuição de colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação da Política Agrícola e no estabelecimento de metas socioeconômicas; subsidiar a formulação dos Planos Anuais de Safra; e assessorar o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na fixação de diretrizes e metas de desempenho do setor nos mercados interno e externo.

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
10	Conselho Monetário Nacional- CMN	Elaboração e apresentação de Votos relacionados ao setor agropecuário.
9	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável- CONDRAF	Órgão colegiado de proposição de diretrizes para contribuir para a superação da pobreza por meio da geração de emprego e renda; para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; e para a diversificação das atividades econômicas além de propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.
3	Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES	De natureza consultiva e propositiva, tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária.
0	Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA	Identificar as prioridades da Política Agrícola.
10	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA	Convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência; propor a CAISAN as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do SISAN, a implementação e a convergência das ações inerentes à Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, DF e Municípios, bem como demais competências descritas no Dec 6.272/2007.
6	Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA,
	Grupo Executivo sobre Mudança do Clima	Elabora, implementar, monitorar e avaliar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, sob a orientação do CIM, bem como planejar, executar e coordenar o processo de consulta pública, bem como outras atividades definidas por meio do Decreto nº 6.263/2007.
5	Grupo de Trabalho para elaborar proposta de aprimoramento do Sistema de Registro Comum de Operações Rurais- RECOR	Visa incorporar ao Recor informações necessárias ao acompanhamento da Política de Crédito Rural brasileira.
0	Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas	
3	Grupo Temático do Biodiesel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável	Acompanhar e avaliar a implementação do Programa Nacional do Biodiesel, encaminhando ao Plenário do CONDRAF relatórios e propostas para aperfeiçoamento do Plano Nacional do Biodiesel do Governo Federal.
0	Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM	Órgão deliberativo para orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.
1	Coordenação Sistêmica do Plano Brasil Maior - PBM	Instância deliberativa que compõe nível de articulação e formulação do Sistema de Gestão do PBM. O PBM se organiza em ações transversais e setoriais. As transversais são voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e execução de programas e projetos estabelecidos em agendas setoriais.

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
5	Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20	Tem como objetivo promover a interlocução entre as diversas esferas de Governo e da sociedade civil com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na Rio+20.
1	Comissão de Coordenação das Atividades de Metereologia, Climatologia e Hidrografia (CMCH/MCTI)	Coordenar, acompanhar e contribuir para a avaliação da execução das atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia, bem como promover sua articulação com as ações de governo nas áreas espacial, oceanográfica e de meio ambiente;
1	Comissão Técnica do Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria - CTPIN	Diminuir a emissão de gases de efeito estufa nos setores de alumínio, cimento, papel e celulose, química, cal, vidro e ferro-gusa (usado na fabricação de aço).
7	Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional	Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.
4	Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20	Realiza o planejamento e a execução das medidas necessárias à realização da Conferência Rio+20, inclusive a gestão dos recursos e contratos afetos aos eventos oficiais realizados sob a égide da Organização das Nações Unidas e a execução das atividades referentes à administração de material, obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, orçamentários e financeiros, à comunicação, ao protocolo, à segurança e à conservação dos imóveis e do mobiliário utilizados.
0	Comitê Interministerial sobre Estrutura e Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - SRHU/MMA	Tem por finalidade apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010, e neste Decreto, com um representante, titular e suplente.
9	Câmara Técnica de Gestão Territorial , Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas do CONAMA	Encarregada de desenvolver, examinar e relatar ao Plenário do CONAMA as matérias da área de atuação: a) gestão territorial; b) Sistema Nacional de Unidades de Conservação; c) corredores ecológicos; d) ordenamento territorial; e) Zoneamento Ecológico-Econômico; f) espaços territoriais especialmente protegidos.
8	Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mercado de Carbono – GTI	Tem finalidade de analisar a viabilidade e os requisitos para implantação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE); estudar os possíveis instrumentos de mercado e analisar alternativas de desenho do MBRE, em articulação com outros órgãos do Governo Federal, governos estaduais, organizações representativas do setor privado e demais agentes envolvidos; e subsidiar o CIM para a tomada de decisões sobre a preparação e implementação do MBRE.
8	Grupo de Trabalho Interno sobre Mercado de Carbono – (GT-MF)	Subsidiar a posição do Ministério da Fazenda no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mercado de Carbono – GTI
25	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Deliberar, propor, apoiar e acompanhar as ações necessárias à operação do Programa ou a ele relacionadas.
1	Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF	Assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros

Nº. de reuniões	REPRESENTAÇÕES	ASSUNTO/OBJETIVOS
6	Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativismo – SESCOOP	Promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas.

Quadro 96 - Decretos, Projetos de Lei e Medidas Provisórias relacionados à SAMPA

Tipo	Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
Decreto	7.728	24.5	Autoriza a criação de linhas de crédito de custeio no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, com bônus de adimplência.	Autorizar o Conselho Monetário Nacional - CMN a criar linhas de crédito de custeio agrícola e pecuário e estabelecer o percentual do bônus, os encargos financeiros, os prazos, os limites, as finalidades e demais condições das linhas de crédito.
Decreto	7.774	4.7	Autoriza a criação de linha de crédito de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com bônus de adimplência para agricultores familiares de municípios da região Sul afetados por seca ou estiagem.	Autoriza o Conselho Monetário Nacional a criar linha de crédito de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a concessão de bônus de adimplência de até vinte por cento sobre o valor de cada parcela paga até a data do vencimento pactuado, para municípios da Região Sul nos quais tenham sido decretados situação de emergência ou estado de calamidade pública por seca ou estiagem entre 1º.12.2011 e 30.4.2012 e estabelecer o percentual dos bônus, os encargos financeiros, os prazos, os limites, as finalidades e demais condições da linha de crédito de que trata este Decreto.
Lei Ordinária	12.666 (conversão da Medida Provisória nº 554, de 2011)	14.6	Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado; autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível ; altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002; e dá outras providências.	Autoriza o CMN, com base em sugestão do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, a estabelecer as condições e critérios para a concessão dos financiamentos para estocagem de álcool.

Tipo	Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
Lei Ordinária	Lei nº 12.716 (conversão da MP 565, de 2012)	21.9	Altera as Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências.	Autoriza o CMN a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais, bem como definir as condições para operacionalização das referidas linhas; e autoriza a Advocacia-Geral da União a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação previstas para as dívidas originárias de operações do Prodecer - Fase II, do Profir e do Provárzeas.
Medida Provisória	581	20.9	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências	Passa para o CMN a competência de definir os encargos financeiros e o bônus de adimplência para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a partir de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Medida Provisória	587	9.11	Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei no 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004.	Autorização para pagamento do adicional ao Benefício Garantia-Safra na safra 2011/2012, aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e tiveram perda de safra em razão de estiagem,

Quadro 97 – Portarias da SAMPA

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
33	8.2	Portaria Interministerial MF/MAPA/MP - Altera o art. 1º da Portaria Interministerial MF/MAPA/MP nº 453, de 14.9.2011	Estabelecer novos parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento- Conab e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa- PEPRO e do Prêmio de Escoamento de Produto- PEP, para o trigo em grãos, da safra 2011.
143	1º.3	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - Valor para Escoamento do Produto - VEP para milho em grãos.	Estabelecer parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, na forma de Valor para Escoamento do Produto - VEP, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
144	14.2	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - venda dos estoques públicos de milho em grãos na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão".	Estabelecer parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
367	4.5	Portaria Interministerial MF/MAPA - Contrato de Opção de Venda Público (COV) para arroz longo fino em casca tipo 1 e 2 da Safra 2011/2012.	Estabelecer parâmetros para o lançamento de Contrato de Opção de Venda Público (COV) para arroz longo fino em casca tipo 1 e 2, da Safra 2011/2012, nos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR), por meio de leilões a serem realizados pela Conab.
424	15.5	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - altera os arts. 1º e 6º da Portaria Interministerial MAPA/MF/MP nº 144, de 1º.3.2012 - venda dos estoques públicos de milho em grãos na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão".	Estabelecer novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
461	18.5	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - altera o art. 1º da Portaria Interministerial MAPA/MF/MP nº 143, de 1º.3.2012 - Valor para Escoamento do Produto - VEP para milho em grãos.	Estabelecer novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, na forma de Valor para Escoamento do Produto - VEP, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
470	24.5	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - venda dos estoques públicos de milho em grãos na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão".	Estabelecer parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
578	25.6	Portaria Interministerial MF/MAPA - Contrato de Opção de Venda Público (COV) para milho em grãos, das Safras 2011/2012 e 2012.	Estabelecer parâmetros para o lançamento de Contrato de Opção de Venda público (COV), para milho em grãos, das safras 2011/2012 e 2012, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
601	29.6	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - venda direta denominada programa de "Venda Balcão", para milho em grãos. Altera art. 1º da Portaria Interministerial nº 144, de 1º.3.2012	Estabelecer parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e Estabelecer novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão",
766	16.8	Portaria Interministerial MF/MAPA/MP - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua cooperativa (PEPRO) e o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para o trigo em grãos, da safra 2012.	Estabelecer parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua cooperativa (PEPRO) e o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para o trigo em grãos, da safra 2012.
777	21.8	Portaria Interministerial MAPA/MF - subvenção econômica para os produtores independentes de cana-de-açúcar das áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e no Estado do Rio de Janeiro.	Estabelecer condições para o pagamento da subvenção econômica, referente à safra 2010/2011, para os produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e no Estado do Rio de Janeiro.
841	18.9	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO) e Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para a laranja in natura, da safra 2012.	Estabelecer parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO) e do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para a laranja in natura, da safra 2012.
842	18.9	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO) e Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para o suíno vivo, para o exercício de 2012	Estabelecer parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO) e do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para o suíno vivo, para o exercício de 2012
906-A	5.10	Portaria Interministerial MF/MAPA - Altera os arts. 1º e 3º da Portaria Interministerial nº 777, de 21.8.2012 - Subvenção econômica para os produtores independentes de cana-de-açúcar das áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e do Estado do Rio de Janeiro.	Alterar as condições para o pagamento da subvenção econômica, referente à safra 2010/2011, para os produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e no Estado do Rio de Janeiro.
2	11.10	Portaria Interministerial MDA/MAPA/MF/MP - Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para a uva da safra 2011/2012.	Estabelecer parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por intermédio do instrumento de apoio à comercialização do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para a uva da safra 2011/2012.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
1.171	26.12	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP - venda direta denominada programa de "Venda Balcão", para milho em grãos.	Alterar a vigência da portaria para até 28.2.2013, exclusivamente para áreas atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Quadro 98 - Votos e Resoluções do Conselho Monetário Nacional na SAMPA

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
1	25.1	4.049	26.1	Institui linha emergencial de crédito no âmbito do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em favor de cooperativas de produção agropecuária cujos associados tiveram perda de renda em função de estiagem na região Sul, e dá outras providências.	Minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais, em decorrência da estiagem na região Sul.
2	25.1	4.048	26.1	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem em alguns municípios dos estados da região Sul.	Minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais, em decorrência da estiagem na região Sul.
3	25.1	4.047	26.1	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem nos estados da região Sul.	Minimizar os prejuízos causados aos agricultores familiares em decorrência da estiagem na região Sul.
7	9.2	4.052	9.2	Dispõe sobre o Programa de Garantia de Preços para a Aqüicultura familiar (PGPAF)	Incluir a uva no rol dos produtos amparados pelo PGPAF com vistas a assegurar a remuneração dos custos variáveis de produção aos agricultores familiares que contraem financiamentos junto ao Pronaf.
8	9.2	Portaria MAP A nº 116	28.2	Credito Rural – Institui linha emergencial de crédito de custeio, autorizar a contração de operação de investimento ao amparo do Pronaf mais alimentos e dispensa o pagamento dos juros para efeito da renegociação de que trata a Seção 5 do capítulo 10 do manual de crédito rural (MCR), em favor dos agricultores familiares atingidos pelo excesso de chuvas no estado do Rio de Janeiro.	Oferecer condições para reestruturação das atividades produtivas como forma de amenizar os prejuízos sofridos por agricultores familiares do Rio de Janeiro que tiveram perdas na renda em consequência de excesso de chuvas ou enxurradas.
11	28.2	4.055	29.2	Institui linha de financiamento para estocagem de etanol combustível.	Reduzir a volatilidade de preço do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto ao longo do ano, com destaque para a redução do percentual de mistura de etanol anidro à gasolina, de 25% para 20%, e para a edição da Medida Provisória nº 554, de 23.12.2011, que autorizou a União a conceder subvenção econômica em operações de crédito para estocagem de etanol combustível.
12	28.2	4.056	29.2	Ajusta as normas do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e altera a resolução nº 4.047, de 26.1.2012.	Ajustar as normas do Pronaf para melhor operacionalização pelas instituições financeiras; Minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais e estender os benefícios previstos na Res. 4.047, de 2012, de outras culturas ou atividades prejudicadas em função da estiagem na região Sul.

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
13	28.2	4.057	29.2	Altera as condições para renegociação de dívidas de produtores rurais que tiveram perda de renda em função de estiagem na região Sul e as disposições dos Programa Procap-Agro e ABC, ao amparo dos recursos do BNDES.	Estender os prazos para renegociação para pagamento das dívidas de custeio e investimento vencidas e vincendas em 2012.
17	20.3	4.060	21.3	Ajusta as normas do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) e do Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC)	Ajustar as normas para melhor operacionalização pelas instituições financeiras e facilitar o acesso ao crédito pelos produtores rurais.
25	12.4	4.066	12.4	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento no âmbito do Pronaf aos agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na região Nordeste e das enchentes na região Norte.	Minimizar os prejuízos causados aos agricultores familiares por intempéries climáticas.
26	12.4	4.067	12.4	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na região Nordeste e das enchentes na região Norte.	Minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais por intempéries climáticas.
27	25.4	4.068	26.4	Altera as condições das linhas de financiamento ao amparo do Fundo de Defesas da economia Cafeeira (Funcafé) e estabelece o direcionamento dos recursos para o exercício de 2012.	Apoiar as empresas de café com a inclusão das micro, pequenas e médias indústrias de torrefação de café como beneficiárias da linha de financiamento de capital de giro para indústrias de café solúvel.
28	25.4	4.069	26.4	Altera o limite de crédito por tomador nas operações ao amparo do Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred).	Intensificar o desempenho do Programa para promover o fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas de crédito.
29	25.4	4.070	26.4	Autoriza a prorrogação e a renegociação de operações de crédito contratadas com recursos administrados pelo BNDES, no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento (PSI), por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência de adversidades climáticas nas regiões Sul, Nordeste e Norte.	Recuperar a capacidade de pagamento e minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais em decorrência das adversidades climáticas.
30	25.4	Portari a MAP A nº 425	17.5	Preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2012 e para produtos regionais da safra 2012/2013.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícolas em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
36	4.5	4.077	4.5	Linha Especial de Crédito para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Minimizar os prejuízos sofridos por famílias das regiões Nordeste e Sul em função de estiagem e de incentivar investimentos para adoção de práticas de convivência com a realidade do clima e solos nordestino em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
37	4.5	4.075 e 4.076	4.5	Institui linha especial de crédito para produtores rurais e empreendedores afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da SUDENE.	Minimizar os prejuízos sofridos por produtores rurais e empreendedores das regiões Nordeste e Sul em função de estiagem e de incentivar investimentos para adoção de práticas de convivência com a realidade do clima e solos nordestino em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.
38	22.5	4.078	22.5	Institui linha especial de crédito de investimento no âmbito do Pronaf para agricultores familiares afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por famílias da região Norte em função das enchentes ou enxurradas promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
39	22.5	4.079	22.5	Institui linha especial de crédito para produtores rurais afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por produtores rurais da região Norte em função das enchentes ou enxurradas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
40	22.5	4.080	22.5	Institui linha especial de crédito para produtores rurais afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por empreendedores da região Norte em função das enchentes ou enxurradas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades empreendedoras.
41	22.5	4.081	22.5	Autoriza a contratação de operação de investimento ao amparo da Linha Especial de crédito de Investimento para Produção de Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mais Alimentos), para agricultores familiares que tiveram perdas por estiagem, seca, excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas.	Minimizar os prejuízos sofridos por agricultores familiares em função das adversidades climáticas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
42	22.5	4.083	22.5	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento no âmbito do Pronaf aos agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da SUDENE e das enchentes na região Norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por agricultores familiares em função das adversidades climáticas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
43	22.5	4.082	22.5	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da SUDENE e das enchentes na região Norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por produtores rurais em função das adversidades climáticas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
56	30.5	4.092	30.5	Institui linha emergencial de crédito de custeio, no âmbito do Pronaf, para agricultores familiares afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da SUDENE.	Minimizar os prejuízos sofridos por produtores rurais em função das adversidades climáticas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
57	30.5	4.093	30.5	Institui linha emergencial de crédito de custeio, no âmbito do Pronaf, para agricultores familiares afetados por enchentes ou enxurradas na região Norte.	Minimizar os prejuízos sofridos por produtores rurais em função das adversidades climáticas, promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
67	27.6	Portari a MAP A nº 701	30.7	Preços mínimos para os produtos extrativos da sociobiodiversidade da safra 2012/2013.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
68	27.6	Portari a MAP A nº 701	30.7	Preços mínimos para as culturas de verão da safra 2012/2013 e de produtos das regiões Norte e Nordeste da safra 2013.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
69	27.6	4.099	28.6	Altera condições das operações de crédito rural ao amparo de recursos do Funcafé.	Ajustar as normas, inclusive com a redução de taxa de juros, em conformidade com a política de redução de taxas de juros implementada pelo Governo Federal e incentivar a qualificação dos cafés produzidos no Brasil de modo a atender às exigências do consumidor.
70	27.6	4.100	28.6	Promove ajustes nas normas do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)	Ajustar as normas, inclusive com a redução das taxas de juros e aumento dos limites de créditos, em conformidade com a política do Governo Federal de incentivo a produção agropecuária.
71	27.6	4.106	28.6	Ajusta as normas de financiamento de custeio de investimento e comercialização com recursos controlados e livres do crédito rural a partir da safra 2012/2013.	Revisar as normas do Manual de Crédito Rural (MCR) para simplificar e facilitar a operacionalização pelas instituições financeiras e o acesso dos agricultores aos financiamentos rurais.
72	27.6	4.105	28.6	Ajustes nas normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do BNDES.	Ajustar as normas, inclusive com a redução das taxas de juros e aumento dos limites de créditos, em conformidade com a política do Governo Federal de incentivo a produção agropecuária.
73	27.6	4.107	28.6	Altera disposições do Pronaf, de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013.	Revisar as normas do Manual de Crédito Rural (MCR) para simplificar e facilitar a operacionalização pelas instituições financeiras e o acesso dos agricultores aos financiamentos rurais.
82	10.7	4.112	10.7	Autoriza a criação de linha de crédito de investimento no âmbito do Pronaf, com bônus de adimplência, para agricultores familiares de municípios da região Sul afetados por seca ou estiagem.	Promover a recuperação ou preservação das atividades de produtores rurais afetados por seca ou estiagem na região Sul, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 7.774, de 4.7.2012.
83	10.7	4.110	10.7	Altera o prazo de contratação previsto na resolução nº 4.028, de 18.11.2011, e dispensa, para fins de renegociação ao amparo da Resolução nº 4.047, de 26.1.2012, o cumprimento do limite previsto para operações contratadas com recursos do BNDES, no âmbito do Pronaf.	Minimizar os efeitos prejuízos sofridos pelos agricultores familiares, e adequar os sistemas operacionais das instituições financeiras as condições das renegociações previstas nas resoluções citadas.

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
92	2.8	4.116	2.8	Dispensa o cumprimento do limite para renegociação das operações com recursos do BNDES de que trata a Resolução nº 4.048, de 26.1.2012; eleva o limite de crédito para retenção de matrizes suínas; autoriza o Financiamento Especial para Estocagem de produtos Agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (FEPM) e o Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) para estocagem de derivados de suínos e de laranja; e suspende o FEE para derivados de suínos.	Não impedir o acesso as prorrogações de dívidas de produtores rurais prejudicados pela estiagem ocorrida na região Sul; Amenizar os efeitos negativos causados pela dificuldade de comercialização de suínos e da laranja ou seus derivados.
93	2.8	4.119	2.8	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por suinocultores não integrados.	Amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram o setor.
94	2.8	4.118	2.8	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por produtores de laranja.	Amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram o setor.
95	2.8	4.117	2.8	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por orizicultores.	Amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram o setor.
96	2.8	Portari a MAP A nº 741	10.8	Preços Mínimos para suínos e para laranja, em caráter excepcional, no exercício 2012.	Garantir os preços desses produtos, em caráter excepcional, em virtude das questões conjunturais que afetaram os setores, e em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
99	22.8	4.125	23.8	Altera as disposições do Pronaf constantes no MCR para aplicação a partir da Safra 2012/2013.	Esclarecer e facilitar a execução das medidas aprovadas para o plano Safra 2012/2013.
100	22.8	4.124	23.8	Altera normas do Manual de Crédito Rural (MCR)	Esclarecer e facilitar a execução das medidas aprovadas para o plano Safra 2012/2013.
101	22.8	4.126	23.8	Autoriza a recomposição de dívidas por meio da contratação de operação de crédito rural com recursos do BNDES para liquidação de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais de maçã.	Recuperar a capacidade de pagamento e minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais em decorrência das adversidades climáticas.
102	22.8	4.128	23.8	Autoriza a prorrogação de financiamentos ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária dos mutuários que tiveram prejuízos em decorrência de eventos climáticos adversos e altera a Resolução nº 3.861, de 27.5.2010.	Recuperar a capacidade de pagamento, minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais em decorrência das adversidades climáticas, e ajustar o prazo de reembolso dos contratos de acordo com o disposto na Lei nº 12.599, de 23.3.2012.
110	5.9	4.131	5.9	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por avicultores não integrados e altera as Resoluções nº 4.117, 4.118 e 4.119, de 2.8.2012	Amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram o setor.
111	5.9	4.134	5.9	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio para produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem em Municípios dos Estados da região Sul.	Recuperar a capacidade de pagamento e minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais em decorrência das adversidades climáticas.
112	5.9	4.130	5.9	Autoriza a renegociação de operações da Linha Especial de Crédito (LEC) de laranja, contratadas nos termos da Resolução nº 3.976, de 30.6.2011.	Amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram o setor.

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
113	26.9	4.136	27.9	Altera as disposições do Pronaf constantes no MCR para aplicação a partir da Safra 2012/2013.	Esclarecer e facilitar a execução das medidas aprovadas para o plano Safra 2012/2013.
114	26.9	4.137	27.9	Ajusta normas do MCR e adota medidas de apoios à suinocultura, avicultura, citricultura e bovinocultura de leite.	Esclarecer e facilitar a execução das medidas aprovadas para o plano Safra 2012/2013; amenizar os efeitos negativos causados por questões conjunturais que afetaram os citados setores.
115	26.9	4.138	27.9	Ajustes nas condições básicas do crédito rural	Simplificar e facilitar a operacionalização pelas instituições financeiras e o acesso dos agricultores aos financiamentos rurais.
116	26.9	4.139	27.9	Eleva o montante de recursos direcionado para as operações de crédito rural de Estocagem ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)	Alocar recursos adicionais para estocagem de café para atender a uma maior demanda dos cafeicultores e suas cooperativas para a contratação da referida linha de crédito.
117	26.9	4.140	27.9	Altera os prazos para renegociação de operações de crédito contratadas ao amparo de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e ao amparo do Programa Cédula da terra, no âmbito do acordo de Empréstimo 4.147-BR.	Recuperar a capacidade de pagamento dos mutuários que possuem operações com recursos das citadas linhas.
127	24.1 0	4.146	25.10	Altera o inciso X do art. 1º da resolução nº 4.126, de 23.8.2012, que autoriza a composição de dívidas de produtores rurais de maçã.	Recuperar a capacidade de pagamento e minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais em decorrência das adversidades climáticas.
128	24.1 0	4.147	25.10	Institui linha de crédito rural, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), para liquidação de operações de crédito rural de custeio e de investimento.	Liquidação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas com risco compartilhado ou integral do tesouro Nacional, do FNE, do FNO ou das instituições financeiras oficiais federais.
142	21.1 1	4.159	22.11	Altera as disposições do Pronaf constantes no MCR para aplicação a partir da Safra 2012/2013.	Esclarecer e facilitar a execução das medidas aprovadas para o plano Safra 2012/2013.
143	21.1 1	4.160	22.11	Ajusta as normas do Manual de Crédito Rural (MCR)	Simplificar e facilitar a operacionalização pelas instituições financeiras e o acesso dos agricultores aos financiamentos rurais.
147	11.1 2	4.162	12.12	Altera o prazo de contratação e de reembolso da composição de dívidas ao amparo do Pronaf, de que trata a resolução nº 4.028, de 18.11.2011.	Recuperar a capacidade de pagamento dos agricultores familiares que possuem operações contratadas no âmbito do Pronaf.
148	11.1 2	Portaria a MAP A nº 42	21.1.2 013	Altera o prazo de vigência do preço mínimo da laranja da safra 2012.	Garantir o preço desse produto, em caráter excepcional, em virtude das questões conjunturais que afetaram o setor, e em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.
149	11.1 2	4.161	12.12	Autoriza a renegociação de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais de arroz.	Recuperar a capacidade de pagamento e minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais por fatores conjunturais e readequar o fluxo de pagamento das operações de crédito rural de custeio e investimento.
150	19.1 2	4.164	20.12	Altera as disposições do Pronaf constantes no MCR.	Simplificar e facilitar a operacionalização pelas instituições financeiras e o acesso dos agricultores aos financiamentos rurais.

Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
152	19.1 2	4.165	20.12	Altera o prazo de contratação das linhas especiais de crédito, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para atender produtores rurais e empreendedores afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Sudene, de que tratam as Resoluções n°s 4.075 e 4.076 de 4.5.2012.	Minimizar os prejuízos sofridos por produtores rurais e empreendedores das regiões Nordeste e Sul em função de estiagem e de incentivar investimentos para adoção de práticas de convivência com a realidade do clima e solos nordestino em consonância com o disposto no artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.1.2001 com redação dada pela MP nº 565, de 24.4.2012, convertida na lei nº 12.716, de 21.9.2012.
153	19.1 2	4.166	20.12	Altera o prazo de contratação das linhas especiais de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para atender agricultores familiares afetados pelas enchentes ou enxurradas na região Norte, de que tratam as resoluções n°s 4.078, 4.079 e 4.080, de 22.5.2012, e 4.093 de 30.5.2012.	Minimizar os prejuízos sofridos por famílias da região Norte em função das enchentes ou enxurradas promovendo a capacidade de recuperação ou preservação das atividades agropecuárias.
154	19.1 2	Portaria Mapa n° 32	16.1.2 013	Define o preço mínimo para a uva industrial para a safra 2012/2013.	Garantir os preços dos produtos das atividades agrícola em consonância com o disposto no Decreto-Lei nº 79, de 19.12.1966.

Quadro 99 – Ofícios da SAMPA

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
3	4.1	Solicitação de informações sobre os dados utilizados para o Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa.	Acesso aos microdados utilizados para a execução do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, de modo a subsidiar o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre Mercado de Carbono, instituído pela Portaria nº 537 do MF, de 29.11.2011, nos estudos conduzidos no âmbito do referido GTI.
17	30.1	Encaminha cópia do Ofício nº 21 B/2012, de 12.1.2012, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG/RS, manifestando a preocupação com o agravamento da estiagem que assola o Rio Grande do Sul.	Encaminhar cópia do ofício em referência a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por se tratar de assunto de sua competência.
30	9.2	Solicitação de Informações - Apoio a Comercialização Agrícola	Levantar informações junto a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, para subsidiar a SPE na elaboração de estudos acerca do apoio governamental à comercialização agrícola dos produtos constantes da Política de Preços Mínimos e seu impacto no Orçamento da União.
35	5.3	Encaminha cópia do Ofício nº 477, de 31.10.2011, da Deputada Estadual de Sergipe, Ana Lúcia, dirigido À Excelentíssima Senhora Presidenta da República, reivindicando perdão para as dívidas de rizicultores da região do baixo São Francisco (SE), ao amparo do Procofim com recursos do BNDES Finsocial.	Solicitar ao Banco do Nordeste do Brasil esclarecimentos a respeito do assunto e atual situação dos débitos desse público, para que possamos analisar o assunto.
45	12.3	Ofício nº 772/2011 - GP/GAB/GESTÃO/DGI, de 9 de novembro de 2011, adoção de medidas de compensação pelos impactos sociais e econômicos causados pela inauguração da ponte que ligará o Brasil a Guiana Francesa.	Desenvolvimento, pelo Banco da Amazônia, de ações no município de Oiapoque com o intuito de propiciar condições para que as famílias de catraieiros possam acessar linhas de crédito do Pronaf e do Programa Crescer.
48	19.3	Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas (PGPM-Bio) - Propostas de Preços Mínimos.	Obter informações adicionais, junto a Conab, acerca dos critérios para reajustar os preços mínimos.
54	23.3	Preços Mínimos - Safra 2012/2013 - Produtos de Inverno e Regionais - trigo.	Obter informações adicionais, junto a Conab, acerca das novas classes do produto de trigo e à mudança da classificação.
55	29.3	Preços Mínimos - Safra 2012/2013 - Produtos de Inverno, Regionais, e da Sociobiodiversidade.	Obter informações adicionais, junto a Conab, sobre a evolução da quantidade de beneficiários e custos de produção dos produtos.
71	13.4	Venda Balcão - Remoção de estoques públicos de milho.	Obter informações sobre o embasamento legal para realização das vendas em balcão.
76	23.4	Ofício nº 110, de 8.2.2012, da Justiça Federal do Estado de São Paulo, solicitando cópia dos estudos técnicos preparados pela Fundação Getúlio Vargas para a fixação do setor sucroalcooleiro no período de jan/1999 a dez/2000.	Oferecer a maior gama possível de informações e subsídios para fundamentação da defesa, com o encaminhamento de toda a documentação mantida em arquivos nesta SPE relativa a assuntos de interesse do setor sucroalcooleiro dos quais participou o Ministério da Fazenda.
79	24.4	Ações do Setor Sucroalcooleiro.	Oferecer a maior gama possível de informações e subsídios para fundamentação da defesa da União em ações judiciais movidas por empresas do setor sucroalcooleiro.
80	27.4	Comercialização Agrícola - Levantamento de custos.	Avaliar os instrumentos de comercialização dos produtos agrícolas.
98	18.5	Ofício nº 1083/2012 - GP/GAB/GESTÃO/DGI, de 2.4.2012 - Dívida agrícola dos agricultores da micro região de Irecê/BA. (BB)	Obter informações adicionais acerca das operações eventualmente não renegociadas de responsabilidade dos produtores rurais daquela região.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
99	18.5	Ofício nº 1083/2012 - GP/GAB/GESTÃO/DGI, de 2.4.2012 - Dívida agrícola dos agricultores da micro região de Irecê/BA. (BNB)	Obter informações adicionais acerca das operações eventualmente não renegociadas de responsabilidade dos produtores rurais daquela região.
100	18.5	Ofício nº 162/2012/SPA-MAPA - Reunião para definir critérios, limites, condições para concessão de subvenção econômica, para uva da Safra 2013.	Obter informações adicionais para concessão de subvenção econômica para os produtores de uva industrial.
102	22.5	Ofício nº 072/2012, de 16.5.2012, do Senador Walter Pinheiro - solicitando dados atualizados sobre as linhas de crédito.	Obter informações sobre as linhas de crédito para o setor agropecuário e o respectivo montante de dívidas existentes para subsidiar os trabalhos de relatoria da Medida Provisória nº 565, de 24.4.2012.
104	23.5	Suspensão de pagamento do INSS nas operações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).	Esclarecer a Conab quanto a possibilidade de se subvencionar, no âmbito da PGPM, a contribuição previdenciária, à luz da Portaria Interministerial nº 38, de 9.3.2004.
117	15.6	Substituição do delegado do Ministério da Fazenda.	Substituição de delegado do Ministério da Fazenda junto à Conferência Rio+20.
118	15.6	Inclusão de Servidora da Secretaria do Tesouro Nacional na lista de delegados do Ministério da Fazenda na Conferência Rio+20.	Indicação de servidora como delegada na Rio+20.
121	28.6	Venda dos produtos dos estoques públicos por meio do programa "Venda Balcão".	Dar ciência à Conab do Parecer exarado pela PGFN/CAF/MF nº 1147/2012, a respeito das vendas dos produtos dos estoques públicos por meio da "Venda Balcão" a ser operacionalizada pela Conab.
122	28.6	Ofício/GDGP/nº 116/2012 - Solicita ampliação da quantidade de milho por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) fixada na Portaria Interministerial nº 470, de 24.5.2012.	Informar que o MF e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estão analisando a proposta.
123	28.6	Carta/Presi nº 043/2012 - Solicita ampliação da quantidade de milho por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) fixada na Portaria Interministerial nº 470, de 24.5.2012.	Informar que o MF e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estão analisando a proposta.
124	29.6	Contribuição do Setor Sucroalcooleiro - lei nº 4.870/65, Art. 64. C/C DL nº 3.885/41, Art. 144.	Informar à Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - Feplana, sobre a decisão exarada pela PGFN/CAT/MF a respeito da possibilidade de cobrança da contribuição prevista no art. 64 da Lei nº 4.870, de 1º.12.1965, em face da inexistência de base de cálculo.
125	3.7	Ofício nº 1.596/2012/SGM - Encaminha cópia do requerimento nº 3.230/2012, de autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial solicitando programas de opção de venda de café em volume mínimo de 5 milhões de sacas para a safra 2012/2013.	Encaminhar cópia do ofício em referência por se tratar de assunto de competência daquela Pasta.
126	3.7	Ofício nº 1.596/2012/SGM - Encaminha cópia do requerimento nº 3.230/2012, de autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial solicitando programas de opção de venda de café em volume mínimo de 5 milhões de sacas para a safra 2012/2013.	Informar que a demanda foi encaminhada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por se tratar de assunto de competência daquela Pasta.
138	16.7	Ofício nº 1123/2012 - GAB/PSU-SMA/AGU/AMP, de 28.6.2012 - Subsídios de defesas da União.	Informar que cópia do ofício em referência foi encaminhado ao Banco do Brasil S.A. para esclarecimentos do pleito.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
148	3.8	Ofício nº 707, de 28.6.2012 - Ação Ordinária de Cobrança contra a Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Produtores da Fazenda Pau de Colher e outros do banco do Brasil e do Banco do Nordeste.	Solicitar esclarecimentos para análise do assunto no âmbito da SPE/MF.
158	9.8	Participação do IBAMA no projeto Elementos para um Mercado de Carbono, parceria do Ministério da Fazenda com a FGV projetos.	Convidar os responsáveis pelo tema das mudanças climáticas e do CTF do IBAMA para integrarem às atividades do projeto em referência.
162	13.8	Ofício nº 346/2012/SPA-MAPA - Proposta de subvenção direta aos criadores de suínos.	Posição da SPE/MF sobre a proposta da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) a respeito do pagamento de subvenção direta aos criadores de suínos.
163	13.8	Ofício nº 72/2012 - Programa de Leite da Paraíba.	Posição da SPE/MF sobre o limite para execução da modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
170	24.8	Ofício 283/2012 - SUPER da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sobre a indicação de representante da SPE/MF para compor grupo de trabalho do Projeto: Prospecção de boas práticas e aprendizado experiencial em cooperativas de crédito.	Informar o nome do representante para o referido Projeto.
175	30.8	Projeto Transição Produtiva e Serviços Ambientais (proposta ao Macroprograma 02/chamada 01/2012)	Manifestação do representante do MF no Conselho de Administração da Embrapa - Consad, sobre a importância do projeto em referência e a importância da Embrapa no desenho e orientação dos instrumentos de política governamental.
177	31.8	Ofício nº 050/2012 - solicita cadastramento no Programa Bolsa Verde e informações sobre o programa crédito de carbono e o Bolsa Estiagem.	Esclarecer ao representante do Governo Federal do Movimento Nacional de Luta pela Moradia na Região Oeste do Pará, sobre os pré-requisitos para uma família fazer parte do Programa Bolsa Verde.
181	5.9	Ofício nº 909/2012 - FAEP, de 28.8.2012 - solicita ajustes no Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais - PRORENOVA.	Encaminhar ao BNDES o ofício em referência para providências cabíveis.
197	27.9	Dívidas de pequenos agricultores.	Encaminhar ao Deputado Federal Amauri Teixeira as considerações do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste sobre as dívidas dos Pequenos Agricultores da Fazenda Colher e outros.
210	3.10	Agroindústria Canavieira - Preços Oficiais - Ação Ordinária nº 2000.34.00.029359-2 Autor: espólio de Caetano Mori - Ré União Federal - Pedido de Informações.	Encaminhar documentos para subsidiar a elaboração de laudo pericial referente ao processo.
212	8.10	Ações do Setor Sucroalcooleiro.	Encaminhar documentos para oferecer a maior gama possível de informações e subsídios para fundamentação da defesa da União em ações judiciais movidas por empresas do setor sucroalcooleiro.
217	25.10	Ofício nº 1205/12, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná - referente à solicitação da inclusão dos produtores rurais paranaenses de laranja, nas operações de que trata a Portaria Interministerial 841, de 18.9.2012.	Encaminhar cópia do ofício em referência por se tratar de assunto de competência daquela Pasta.
218	25.10	Ofício nº 1205/12, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná - referente à solicitação da inclusão dos produtores rurais paranaenses de laranja, nas operações de que trata a Portaria Interministerial 841, de 18.9.2012.	Informar que a demanda foi encaminhada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por se tratar de assunto de competência daquela Pasta.

Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
219	25.10	Ofício nº 146/2013, da Câmara Municipal de Alta Floresta do Estado do Mato Grosso - referente à solicitação de que se criem políticas públicas em defesa da pecuária leiteira brasileira.	Encaminhar cópia do ofício em referência por se tratar de assunto de competência daquela Pasta.
220	25.10	Ofício nº 146/2013, da Câmara Municipal de Alta Floresta do Estado do Mato Grosso - referente à solicitação de que se criem políticas públicas em defesa da pecuária leiteira brasileira.	Informar que a demanda foi encaminhada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por se tratar de assunto de competência daquela Pasta.
225	31.10	Venda dos produtos dos estoques públicos por meio do programa "Venda Balcão".	Posicionamento da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA, quanto às providências adotadas em relação à regulamentação da Venda Balcão a ser operacionalizada pela Conab.
226	31.10	Venda e compra simultânea de milho dos estoques públicos.	Posicionamento da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA, quanto ao embasamento legal para operacionalização da operação de venda e compra simultânea de milho divulgada por meio do Aviso nº 398/2012.
252	13.11	Ofício nº 2819/2012/GP/GAB/GESTÃO/DGI, de 30.10.2012	Esclarecimentos a respeito da solicitação do Sindicato dos Produtores Rurais de Januária/MG, para que as operações do Programa FNE-PRONAF-SEMIÁRIDO-SECA/2012, sejam efetivamente contratadas.
268	7.12	Venda dos estoques públicos de arroz em casca.	Solicita a Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA, que oriente a Conab no sentido de intensificar as vendas dos estoques públicos de arroz em casca utilizando-se, sempre que necessário, para a definição dos preços de abertura dos estoques disponibilizados, os deságios de preços previstos por meio das Portarias Interministeriais.
269	10.12	Solicitação de parecer técnico acerca de REDD+	Encaminhar Nota Técnica ao Ministério do Meio Ambiente, com o posicionamento da SPE/MF, a respeito do documento encaminhado pelos Estados da Amazônia Legal com proposta de alteração no mecanismo de captação de recursos para o Fundo Amazônia.

Quadro 100 - Resumo das atividades da SAMPA em 2012

Documentos/Atos	Quant.
Votos CMN	62
Resolução CMN	55
Pareceres	46
Leis, Decretos e MPs	6
Notas Técnicas	49
Portarias	15
Ofícios	46
Representações - Câmaras, comissões, conselhos e afins	75
Participação em Reuniões	983

15. CONCLUSÕES

O Governo Federal empreende esforços para a estabilização dos mercados e a consolidação das políticas adotadas no País. Em especial, destacam-se o importante empenho no controle da inflação e a busca pelo crescimento econômico sustentado e de longo prazo. A estratégia é garantir mais emprego, mais renda e mais produção ao país, promovendo a justiça social à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Política Econômica é responsável pela formulação de propostas sustentáveis de política econômica, visando à distribuição de renda, à inclusão social e ao crescimento econômico do País.

Em 2012, a SPE desenvolveu pesquisas diagnósticas e de intervenções essenciais na economia nacional, por meio do levantamento e da análise do problema questionado, além de identificar e examinar alternativas de política a serem adotadas.

Inúmeros programas do Governo Federal foram gestados e elaborados diretamente pelos técnicos da Secretaria de forma individualizada ou em parceria com outros órgãos ou ministérios, assim como com equipes internas do Ministério da Fazenda. As políticas foram minuciosamente analisadas e os impactos considerados, em conformidade com a visão estratégica do Governo e com a legislação vigente no País.

Como pôde ser visto ao longo do Relatório de Gestão 2012, o papel da SPE insere-se nas diferentes etapas do processo decisório do Ministério da Fazenda: a) elaboração e preparação da decisão política; b) desenho de programa/política a ser adotado; c) formulação das ações governamentais; d) implementação das ações governamentais; e) monitoramento das políticas adotadas; e f) avaliação das políticas adotadas.

1) Política Macroeconômica

A política macroeconômica refere-se ao conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando afetar agregados econômicos, como crescimento da economia, inflação, taxa de desemprego, balanço de pagamentos e distribuição de renda. Para a formulação e tomada de decisões de política econômica, é fundamental a avaliação oportuna e consistente da evolução da economia e de diferentes estratégias e alternativas de política.

Em 2012, os principais objetivos da Secretaria de Política Econômica, no que tange à política macroeconômica, foram acompanhar os desenvolvimentos recentes da economia, bem como elaborar e avaliar estratégias para o crescimento sustentado da economia, com pleno emprego, estabilidade dos preços, melhor distribuição de renda e inclusão social.

O acompanhamento e análise do comportamento das variáveis econômicas e a construção de cenários macroeconômicos, elaborados pela Secretaria, permitiram que o Governo explorasse, sistematicamente, as possíveis consequências das opções estratégicas. Para esse fim, a Secretaria desenvolveu modelos macroeconômicos e análises internas, as quais tomaram a forma de relatórios, estudos, pareceres, apresentações e informativos.

A Secretaria de Política Econômica também participou ativamente da formulação de políticas sociais, juntamente com outras áreas do Governo Federal. Essa unidade acompanhou e analisou o impacto das políticas sociais sobre os indicadores de pobreza e desigualdade, e elaborou propostas de reformas para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade do gasto social federal e do seu financiamento.

a) Análise, Estudos e Projeções Macroeconômicas

A Secretaria de Política Econômica forneceu ao Ministério da Fazenda projeções de variáveis macroeconômicas, construiu cenários macroeconômicos, realizou balanço de riscos e conduziu estudos específicos de assuntos de interesse para a política econômica.

A análise e as projeções macroeconômicas combinaram a avaliação das informações sobre a economia com a utilização de modelos econômicos, concomitante ao monitoramento da evolução de indicadores e tendências na economia. Dados analisados envolveram atividade econômica, inflação, crédito, emprego e renda, setor externo e economia internacional.

b) Grade de Parâmetros Macroeconômicos para Processo Orçamentário

A Secretaria de Política Econômica tem a atribuição legal, por meio do Decreto n. 7.482, de 16 de maio de 2011, de estimar parâmetros utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária da União. A chamada grade de parâmetros compreende a previsão de diversas variáveis macroeconômicas, como variação real e nominal do PIB, inflação (IPCA, INPC e IGP-DI), taxa de juros Selic e TJLP, taxa de câmbio, massa salarial dos empregados com carteira, produção e preço da indústria de transformação e de alguns dos seus setores, volume de importações, valor de aplicações financeiras e preço de combustíveis.

A grade de parâmetros é um importante subsídio para a elaboração do orçamento federal porque provê aos seus formuladores o cenário-base para o quadro macroeconômico brasileiro no ano em que o orçamento será executado. Em 2012, de posse desse cenário-base, os formuladores do orçamento puderam estimar com mais precisão as receitas e despesas do Governo Federal, o que contribuiu para um orçamento com equilíbrio fiscal, melhor alocação de despesas e maior previsibilidade arrecadatária.

c) Políticas Sociais e Mercado de Trabalho

A Secretaria de Política Econômica avaliou a dinâmica do mercado de trabalho, tanto no curto prazo como nas suas tendências, assim como as possibilidades de alinhar agenda de crescimento com inclusão social. A estruturação e consolidação de uma rede de proteção social, a maior qualificação profissional do trabalhador, o fortalecimento do mercado de trabalho e a melhor distribuição de renda foram objetivos perseguidos pela Secretaria de Política Econômica.

Nesse sentido, a SPE, em conjunto com outros órgãos, participou ativamente da elaboração de programas sociais que fomentaram a capacidade dos estratos sociais menos abastados de transformar suas oportunidades em ascensão social por meio da inclusão produtiva. Dentre os programas, destacam-se o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Plano Brasil Sem Miséria e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Para esse fim, a Secretaria de Política Econômica participou de conselhos, conferências, fóruns, mesas de diálogo e negociação e outros mecanismos de interação com a sociedade civil voltados ao fortalecimento do diálogo social.

d) Proposição e Avaliação de Políticas Macroeconômicas

As decisões de política econômica precisam ser tomadas avaliando os diferentes efeitos que provocam na economia. Da mesma forma, os efeitos de medidas econômicas passadas devem estar sob constante monitoramento.

Nesse sentido, em 2012, a Secretaria de Política Econômica identificou a necessidade de adoção de medidas de política econômica e avaliou os efeitos de diferentes alternativas. As políticas envolveram tanto decisões com efeitos de curto prazo, como também de médio e longo prazos.

2) Política Microeconômica

Em 2012, o objetivo da Secretaria de Política Econômica, no que tange à política microeconômica, foi contribuir para o desenho de políticas econômicas que possibilitassem o desenvolvimento e a estabilidade econômica, por meio da identificação de fragilidades do mercado interno e do crescimento setorial no médio e longo prazo. Com isso, a Secretaria de Política Econômica empreendeu o acompanhamento das atuações do mercado de crédito, das indústrias, das empresas de seguro e de Previdência Complementar, entre outros temas.

Muitos programas desenvolvidos no Governo Federal contaram com o apoio da Secretaria, tais como o Plano Brasil Maior, que objetiva estimular a produção, o investimento, a inovação e as exportações, bem como defender a indústria e o mercado interno.

a) Compras Públicas

A Secretaria de Política Econômica trabalhou ativamente com a política de Compras Públicas, que introduziu nova variável na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) com o objetivo de utilizar o poder de compra do Estado no desenvolvimento econômico sustentável do país mediante o fortalecimento de cadeias produtivas de bens e serviços.

Dentro desse contexto, foi constituída Comissão Interministerial formada pelos Ministros da Fazenda; Planejamento, Orçamento e Gestão; Indústria e Comércio; Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores. Esta Comissão foi responsável por analisar e propor à Presidência da República a adoção de margens de preferências para produtos manufaturados e serviços nacionais.

b) Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. O CMN estabelece as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, além de regular as condições de funcionamento e fiscalização das instituições financeiras.

Nesse sentido, a Secretaria de Política Econômica teve por atribuição formular medidas para o aperfeiçoamento e expansão do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, encaminhando-as para análise do CMN.

c) Mercado de Capitais

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários que viabiliza a emissão de ações, debêntures e demais instrumentos financeiros pelas empresas, possibilitando a realização de investimentos e a otimização da prestação de serviços ou do processo produtivo.

A Secretaria de Política Econômica teve por atribuição formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro bem como ao aperfeiçoamento e expansão do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, com destaque ao crédito imobiliário.

d) Mercado de Crédito Bancário

O mercado de crédito bancário auxilia a transferência de recursos dos entes com recursos disponíveis, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, para aqueles que necessitem de recursos para a manutenção de suas atividades e/ou para a realização de novos investimentos.

Nesse contexto, destacaram-se em 2012 o crédito para aquisição de bens, o crédito imobiliário, o crédito para capital de giro, dentre outros.

A Secretaria de Política Econômica acompanhou e avaliou os indicadores econômicos e de mercado relativos ao setor financeiro, bem como avaliou o impacto e a efetividade dos programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e de crédito.

e) Seguros e Resseguros, Previdência Complementar e Capitalização

A Secretaria de Política Econômica acompanhou o mercado de seguros, resseguros, previdência complementar aberta, capitalização e previdência complementar fechada (fundos de pensão), bem como auxiliou na formulação de políticas públicas para o setor.

Para consecução de seus objetivos, além de realizar estudos econômicos sobre os setores sob sua competência, a Secretaria trabalhou em estreita cooperação com a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, com a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC do Ministério da Previdência Social e com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, autarquia ligada a este Ministério, bem como outros interessados dentro e fora do Governo Federal na produção de projetos de lei, medidas provisórias e de decretos relativos ao tema. Esta Secretaria também analisou as proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional nas áreas de sua competência.

Coube também à SPE, nos termos do Decreto n. 7.482, de 16 de maio de 2011, assessorar o Ministro de Estado da Fazenda no Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, órgão regulador dos setores de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, órgão regulador do setor de previdência complementar fechada (fundos de pensão).

3) Secretaria-Adjunta de Política Agrícola e Meio Ambiente

Em 2012, a Secretaria de Política Econômica, no que tange à política agrícola e meio ambiente, tratou do planejamento, do financiamento e do seguro da produção, que constituem a base da política agrícola nacional, bem como do acompanhamento e formulação de políticas na área ambiental.

As equipes técnicas da Secretaria de Política Econômica acompanharam a produção doméstica e mundial e realizaram estudos que subsidiam as ações do Governo no processo de garantias dos preços agrícolas, em conjunto com outros Ministérios.

Além disso, a SPE se dedicou ao aprimoramento das políticas de crédito rural no que tange à composição de dívidas e à renegociação de operações como, por exemplo, de cafeicultores, orizicultores, suinocultores e agricultores familiares.

Linhas emergenciais de crédito também foram consideradas nos estudos da Secretaria, em especial envolvendo custeio em favor de agricultores familiares com culturas afetadas por problemas climáticos e na recuperação de lavouras de café.

Temas de estudo da Secretaria de Política Econômica incluíram a comercialização de produtos agropecuários e a subvenção econômica para estocagem do etanol.

Os técnicos da Secretaria atuaram também na assessoria e no acompanhamento das reuniões do Conselho Monetário Nacional – CMN, provendo subsídios às decisões tomadas no âmbito agrícola.

Um dos destaques da Secretaria de Política Econômica foi o lançamento em 2011 do programa “Crescer”, de microcrédito produtivo orientado. Em 2012, o microcrédito foi ampliado, inclusive com redução das taxas, visando estimular o micro e pequeno empreendedor brasileiro que necessita de maior acesso ao crédito.

O debate internacional na área ambiental também fez parte do rol de atividades da Secretaria de Política Econômica. É o caso da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que, além de abordar questões climáticas, estabelece um conjunto de instrumentos para preparar a economia para demandas e padrões futuros de produção, e para apoiar projetos e estudos que suavizem a mudança climática.

A Secretaria tratou, também, do desenvolvimento de proposta de mercado de carbono, que funciona por meio da comercialização de certificados de emissão de gases de efeito estufa gerados.

a) Apoio à Comercialização Agrícola

A Secretaria de Política Econômica atuou no apoio à comercialização dos produtos agropecuários constantes da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

A PGPM exerceu um papel fundamental no contexto social e econômico agropecuário ao definir um parâmetro de preço que visa proporcionar segurança a quem produz e oferecer ao produtor rural, o agricultor familiar ou sua cooperativa, a oportunidade de escolher para plantar o produto que julga mais vantajoso para sua atividade.

A Secretaria de Política Econômica, em conjunto com outros órgãos governamentais, definiu, ainda, os critérios, limites, condições e a forma de conceder subvenção econômica ao produtor rural, o agricultor familiar ou sua cooperativa, para os produtos amparados pela PGPM. O objetivo foi o de assegurar ao produtor rural, o agricultor familiar ou sua cooperativa o Preço Mínimo fixado pelo governo federal, quando da comercialização do seu produto.

b) Crédito Rural

O crédito rural, instituído pela Lei nº 4.829, de 5.11.1965, tem por objetivo apoiar o setor rural por meio de concessão de financiamento, via instituições financeiras públicas e privadas, a produtores rurais ou cooperativas para aplicação exclusiva em:

I - atividades que estimulem o crescimento dos investimentos rurais;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais; e

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

A Secretaria de Política Econômica participou do aprimoramento da política agrícola propondo, avaliando e acompanhando a formulação e a implementação de normativos e outros instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola e agroindustrial, para as cooperativas e para o desenvolvimento do microcrédito produtivo, dos mecanismos de proteção da produção e de preços, bem como de apoio à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;

Além disso, coube ao Secretário de Política Econômica, como membro da Comissão da Moeda e do Crédito (COMOC), participar das reuniões e assessorar o Ministro da Fazenda na definição das políticas rurais no âmbito de competência do Conselho Monetário Nacional (CMN)

c) Seguro Rural

O seguro rural é um dos instrumentos de política agrícola por meio do qual se busca a redução dos riscos inerentes à atividade rural. No Brasil, temos as seguintes modalidades de apoio à mitigação de risco rural:

I - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR

Criado pela Lei n.º 10.823, de 19.12.2003, o Programa visa garantir maior estabilidade da renda agropecuária e promover o acesso do produtor ao seguro rural. O PSR tem a finalidade de segurar a produção por meio da redução dos custos de contratação do seguro agrícola. O Programa é administrado pelo Comitê Gestor do Seguro Rural, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A subvenção ao PSR pode ser diferenciada por tipos de culturas e espécies animais, categorias de produtores e regiões de produção, e utilizada como redutora de risco ou indutora de tecnologia.

II - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro

O seguro de produção denominado Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) foi criado com objetivo de exonerar o beneficiário do crédito rural do cumprimento de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, no caso de perdas das receitas em consequência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações, e promover a utilização de tecnologia.

No âmbito do Proagro, opera-se o Proagro Mais, que além das coberturas previstas para o Proagro tradicional, prevê a cobertura de parcelas de operações de investimento e garantia de renda mínima da produção vinculada ao custeio.

O Proagro pode ser contratado tanto por produtores rurais empresariais quanto por agricultores familiares, desde que observados o zoneamento agrícola de risco climático, com limite de enquadramento de R\$ 300 mil por safra. No Proagro, quando o pedido de cobertura é negado pela instituição financeira, o produtor pode recorrer à Comissão Especial de Recursos (CER), órgão colegiado responsável por decidir sobre as divergências na cobertura.

O Proagro é administrado pelo Banco Central do Brasil e o zoneamento agrícola e a CER estão vinculados ao MAPA.

III – Programa Fundo Garantia Safra

O Programa Fundo Garantia Safra foi criado pela [Lei nº 10.420, de 10.4.2002](#) e está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Programa destina-se aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pertencentes à região Nordeste, ao Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e ao norte do Espírito Santo. A gestão do programa está a cargo do Comitê Gestor, com representantes dos governos federal, estadual e municipal e dos agricultores familiares.

Os agricultores que aderirem ao Garantia-Safra nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, em decorrência de seca ou excesso de chuvas, podem receber indenização de, no máximo, R\$ 700,00 anuais, em até seis parcelas mensais, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal.

A Secretaria de Política Econômica participou na discussão, elaboração e implementação de propostas relativas a essas modalidades de redução de risco da atividade rural, além de indicar servidores do seu corpo técnico para representar o Ministério da Fazenda nos comitês gestores desses programas, bem como nas turmas de julgamento da CER/Proagro, que funcionam em Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

d) Inclusão Produtiva

A inclusão produtiva tem como objetivo propiciar o acesso da população a oportunidades de ocupação e renda com o estímulo ao aumento da produção no campo e a inserção no mercado de trabalho na cidade.

No campo, a proposta é fortalecer as atividades realizadas pelas famílias pobres da agricultura familiar, aumentando a capacidade produtiva e a entrada de produtos nos mercados consumidores, por meio de orientação e acompanhamento técnico, oferta de insumos e de água.

Já a inclusão produtiva urbana visa ampliar o microcrédito produtivo e orientado, com a redução da taxa de juros, aumento da oferta de linhas de crédito e ampliação do apoio técnico aos empreendimentos de economia solidária e ao cooperativismo, além de compreender ações de estímulo ao empreendedorismo, em especial o fortalecimento do microempreendedor individual (MEI).

Neste contexto, a Secretaria de Política Econômica participou de várias ações de inclusão produtiva no âmbito do Governo Federal, com destaque para a coordenação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer, que possui o intuito de estimular o empreendedorismo no País, dar oportunidade a novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de emprego e renda.

O Programa está inserido no contexto do projeto de massificação do microcrédito no Brasil, com objetivo de promover a bancarização da sociedade brasileira e a democratização do crédito no país. Este Programa mantém a metodologia consagrada do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110/2005.

e) Mudanças Climáticas

Para enfrentar as questões inerentes ao clima, o Brasil instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Essa Política é constituída por normas que guiam ações a serem desenvolvidas pelo Brasil no que se refere à contribuição voluntária do país para estabilizar as emissões de gases de efeito estufa, assim como aquelas destinadas a promover a adaptação às mudanças climáticas.

A PNMC estabeleceu objetivos, diretrizes, princípios, metas e instrumentos para lidar com essas questões e será implementada por meio de Planos Setoriais, estabelecidos para as atividades com maior participação nas emissões do Brasil.

A Secretaria de Política Econômica participou da elaboração e da implementação dos Planos Setoriais, atuando na análise dos impactos econômicos e fiscais decorrentes dos efeitos da mudança do clima e dos mecanismos de financiamento da PNMC.

Além disso, a Secretaria de Política Econômica estudou a possibilidade de adoção de instrumentos de precificação de emissões, como o mercado de carbono ou tributo sobre a emissão de carbono, seus possíveis efeitos e custos associados.

f) Política Ambiental

Na Conferência Rio+20, realizada em junho de 2012, os países participantes reconheceram a importância da erradicação da pobreza, de mudanças nos padrões insustentáveis de consumo e produção e da proteção e gestão dos recursos naturais como requisitos para o desenvolvimento sustentável.

Os países também reafirmaram ser necessário que esse desenvolvimento fosse inclusivo, de forma a criar oportunidades para todos e reduzir as desigualdades sociais.

Nessa ocasião, discutiu-se também o conceito de economia verde, que vem a ser um conjunto de iniciativas, políticas e projetos concretos que contribuem para a transformação das economias, de forma a integrar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Com o papel de aliar as políticas governamentais brasileiras aos objetivos do desenvolvimento sustentável preconizados pela Conferência, a Secretaria de Política Econômica tem inserido a variável ambiental nas diversas políticas econômicas, em especial as relacionadas à área agrícola.

O intuito é o de promover incentivos para a redução do desmatamento, recuperação e manutenção de florestas, assim como o desenvolvimento de uma economia com base florestal, a fim de possibilitar geração de renda aliada à preservação do meio ambiente.

Na agenda de sustentabilidade de 2012, constam, ainda, a formulação e o acompanhamento das seguintes políticas ambientais:

- i. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM;
- ii. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado;
- iii. Condicionantes ambientais para o crédito rural;
- iv. Bolsa Verde – concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros;
- v. Pronaf Sustentável;
- vi. Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA;
- vii. Protocolo Verde; e
- viii. Acordo TFCA – Tropical Forest Conservation Act.

4) Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária

A Secretaria de Política Econômica, no que tange à política fiscal e tributária, foi responsável pela formulação, análise e avaliação de diretrizes de política fiscal e tributária, em consonância com a orientação estratégica da política econômica. Somam-se a estas, atribuições pertinentes à proposição e análise de políticas públicas que contribuam para aumentar a efetividade dos programas e ações governamentais.

A Secretaria de Política Econômica também monitorou e analisou indicadores fiscais e de composição e evolução dos gastos públicos e receitas da União, com vistas a avaliar os impactos econômicos e financeiros, de curto, médio e longo prazo, da política fiscal. Além dos aspectos conjunturais, merece registro as atividades de natureza estrutural, pertinentes à elaboração de estudos e pesquisas voltados ao aperfeiçoamento da política fiscal e, por conseguinte, à promoção da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.

Destaque ainda para a elaboração do demonstrativo dos benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária anual e o Relatório das contas de Governo da República. Adicionalmente, a Secretaria de Política Econômica realizou a avaliação do impacto e efetividade dos programas do Governo Federal associados a essa modalidade de financiamento de políticas públicas.

Com referência às atividades da área tributária, a Secretaria analisou a tributação global e setorial, com vistas a subsidiar a formulação de diretrizes de aperfeiçoamento do sistema tributário vigente, tendo como exemplo a desoneração tributária da folha de pagamentos. Trata-se, nesse contexto, de avaliar o sistema impositivo de tributos e as medidas que podem ser implementadas para aumentar a eficiência produtiva, melhorar o ambiente de negócios, fomentar a geração de emprego e renda e, em última instância, contribuir para a promoção do crescimento sustentado da economia.

a) Benefícios Creditícios

A Secretaria de Política Econômica tem como atribuição, nos termos do Decreto n. 7.482, de 16 de maio de 2011, a elaboração de demonstrativos dos benefícios financeiros e creditícios para subsidiar os órgãos de controle, a elaboração da Lei Orçamentária Anual e a sociedade em geral. Nesse sentido, a Secretaria-Adjunta de Política Fiscal e Tributária avaliou economicamente, em termos de eficiência, eficácia e efetividade, os fundos e programas de governo que recebem esses benefícios.

Os benefícios financeiros e creditícios são subsídios explícitos e implícitos presentes em operações de créditos que envolvem fundos e programas de governo. Os benefícios financeiros se referem a desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas cujos valores constam do Orçamento da União. Os benefícios financeiros são decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.

A apuração desses benefícios – uma determinação constitucional – e a avaliação econômica dos fundos e programas que os recebem, demanda da Secretaria atividades como a apuração do custo de oportunidade dos recursos do Governo Federal, conhecimentos do desempenho financeiro dos fundos e programa monitorados, bem como dos resultados da sua atuação.

b) Consolidação Fiscal de Médio e Longo Prazo

No âmbito do Ministério da Fazenda, coube à Secretaria de Política Econômica acompanhar e avaliar a política fiscal, contemplando seus impactos econômicos e financeiros de curto, médio e longo prazos, bem como o seu alinhamento com a política macroeconômica. Para tanto, a SPE manteve base de dados com uma série de informações fiscais, de todos os níveis de Governo, para fins de acompanhamento de conjuntura, publicações do Ministério e para subsidiar a elaboração dos parâmetros macroeconômicos usados na Lei Orçamentária.

A busca da sustentação da dívida pública em trajetória decrescente, sem que para isso tenha que ser abandonado o papel da política fiscal como indutora do crescimento, fez da Consolidação Fiscal peça-chave no monitoramento que a SPE faz da política econômica como um todo.

Neste sentido, a Secretaria de Política Econômica buscou desenvolver também métodos e indicadores para analisar a qualidade da política fiscal em curso no país, contemplando as suas mais variadas dimensões, como a sustentabilidade da dívida pública, o perfil e composição da carga tributária, o impulso fiscal proporcionado pelos resultados fiscais, dentre outras.

c) Desoneração da Folha de Pagamentos

Desoneração da folha de pagamentos é a medida governamental que visa reduzir a carga tributária de alguns setores da economia, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento e a competitividade de empresas nacionais.

A política de desoneração tributária da folha de pagamentos foi definida no âmbito da agenda de reforma tributária divulgada pelo Governo Federal em 2011 e compõe o Plano Brasil Maior, um conjunto de diretrizes de política industrial, comercial tecnológica, de serviços e comércio exterior, que tem por objetivo promover mudança estrutural da inserção do país na economia mundial.

A Secretaria de Política Econômica trabalhou ativamente nas tratativas com os setores desonerados, desenho e formulação das ações governamentais, implementação e definição da métrica por meio da qual foi reduzida a zero a alíquota da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.

d) Previdência Social

Previdência Social é a política pública que busca conceder benefício monetário às pessoas em situação de vulnerabilidade a fim de cobrir contingências, gerais e específicas, mediante a contribuição financeira de beneficiários diretos, empresas e do Estado.

A Secretaria de Política Econômica representa o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

A SPE trabalhou, em conjunto com as demais áreas do Ministério da Fazenda e da Previdência Social, visando o permanente aprimoramento dos dois regimes de previdência social existentes no país: o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social.

Atuando nos quatro macroprocessos finalísticos de política macroeconômica, política microeconômica, política agrícola e meio ambiente, e política fiscal e tributária, a Secretaria de Política Econômica atuou em 2012 no sentido de colaborar no planejamento e na definição de políticas mais eficazes para a continuidade da visão estratégica do Governo Federal.

Brasília – DF, 28 de março de 2013.

Ao Senhor Secretário de Política Econômica, para aprovação e providências.


Lígia Helena da Cruz Ourives
Chefe de Gabinete

De acordo, encaminhe-se ao Tribunal de Contas da União, nesta data.


Márcio Holland de Brito
Secretário de Política Econômica